

João José Barbosa Sana (Org.)

História,

Gênero,

**e Políticas
Públicas**



João José Barbosa Sana (Org.)

História, Gênero e Políticas Públicas



Serra, 2026.



Identidade Editorial

Rua Gonçalves Dias, Praia da Balcia, Serra - ES. CEP: 29172-694.
www.identidadeeditorial.com.br

Conselho Editorial: Dr. Alexander Martins Vianna (UFRRJ), Dr.^a Carmem Soares (Universidade de Coimbra), Dr.^a Cilene da Silva Gomes (PUC-PR), Dr.^a Eliane Morelli Abrahão (Unicamp), Dr.^a Fabiana Kraemer (UERJ), Dr. Fernando Santa Clara Viana Jr. (UFBA), Dr. Jadir Rostoldo Peçanha (UFES), Dr. José Newton Coelho Meneses (UFMG), Dr.^a Juliana Sabino Simonato (UFES), Dr.^a Maria Cecília Pilla (PUC/Paraná), Dr.^a Mônica Chaves Abdala (UFU), Dr.^a Patrícia Maria da Silva Merlo (UFES), Dr.^a Raquel Bello Vázquez (UniRitter), Dr. Renato da Silva Dias (Unimontes), Dr.^a Rita de Cassia Aquino (USJT), Dr. Sebastião Pimentel Franco (UFES).

Editoração e projeto gráfico: Lucas Onorato Braga

Revisão textual e padronização: De responsabilidade exclusiva dos autores.

Todos os direitos reservados. A reprodução de qualquer parte da obra, por qualquer meio, sem autorização da editora, constitui violação da LDA n° 9.610/98.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

SANA, João José Barbosa.

S197h História, Gênero e Políticas Públicas. Serra: Identidade Editorial, 2026.

149 p. : il.

ISBN: 978-65-83537-36-2

1. História. 2. Gênero. 3. Políticas Públicas. I. Título.

CDU: 900

João José Barbosa Sana (Org.)

História, Gênero e Políticas Públicas

Serra, 2026.

Prefácio

Em um tempo histórico marcado pela persistência das desigualdades de gênero e pelo recrudescimento de diferentes formas de violência contra as mulheres, publicar uma obra dedicada à articulação entre História, gênero e políticas públicas representa, antes de tudo, um compromisso com a produção de conhecimento socialmente implicado. Mais do que reunir pesquisas sobre uma temática de reconhecida relevância, esta coletânea convida os leitores a compreenderem que a violência doméstica e conjugal não constitui um fenômeno episódico, tampouco uma realidade restrita ao espaço privado. Trata-se de uma expressão histórica das relações de poder que estruturam a sociedade, sustentadas por hierarquias de gênero, práticas patriarcais e mecanismos de naturalização da desigualdade.

Ao longo das últimas décadas, os estudos de gênero consolidaram-se como um dos campos mais fecundos das Ciências Humanas e Sociais ao demonstrar que as diferenças entre homens e mulheres são produzidas historicamente e atravessadas por dimensões políticas, econômicas, culturais, religiosas e jurídicas. Essa perspectiva rompe com interpretações essencialistas e possibilita compreender como as relações sociais produzem assimetrias que se refletem na divisão sexual do trabalho, na representação política, nas experiências educacionais, na construção das masculinidades e feminilidades e, de modo particularmente dramático, na violência contra as mulheres.

É precisamente nesse horizonte analítico que os textos reunidos

nesta obra se inserem. A coletânea apresenta um diálogo profícuo entre História, Educação, Direito, Políticas Públicas e Direitos Humanos, demonstrando que o enfrentamento à violência de gênero exige uma abordagem interdisciplinar e a construção de respostas coletivas. Os diferentes capítulos não se limitam à descrição de problemas sociais; procuram compreender suas raízes históricas, analisar permanências e transformações e apontar caminhos possíveis para a formulação de políticas públicas mais efetivas.

Uma das grandes virtudes da obra reside na diversidade de objetos investigados. O leitor encontrará análises sobre formação docente, discursos religiosos contemporâneos, participação política, educação, patriarcado, masculinidades, feminicídio, direitos humanos, experiências institucionais e práticas de enfrentamento à violência doméstica. Essa pluralidade temática não fragmenta a coletânea; ao contrário, fortalece-a, ao revelar que a violência de gênero assume múltiplas formas e, por isso mesmo, demanda estratégias igualmente diversas de prevenção, proteção, responsabilização e transformação cultural.

Outro aspecto digno de destaque é o permanente diálogo entre produção acadêmica e intervenção social. Diversos estudos apresentados ultrapassam os limites da reflexão teórica e demonstram como a pesquisa pode subsidiar ações concretas voltadas à transformação da realidade. A análise de experiências institucionais, a proposição de protocolos de enfrentamento, a valorização das redes de proteção, a defesa da formação continuada de profissionais e a preocupação com a articulação entre diferentes órgãos públicos evidenciam uma concepção de ciência comprometida com a promoção dos direitos humanos e com a qualificação das políticas públicas. Os capítulos da

obra ressaltam a necessidade de ações articuladas, de fortalecimento institucional e da elaboração de diretrizes e protocolos capazes de produzir mudanças culturais duradouras.

Especialmente significativa é a atenção dedicada à realidade dos municípios do interior, frequentemente invisibilizados nas grandes agendas nacionais. Ao deslocar o olhar para esses contextos, a coletânea demonstra que a violência doméstica assume características próprias em territórios marcados por relações comunitárias intensas, valores conservadores e mecanismos de silenciamento. Pesquisas empíricas apresentadas na obra evidenciam elevados índices de violência e baixas taxas de denúncia, ao mesmo tempo em que mostram como esses diagnósticos podem subsidiar a criação de conselhos municipais, o fortalecimento do CREAS e outras iniciativas locais de proteção às mulheres.

Outro mérito importante consiste em reconhecer que a consolidação dos direitos das mulheres não resulta de concessões espontâneas do Estado, mas de um longo percurso de mobilização social, produção de conhecimento e atuação dos movimentos feministas. Ao discutir a incorporação das pautas das mulheres nos Programas Nacionais de Direitos Humanos e o fortalecimento de políticas públicas específicas, a obra reafirma que a garantia de direitos depende da permanente vigilância democrática, da participação social e da capacidade das instituições de responder às desigualdades historicamente produzidas.

Do ponto de vista historiográfico, os capítulos reafirmam uma compreensão fundamental: a violência contra as mulheres possui historicidade. Ela é produzida e reproduzida por estruturas sociais, discursos culturais e relações de poder que atravessam diferentes

temporalidades. Compreender essa historicidade significa reconhecer que também são históricas as possibilidades de transformação. Nesse sentido, a História deixa de ser apenas um campo de investigação sobre o passado para assumir um papel ativo na interpretação do presente e na construção de futuros mais igualitários.

Essa perspectiva torna a coletânea particularmente relevante para pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais da educação, gestores públicos, integrantes do sistema de justiça, trabalhadores da assistência social e da saúde, bem como para todos aqueles comprometidos com a promoção dos direitos humanos. Os textos aqui reunidos demonstram que a pesquisa acadêmica pode dialogar diretamente com a formulação de políticas públicas, oferecendo diagnósticos qualificados, problematizações consistentes e subsídios para a construção de estratégias de prevenção e enfrentamento da violência doméstica e conjugal.

Por fim, esta obra reafirma uma convicção que atravessa todos os seus capítulos: enfrentar a violência contra as mulheres exige muito mais do que ampliar a legislação ou endurecer penas. Exige desconstruir desigualdades, fortalecer instituições, formar profissionais, produzir conhecimento científico e promover políticas públicas integradas, sustentadas pelos princípios da equidade, da justiça social e dos direitos humanos. Ao reunir pesquisas comprometidas com esse horizonte, a coletânea oferece uma contribuição significativa para os estudos de gênero no Brasil e reafirma o papel da universidade como espaço de produção de conhecimento capaz de dialogar com as demandas urgentes da sociedade.

Que as páginas que seguem estimulem novas pesquisas, fortaleçam redes de cooperação acadêmica e institucional e inspirem ações

concretas em favor de uma sociedade na qual mulheres possam viver plenamente seus direitos, livres de todas as formas de violência.

Érika Oliveira Amorim Tannus Cheim

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Unidade Carangola

Julho/2026

Sumário

Apresentação | 12

João José Barbosa Sana

Aspectos da produção teórica no campo da Educação Física: um recorte da formação de professoras e professores, relacionado às questões de gênero | 14

Audrei Juliana Zeferino Vogel e Zenólia Christina Campos Figueiredo

O enfrentamento à violência doméstica é dever de todas as instituições: o exemplo da atuação do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo | 54

Domingos Augusto Taufner

O Grupo Reflexivo de homens autores de violência como política pública de enfrentamento à violência doméstica em Carangola – MG | 78

Érika Oliveira Amorim Tannus Cheim

O Curso de Pedagogia-EAD – Ufes e a prevenção às violências contra as mulheres | 100

João José Barbosa Sana e Ozirlei Teresa Marcilino

**Entre pecado mortal e maternidade compulsória:
violência simbólica e papéis de gênero no discurso
religioso contemporâneo de Samia Marsili | 121**

Maíssa Fraga de Almeida

**Um olhar sobre algumas conquistas das mulheres
brasileiras no século XX e XXI | 134**

Tereza Cristina Ataíde Capua

Apresentação

João José Barbosa Sana

A ideia deste livro nasceu a partir das discussões que desenvolvemos no âmbito da disciplina Gênero, Poder e Violência, ofertada no período 2025/2 no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal do Espírito Santo.

Além disto, sua proposta foi amadurecida no âmbito das reflexões desenvolvidas no Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência (LEG-UFES), coordenado pela Profa. Dra. Maria Beatriz Nader.

Na elaboração destes artigos contamos com a participação de pesquisadores do Leg-Ufes, estudantes que cursaram a referida disciplina e algumas pessoas convidadas.

O primeiro artigo, de coautoria das pesquisadoras Audrei Juliana Zeferino Vogel e Zenólia Christina Campos Figueiredo, discorre sobre a pesquisa sobre gênero, no âmbito da formação de professores de Educação Física na Educação Básica; o segundo, de autoria de Domingos Augusto Taufner, descreve a contribuição do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, na abordagem do tema das violências contra as mulheres, a partir da fiscalização das políticas públicas de sua competência; o terceiro é da estudiosa Érika Oli-

veira Amorim Tannus Cheim e discorre sobre um grupo reflexivo de homens autores de violência contra as mulheres no município de Carangola-MG; o quarto texto, escrito por João José Barbosa Sana e Ozirlei Teresa Marcilino, apresenta um relato de experiência sobre a realização de um curso de extensão voltado para a prevenção das violências contra as mulheres a partir da formação docente, no curso de Pedagogia, ofertado pela Superintendência de Educação a Distância (Sead-Ufes), na modalidade semipresencial em 19 polos existentes no Estado; o quinto foi elaborado pela pesquisadora Maíssa Fraga de Almeida e discorre sobre a violência simbólica e papéis de gênero no discurso religioso atual. O último artigo, de autoria de Tereza Cristina Ataíde Cápuia, apresenta uma linha do tempo sobre alguns direitos conquistados pelas mulheres ao longo do século XX e das primeiras décadas do século XXI.

Em linhas gerais, esta obra sinaliza a conquista dos direitos humanos das mulheres, ao longo da história recente, reflete sobre a violência simbólica e sobre papéis de gênero em alguns discursos religiosos que insistem em aprisioná-las em condições de subalteridade. Em contraposição, apresenta iniciativas que fortalecem as políticas públicas voltadas para o atendimento, prevenção e enfrentamento as violências contra as mulheres, somando-se as vozes que proclamam basta de violências contra as mulheres, Feminicídio Zero e reivindicam relações igualitárias sem quaisquer formas de discriminação, sejam elas por questões de raça, classe, religião, orientação sexual, entre outras.

Agosto/2026

*Aspectos da produção teórica no campo da Educação Física: um recorte da formação de professoras e professores, relacionado as questões de gênero.*¹

Audrei Juliana Zeferino Vogel²

Zenólia Chistina Campos Figueiredo³

Introdução

De onde falo

As reflexões explicitadas no presente artigo são frutos das discussões desenvolvidas no processo de formação experienciado no decurso do doutoramento, o escrito tem por objetivo apresentar o levantamento preliminar da produção teórica no campo formação de professoras e professores de Educação Física, relacionada às questões de gênero.

Apoiada na abordagem biográfica de formação e tomando o trabalho de Marie-Christine Josso (2004; 2010) como referência, início a presente escrita me apresentando e espero com isso dar a ver

1 Trabalho realizado no âmbito da disciplina de Gênero, poder e violência, do programa de Pós-graduação em História, cursada no ano de 2025, no contexto do doutoramento.

2 Professora da Rede Básica de Educação do Estado de Espírito Santo; doutoranda do programa de Pós-graduação em Educação Física do Centro de Educação Física e Desporto da Universidade Federal do Espírito Santo (CEDF-EFES).

3 Professora Doutora do programa de Pós-graduação em Educação Física do Centro de Educação Física e Desporto da Universidade Federal do Espírito Santo (CEDF-EFES) e orientadora da pesquisa em andamento.

elementos que constituem aspectos do processo de formação, conhecimento e de aprendizagem que me possibilitaram chegar até esse momento e, dessa forma, possa ser possível anunciar o meu interesse em aproximar os estudos sobre formação de professores de Educação Física às perspectivas teóricas feministas.

Nessa direção, buscarei traçar minha figura no mundo considerando os lugares e os papéis sociais que performo na materialidade da vida cotidiana e, para tanto, lançarei mão das ideias de Tânia Swain (2007, p.237-238) sobre identidades nômades, a autora convida as pessoas leitoras de seu trabalho a refletirem sobre uma “[...] prática e produção epistemológicas feministas [*que*] passam pela experiência de cada uma, sem, entretanto, aí permanecerem fixadas”. (*Grifo nosso*)

Provocada pela proposição da autora fugirei do costumeiro “Eu Sou” e me nunciarei como pessoa, cujo a existência tem sido construída a partir experiências ligadas ao gênero⁴ feminino, que me inscrevem em um território de feminilidade programada desde o meu nascimento, em que fui/sou ensinada a me adequar aos estereótipos de menina, mulher, filha e mãe. No entanto, tenho me elaborado em lugares sociais que permitem a mescla desta identidade de gênero estereotipada às identidades profissionais e políticas, como, por exemplo, a identidade de professora e a de militante em movimentos sociais em luta pelo reconhecimento da cidadania de mulheres e da população negra.

4 Neste escrito me apoiarei na noção de gênero trabalhada na tese de doutorado do estudioso João José Barbosa Sana (2023, p. 26) em que “por gênero se estende o conjunto cultural de papéis que devem ser desempenhados por homens e mulheres no convívio social, em determinada época. Gênero ainda pode ser definido como uma categoria social criada para distinguir as práticas e ações impostas a um corpo sexuado.”

Apoiada em referenciais teóricos feministas, como o trabalho de Maria Lugones⁵ (2019), faz-se necessário um acréscimo no que diz respeito a minha apresentação. Mesmo correndo o risco de repetir falas conhecidas insisto como ato de persistência e desobediência acadêmica e, com isso, sublinho nas primeiras linhas deste trabalho que minha trajetória de vida como um todo e, de modo particular, a de formação e de exercício profissional, foi e é impactada por relações de poder regidas por uma lógica que categoriza, dicotomiza e hierarquiza os seres humanos com base nas ideias de raça, de gênero e de sexualidade.

Tal compreensão é fruto da perspectiva política que constituiu a formação e o exercício docente, a qual tenho experienciado e que tem me permitido reconhecer que as relações de poder que afetam a minha trajetória, estão relacionadas ao fenômeno social fruto do “[...] o pensamento moderno, colonial e capitalista sobre raça, gênero e sexualidade [...]”, que sustenta o sistema de opressão e de exploração em vigência em países que passaram pela colonização europeia, como é o caso do Brasil e de outros países da América La-

5 A estudiosa elaborou o conceito de colonialidade dos gêneros com base nas ideias de Nelson Maldonado-Torres e Aníbal Quijano relacionadas a colonialidade do ser e colonialidade do poder, em quanto esferas inseparáveis do sistema capitalista. As análises teóricas desses autores apontam para as inter-relações entre os processos de racialização e de exploração do sistema capitalista. Lugones (2019) adota “[...] o termo colonialidade para nomear não apenas uma forma de classificar pessoas através de uma colonialidade do poder e dos gêneros, mas também para pensar sobre o processo ativo de redução das pessoas, a desumanização que as qualificam para a classificação, o processo de subjetivação, a tentativa de transformar o colonizado em menos que humano” (Ibidem, 374). Ainda, para o presente trabalho cabe sublinhar a aposta da estudiosa em um movimento de resistência coletiva, que ela nomeia como “[...] locus fraturado [...]”, sendo caracterizado pela “[...] retenção de formas criativas de pensar, comportar-se e se relacionar, que são antitéticas à lógica do capital. O sujeito, as relações, as bases e as possibilidades são continuamente transformadas, encarnando uma trama desde o locus fraturado que constitui uma recriação criativa, povoada” (Ibidem, p. 386).

tina e Caribe (Lugones, 2019, p. 369).

Segundo Lugones, o pensamento e as práticas que orientam esse sistema mantêm-se vivo, assim como, atualiza-se sociedade atual produzindo o que a autora nomeia por colonialidade de gênero. Nas análises dessa autora, “diferentemente da colonização, a colonialidade dos gêneros ainda está conosco; ela está na intersecção gênero/classe/raça como o construto central do sistema mundial capitalista de poder” (Ibidem, p. 375).

Sob essa ótica analítica, trata-se de uma racionalidade constituída por ideias universalizantes e fixas que divide a humanidade em humano e não humano; homem e mulher; civilizado e não civilizado. A autora aponta que nessa lógica, desde a colonização europeia,

esse tipo de diferenciação se tornou uma marca da humanidade e da civilização. Somente homens e mulheres civilizados são humanos; povos indígenas das Américas e escravos africanos eram classificados como não humanos – animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colono, moderno foi transformado em sujeito/agente, próprio para governar, para a vida pública, um ser civilizado, heterossexual, cristão, um ser da mente e da razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como um complemento desse homem e sim como alguém que reproduzia a humanidade e o capital por meio da sua pureza sexual, passividade e domesticidade – sempre a serviço do homem branco europeu burguês (Ibidem, p. 371).

Nesse passo, na perspectiva de Henry Giroux (1996, p. 35), a racionalidade forma um “[...] conjunto de suposições que permitem que as pessoas compreendam e moldem suas próprias experiências e as dos outros”, tal conjunto perpassa as dimensões objetivas e subjetivas das existências humanas, sendo balizador para a constituição identitárias na sociedade atual. Nessas circunstâncias, cabe questio-

nar que problemáticas surgem do construto sociais baseados nas suposições impostas por grupos sociais com maior prestígio e poder social? Será que todas as pessoas se enquadram nesse conjunto de suposições universalizantes e fixos? O que acontece às pessoas não se adéquam, aos corpos dissidentes?

Ao buscar respostas para questões próximas a essa, autoras representantes da segunda e terceira onda feminista⁶ apontam às desumanidades produzidas por esses conjuntos de ideias totalizantes. Entre os apontamentos elaborados por elas cabe destacar que tais ideias se interseccionam e materializam em práticas sociais discriminatórias e excludentes de pessoas e grupos que não se enquadram nelas. Fato que afeta de formas específicas os sujeitos pertencentes a grupos sociais minorizados, perpassando pela produção material da vida e pela elaboração de si, isto é, pelos os modos como as pessoas pensam sobre si; constroem-se; relacionam-se com o outro e com o mundo.

Nesse contexto, podemos pensar que a racionalidade por trás do processo que desumaniza os seres humanos, em particular as mulheres, não afeta a nossa formação apenas no que diz respeito a dimensão pessoal, ela afeta a organização e as estruturas sociais, incluindo as que orientam o processo de Educação formais e suas instituições, como é o caso da Educação Básica e da escola; do Ensino Superior e dos cursos de formação de professoras/es. A Educação Física, como campo de conhecimento e disciplina escolar, está inserida nos processos de formação humana, tanto nos processos formais quanto informais de Educação e, por isso, questiona-se a respeito do seu papel e função em tais processos e na construção social.

6 Para este escrito citamos Lélia Gonzalez, Maria Lugone; Monique Wittig, Judith Butler, Audre Lorde, Sueli Carneiro (2019), Kilomba (2019).

Neste sentido, faz-se necessário demarcar que academicamente estou sediada na vertente pedagógica da Educação Física e a partir deste norte, entendo que o objeto de ensino com que trabalho, emerge do nosso movimentar-se, dito de outra forma, reside nas “[...] práticas corporais elaboradas pela humanidade no decorrer de nossa história” dotado de um “[...] saber fazer [...]” e “[...] um saber sobre esse fazer [...]” ligados ao contexto social, histórico, político e cultural de diferentes grupos sociais. Tais práticas podem ser lidas a partir de categorias gerais, como as dos jogos e brincadeiras, das danças, das lutas, ginásticas e dos esportes (Almeira, Gomes, Bracht, 2013, p.17).

O movimentar-se, como fenômeno humano, para ser lido, compreendido e interpretado depende de lentes que permitam enxergar para além das dimensões fisiológica, cinesiológica⁷ e, dessa forma, considere os sentidos, os significados que lhes são atribuídos, assim como, a dimensão comunicativa constitutiva do mover-se no mundo (Almeira, Gomes, Bracht, 2013; Bracht, 2009; 2016; 2019).

Ser professora⁸ a partir deste terreno tem provocado reflexões acerca da função da escola e, por extensão, sobre as condições formativas que possibilitam o exercício da docência no sentido das transformações sociais que consideram dois aspectos. O primeiro, diz respeito a diferença como característica da humanidade e não como critério de hierarquização e inferiorização de pessoas e grupos; o segundo, compreende a igualdade de direito como condição para o reconhecimento do sujeito, da cidadania e como premissa para

7 Ciência do movimento humano.

8 Atuo na *Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo, em uma Escola Pública localizada no interior do sul do Estado. Atuo como professora a mais de duas décadas. A escola tem sido meu campo de intervenção pedagógica e configurado o território em que constituo e exercito a docência.*

elaboração de condições de uma existência pessoal e coletiva pautada pelos princípios justiça, considerando suas dimensões objetivas e subjetivas do viver humano (Castro, 2010; Sousa, 2021).

No campo da intervenção pedagógica da Educação Física escolar, estudos apontam que ainda tem vigorado práticas corporais arraigadas nos estereótipos de feminilidade e masculinidade baseados no sistema de característica binária, que divide a humanidade com base na diferença de sexo, de raça e de classe (Leite, 2020; Oliveira; Jaeger, 2023; Novais; Santana, 2021). Como consequência, as práticas escolares reproduziriam desigualdades entre as pessoas baseadas nas diferenças socialmente construídas, porém compreendidas como pertencentes a natureza humana (Moraes; Dias; Oliveira, 2023). Diferenças que classificam e fixam as pessoas em categorias de homens e mulheres, brancas/os e não brancas/os, classes economicamente favorecidas e classes economicamente desfavorecidas. Neste sistema, as referidas categorias são compreendidas como a tributos inerentes a natureza humana, que entende ser o homem branco, heterossexual, pertencente a burguesia como a referência de humanidade (Lugones, 2019; Jardim Pinto, 2010, Moraes; Dias; Oliveira, 2023).

As práticas pedagógicas da disciplina de Educação Física, desenvolvidas no processo formal de educação, nessa perspectiva, parecem manter, em alguma medida, relação com a lógica do sistema hierárquico vigente, que no cotidiano social normatiza privilégios aos sujeitos e grupos entendidos como especiais, por enquadrarem-se nas categorias: homem, branco, heterossexual e de classe economicamente favorecida.

Nessa trilha, as mulheres, as pessoas dissidentes de gênero, as pessoas negras, as pessoas com deficiências, são classificadas como

humanos inferiores, por consequência são lidos socialmente como cidadãos de segunda classe. Em diálogo com Jardim Pinto (2010), a problemática em questão coloca em jogo as relações de domínio de um grupo social sobre o outro, no qual as pessoas e grupos apenas são submetidos a posições de inferioridade, como elas mesmos se entendem desprivilegiados e em função disso, devem não só obediência, como entendem os direitos sociais como favores concedidos em nome da benevolência dos privilegiados (Jardim Pinto, 2010; Moraes; Dias; Oliveira, 2023).

Faz necessário considerar dos aspectos diante dessa conjuntura social, o primeiro aponta que os sujeitos não se adaptam de forma pacífica e o segundo sugere que eles elaboram formas de resistência e reinvenção do viver individual e coletivo. Os aspectos em questão coadunam com as reflexões de Josso (2004) ao tecer uma teoria da formação tendo como referência o sujeito aprendente. A autora sinaliza que “cada pessoa procura, na vida, uma arte de viver que seja a sua arte de viver, procura o seu lugar que seja o seu lugar, e isso, por meio destas dialéticas [...]: autonomização / conformação; responsabilização / dependência; interioridade / exterioridade” (Ibidem, 230).

Ao logo da minha trajetória profissional tenho me deparado com a presença dessas dialéticas, de modo especial ao defrontar-me com problemáticas oriundas de situações de conflitos em sala de aula que desafiam a imposição da racionalidade dominante baseada nas relações sexo/gênero, heteronormativa, racial e classista.

Tendo em vista as reflexões de Lugones (2019) e Paul B. Preciado (2023), tais conflitos podem ser lidos como indícios das formas de resistência e de reinvenção do viver, visto que, temos presenciado

corpos jovens de meninas, meninos e meninos, brancos e não brancos, que não se enquadram neste sistema hierárquico e rebelam-se e exigem da comunidade escolar a revisão das normativas sociais impostas, assim como, a elaboração de posicionamentos mais fluidos e menos essencialistas, capazes de proporcionar a criação outras condutas pedagógicas, outras práticas corporais e que abram espaços para que os sujeitos possam pensar e elaborar suas formas de ser e estar no mundo (Preciado, 2023).

A área de estudo e o campo de intervenções pedagógicas da Educação Física escolar têm se movimentado no sentido de questionar as relações de poder a partir de análises que, para além das questões de domínio de classe, trazem para esse debate a relação interdependente entre as dimensões cultural, ideológicas, econômicas. O fato tem permitido o diálogo da área com referências teóricas dedicadas a compreender e explicar as relações de gênero e sexualidade em vigor e, com isso, estabelecido caminhos para, paulatinamente, revisitar os sentidos que a área construída no que diz respeito à produção teórica e ao desenvolvimento das práticas pedagógicas presentes no processo de escolarização (Moraes; Dias; Oliveira, 2023).

Cabe sublinhar, contudo, recorrendo às reflexões de Valter Bracht (2009, p. 17), que “[...] os saberes, os conhecimentos e as práticas que são escolarizados, o são em função da pressão do poder de grupos de interesses”. Por esse motivo, o debate que coloca em discussão as relações de gênero concorre com os discursos e com práticas que cristalizam “[...] valores estereotipados acerca das questões de gênero” (Moraes; Dias; Oliveira, 2023, p. 10).

Diante da problemática que atravessa o campo de intervenções pedagógicas da Educação Física escolar, em função disso, remete à

formação docente e a produção de conhecimento do campo, o objetivo deste trabalho é investigar a produção teórica no campo da Educação Física, a partir do recorte da formação de professoras e professores, relacionada as questões de gênero.

Notas sobre a Formação de professoras e professores em Educação Física

Em certo sentido, é possível compreender a ideia de formação profissional circulante em nossa sociedade como herança das “[...] confrarias de ofício [...]” descrita por Claude Dubar (2005, p. 165). Oriundas da Europa, no final dos anos 1500, as confrarias são apontadas pelo autor como corporações cujo

[...] seus membros eram unidos por laços morais e por um respeito as regulamentações detalhadas de seus status [...]. Aprender um ofício não era, pois, somente adquirir uma habilidade necessária para exercer uma atividade adulta. Também era entrar em uma comunidade moral com motivações profundas [...] (Ibidem, p.165-166)

Próximo a esta ideia, Ivor Goodson (2013) aponta que a formação de professoras/es é entendida como um processo no qual está em jogo não apenas o domínio das habilidades específicas relacionadas a produção teórica especializada e das ciências da Educação; também, não está restrita as normativas governamentais, que se manifestam nos currículos escritos ou determinadas por leis. Trata-se de uma elaboração em que depende de uma complexa gama de fatores, circunstâncias, saberes e conhecimentos, que são oriundos de nossas experiências pessoais e coletivas como estudantes; do imaginário coletivo e dos discursos circulantes em espaços literários, cinematográ-

ficos, das mídias em geral; também, daquelas que constroem o processo formativo institucionalizado; e das experiências elaboradas no cotidiano do exercício profissional (Figueiredo, 2016; Libânio, 2001; Novoa, 2000).

A formação profissional docente como lugar social institucionalizado, nos inscreve em um campo teórico e técnico, mas também em um “espaço para educar para a vida onde se dá o embate político em torno dos diferentes significados e projetos de democracia.” (Bracht, 2016, p.94). Nesta direção, a formação docente é compreendida como fruto de construções históricas, não isentas dos conflitos sociais, das disputas ideológicas e políticas e, em função disso, reproduzem as dinâmicas de poder implicadas nas relações sociais e culturais (Goodson, 2013).

A história da formação e da construção do campo de conhecimento em Educação Física aponta íntima relação entre os processos formativos institucionalizados e os processos pedagógicos (escolarizados e não escolarizados)⁹ disseminados na sociedade como um todo e sustentados em “[...] distinções sociais baseadas sobre as diferenças sexuais das pessoas” (Pacheco, 1998, p.46).

Os estudos de Ana Júlia Pinto Pacheco (1998) e Kelle Figueiredo (2016) apresentam elementos históricos que colaboram compreensão do contexto em que nasce a formação de professoras/es em Educação Física, em particular, no Estado do Espírito Santo.

9 Para definir processo pedagógico tomo como referência o pensamento de Libânio (2001, p. 6-3), o autor aponta que “A Pedagogia se ocupa, de fato, com a formação escolar de crianças, com processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, [contudo] o pedagógico perpassa toda a sociedade, extrapolando o âmbito escolar formal, abrangendo esferas mais amplas da educação informal e não-formal, criando formas de educação paralela, desfazendo praticamente todos os nós que separavam escola e sociedade.” (Grifo nosso)

Tais estudos potencializam as reflexões acerca das relações entre a formação de professores neste campo e as relações sociais baseadas na hierarquia de sexo.

No trabalho de Pacheco (1998), no panorama geral do período da década de 1930, quando nasce o curso de formação em Educação Física em nosso estado, desenhava-se a partir do regime militar do governo de Getúlio Vargas, que tinha por missão transformar a economia, de base agrícola, e modernizar o país. Um dos caminhos estabelecidos para o cumprimento da tarefa era a escolarização de uma nação que, recém tinha abolido a escravização da população negra e se inscrevia no processo de industrialização.

Neste escopo, o exercício físico, baseado nos métodos ginásticos europeus, compunha o conjunto de estratégias destinadas a formar o cidadão moderno, forte e disciplinado. Na escola essas práticas corporais tinham caráter recreativo, entre elas constavam a prática de ginástica (de influência das escolas alemã e sueca) e eram ministradas de modo não sistematizado, majoritariamente por pessoas do sexo masculino, especialmente os militares, sem formação específica.

Neste passo, Figueiredo (2016) denota que, a partir da demanda por escolarização, via determinação governamental, em meados de 1931, cria-se o Departamento e a Escola de Educação Física atrelados a Secretaria de Instrução do Espírito Santo. Criava-se naquele momento, o segundo curso de Educação Física do país, o primeiro surge no Rio de Janeiro, ligado ao Centro Militar de Educação Física.

Assim, as práticas corporais assumem características de disciplina e passa a figurar como componente curricular escolar regular e obrigatório a partir dos anos 30 do século XX, predominantemente

norteada pelas ciências biológicas, médicas e pela perspectiva militarista. A escolarização da disciplina atendia aos anseios políticos da ditadura militar e de um projeto de governo que almejava a modernização da sociedade brasileira, pautadas em uma perspectiva higienistas, eugenista e disciplinadora dos corpos da classe trabalhadora (Almeira, Gomes, Bracht, 2013).

Marcela Bruschi (2015), na pesquisa intitulada “As mulheres na escolarização da educação física no Espírito Santo: professoras e autoras (1931-1936)”, corrobora com esta leitura histórica ao apontar que, em função de uma perspectiva positivista, foi negligenciada a participação das mulheres na história da Educação Física, ocultando a operacionalização do sistema sexual de opressão, ao qual as mulheres estavam submetidas naquele momento histórico. O apontamento coaduna com a leitura de Michelle Perrot (2008, p. 17), na obra “Minha história das mulheres”, em que a autora argumenta que um dos fatores que alimentava a invisibilidade da mulher na história de processos sociais, se dava em função de que sua presença nos espaços públicos não era comum, “[...] elas atuavam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem social das coisas”.

Os trabalhos referenciados acima demonstram que a Educação Física surge como campo de estudo e de intervenção impulsionada pelo cenário político autoritário e pela perspectiva científica positivista que, predominantemente, vigorava nas primeiras décadas do século XX. Neste contexto, a área buscava se legitimar no cenário acadêmico e científico, que por sua vez não tinha por preocupação a problemática que envolvia o papel e condição das mulheres. Em de-

corrência da perspectiva positivista vigente os discursos, as práticas formativas e de atividades físicas, eram hegemonicamente condizentes com a ordem social baseada no sistema sexo/gênero/raça.

Tomando a análise de fundamentação marxista de Helena Iara Bongiovani Saffioti (1976) como referência para olhar a história da formação de professores e da escolarização da Educação Física, é possível inferir que a inclusão das mulheres no processo de profissionalização tem estreita relação com a lógica de determinações essencialistas de sexo, por conseguinte, inclui e controla o trânsito social das mulheres. Dessa forma, colabora de modo a manter os papéis tradicionais de homens e mulheres. A inclusão da mulher na cena pública alinhava-se com os objetivos do ditatoriais de modernização e industrialização da nação, como sinalizado, de cunho patriarcal, higienista, regeneração e aperfeiçoamento da raça.

Neste sentido, a Educação Física atuava como mecanismo regulador dos papéis sociais, das condutas e dos comportamentos a serviço das relações de opressão e exploração dos corpos femininos e masculinos de classes sociais menos favorecidas. Bruschi (2015, p.21) reforça que “a Educação Física ganha importância nesse período. Sua prática seria capaz de formar homens e mulheres que atuariam na marcha rumo a uma nação mais moderna, intervindo, transformando e constituindo um novo padrão de civilidade [...]”.

É importante considerar que, neste período, a presença das mulheres nos cursos de Educação Física, também acompanhava a marcha de reivindicações de movimentos de mulheres e do movimento feminista em prol do direito à vida pública, entre eles o direito ao voto, ao trabalho remunerado e a escolarização (Jardim Pinto, 2010).

Na esteira deste recorte histórico, especialmente no que tange o processo progressista, inscrito na modernização e na industrialização do país, cria-se o ministério da Educação e as escolas normais – inicialmente criada para a formação de homens – passava por reformulação para atender os anseios políticos e econômicos brasileiro. Distante de um acesso democrático – uma vez visto que os grupos sociais, como é o caso das mulheres pertencentes às camadas populares, das mulheres negras e pobres, não alcançavam da mesma forma as mudanças sociais daquele momento e não tinham direito ao acesso da formação institucionalizada – o magistério foi compreendido como extensão do espaço privado e, com isso, passou a ser destino de mulheres das camadas sociais abastadas.

Bruschi (2015, p.25) em seu estudo constatou que

[...] a presença de mulheres no magistério brasileiro se deu em função das alterações na estrutura do mercado de trabalho, passando os homens a ocupar melhores colocações, motivo esse ligado ao patriarcalismo. Além disso, houve mudanças na organização do trabalho escolar e a preocupação com a educação moral e cívica dos cidadãos exigia necessária dedicação exclusiva à docência, dedicação esta que se acreditava que os homens não poderiam assumir.

Apesar da presença majoritária e do protagonismo da mulher no magistério, sua presença foi ocultada, sua condição preterida como objeto de estudo, tão pouco, a condição da mulher foi problematizada. Nesta mesma linha caminha a história que trata da construção de conhecimento do campo da Educação Física e da formação docente, pois esta é fortemente marcada pelo anonimato das mulheres, pela heteronormatividade e pela naturalização de aspectos sociais e culturais atribuídos à masculinidade e à feminilidade, de

modo a produzir adequação ao sistema de privilégio do masculino e de domínio e exploração do feminino.

Contudo, não significa que as mulheres sucumbiram a dominação masculina, os estudos referendados neste escrito, em destaque Bruschi (2015, p. 32), indicam que no processo de institucionalização da formação de professoras/es de Educação Física - na década de 1930 e, particularmente, instaurado no Estado do Espírito Santo - “[...] as mulheres foram capazes de produzir suas monografias, apropriando-se em um primeiro momento dos conhecimentos da Educação Física, apresentados nas disciplinas e leituras realizadas no curso”.

Ainda na esteira do trabalho de Bruschi (2015, p. 113-114), observamos o trânsito das mulheres nos territórios acadêmicos, que naquele momento estava restrito aos homens. No entanto, cabe ressaltar que, as produções acadêmicas estavam longe de tensionar a hierarquia baseada no sexo ou o papel social da mulher e estavam relacionadas a temas como:

[...] os benefícios que a Educação Física poderia proporcionar à mulher capixaba. Sua prática seria capaz de promover a saúde e a beleza, objetivos essenciais para a construção de uma nova mulher, feminina e moderna. Mas sua prática ainda possuía como finalidade garantir que esse gênero cumprisse a função à qual era destinada, a maternidade, pois se acreditava que o exercício físico proporcionaria um bom desenvolvimento da região pélvica. O Método Francês investia na Educação Física aplicada à mulher, pois a via como uma forma de promover um desenvolvimento da raça em todo o País, por meio da geração de indivíduos saudáveis.

A breve retorna histórica sobre a inserção e a condição das mulheres na formação profissional docente em Educação Física e

os apontamentos sobre a produção de conhecimento atrelada as relações gênero, servem de contexto para questionar: na atualidade, o que nos dizem os trabalhos acadêmicos produzidos no campo da Educação Física sobre a formação docente e as relações de gênero?

Caminhos para identificação e análise dos trabalhos encontrados

Para responder a problemática estabelecida neste artigo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica permitindo um primeiro levantamento da produção de conhecimento no campo da Educação Física, que tematiza a formação docente e as relações de gênero. Em virtude da notoriedade acadêmica e da possibilidade de utilização de filtros específicos para o levantamento dos dados, o levantamento bibliográfico foi realizado no portal de periódicos Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

A pesquisa foi realizada em novembro de 2025, considerando os seguintes critérios: a) acesso aberto; b) artigos acadêmicos produzidos em nível nacional; c) datados no período de 2020 à 2025; d) revisados por pares; e) alocados na área Ciências Humanas; f) escritos em português. A busca foi realizada a partir dos termos: “Educação Física”; “formação docente”; “gênero”.

A partir da utilização dos filtros de pesquisa foi possível identificar 16 artigos. A leitura do título, do resumo e da conclusão possibilitou a construção de 6 categorias, dentre elas estão: 1) Artigos descartados; 2) Sobre revisão literatura; 3) Sobre a percepção gênero de estudantes de cursos de Educação Física, de professoras/es em atuação em escolas e de estudantes da Educação Básica; 4) Sobre

a Formação e documentos curriculares; 5) Sobre Professoras/es de Educação Física, questões de gênero associadas outras temáticas.

Na categoria 1 - Artigos descartados, encontra-se 5 artigos que não compõem a amostra do presente estudo. Nos escritos são mencionados os termos: diversidade; gênero; pessoas com deficiência; inclusão, entretanto, estes não têm por objeto de estudo as relações de gênero, tão pouco apresentam uma abordagem conceitual dos termos mencionados. A categoria 2 sobre revisão literatura, é composta por três artigos, publicados em 2020 e 2024; na região nordeste e Centro-Oeste, em universidades públicas. Tem por característica o levantamento de estudos que abordam os temas diversidade e formação de professores; abordagens do termo diversidade na Educação Física Educação; Educação Física inclusiva e interseccionalidade.

Na sequência, a categoria 3 sobre a percepção gênero de estudantes de cursos de Educação Física, de professoras/es em atuação em escolas e estudantes da Educação Básica, é formada por seis artigos publicados entre 2020 e 2024; dois são oriundos na região nordeste, os demais da região sudeste, sendo que, todos foram produzidos no contexto das instituições públicas de ensino superior, estaduais e federais. Os trabalhos têm em comum a finalidade de investigar as concepções de diferentes sujeitos do processo formativo sobre as relações de gênero.

A categoria 4) sobre a Formação e documentos curriculares é formada por um estudo, publicado em 2020 na região sudeste e, assim como os demais, está vinculado a universidade pública. O trabalho tece investigações sobre a presença das temáticas de gênero e raça na ementa de um curso de Educação Física, localizado em uma universidade pública. Por fim, a categoria 5 sobre Professoras/es de

Educação Física e questões de gênero, traz um artigo, publicado em 2021, na região sul do país, na universidade federal. O estudo relaciona participação de professoras/es em movimento sindical e a desigualdades de gênero.

Resultados e discussões

O primeiro momento de leitura dos trabalhos selecionados permitiu descartar aqueles que se afastavam das temáticas Educação Física, formação docente e as relações de gênero. Os escritos estão listados no Quadro 1 – Artigos descartados.

Quadro 1 – Artigos descartados

Autores	Título
Lopes, m. A. C. Freire, E. E.	Mídia-educação e a Educação Física escolar: uma revisão de narrativa crítica da perspectiva fantiniana.
Castro, Y. L. B.; Matos, G. F.; Nicoletti, L. P.; Cardoso, V. D.	A formação do professor de Educação Física e sua atuação junto aos alunos com deficiência em boa Vista-RR.
Bersch, A. A. S. Ribeiro, C. B.	Apresentação
Silveira, S. R.; Freudenheim, A. M. Bassi, P. Oliveira, J. A.	Núcleo de direitos humanos da Escola de Educação Física e Esporte da USP: uma perspectiva educativa (2020)

Fonte: Elaborado pela autora

Os passos seguintes da análise possibilitaram o mapeamento dos artigos encontrados e agrupá-los por aproximação das temáticas discutidas pelas/os autoras/es. Conforme exposto no quadro 2- So-

bre revisão literatura, observa-se que todas as pesquisas foram desenvolvidas no âmbito das instituições públicas estaduais e federais de Ensino Superior, entre elas estão universidades e Institutos federais. Chama atenção que neste levantamento¹⁰ as publicações majoritariamente são oriundas da região nordeste do país, concentrado cinco trabalhos; seguido da região sul, com quatro produções; duas produzidas na região sudeste; e uma na região centro-oeste.

Quadro 2 – Sobre revisão literatura

Autoras/es	Título	Região/ Universidade	Ano de publicação
Leite, M.A.	Levantamento bibliográfico sobre corpo e gênero na formação dos discentes da licenciatura em Educação Física	Nordeste Universidade do Rio Grande do Norte (UERN) Mossoró-Rio Grande do Norte	2020
Odon, C. C.O. Baptista, T. J. R.	Abordagens do termo diversidade na Educação Física: uma revisão sistemática da literatura	Nordeste Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	2024
Miyashiro, N. V. L. Verão das Neves, L. H. D. Rosa, M. V. Salerno, M. B.	Formação continuada em educação física inclusiva: perspectivas interseccionais	Centro-Oeste Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)	2024

Fonte: Elaborado pela autora

¹⁰ Cabe sublinhar que se trata de um levantamento preliminar e atrelado a pesquisa em andamento.

A análise dos artigos que compõem esta categoria indica as questões que dizem respeito as relações de gênero, tanto na formação quanto na atuação de professoras/es de Educação Física, vêm sendo norteadas pela perspectiva cientificista, ligadas ao campo da biologia e da medicina, centrada no sexo biológico e na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Com tudo, o panorama acerca do levantamento realizado por Leite, M. A. (2020) é caracterizado por dois cenários. Um deles alicerçados numa perspectiva conservadora, na qual as e os agentes sociais (professoras/es) lutam para manutenção das relações de poder baseada na divisão de sexo vigente. Em um outro vigora um cenário mais otimista, no qual professoras/es de Educação Física discutem, problematizam gênero como marcadores sociais e suas intersecções com os marcadores de raça e classe.

Se considerarmos que em outros tempos essas discussões eram inexistentes nos territórios escolares, elas podem ser lidas como indício de mudanças, pois elas tensionam conceitos essencialistas, calcados na naturalização das desigualdades de gênero, que têm orientado parte das práticas pedagógicas e das relações sociais firmadas na escola.

Nas palavras de Joan Wallach Scott (1995, p. 86) os “[...] conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino.” Seguindo a linha de reflexão da autora, as tensões criadas pelas discussões relacionadas a gênero possibilitam questionamento desses conceitos, das normativas de gênero “[...] um campo primário no interior do qual,

ou por meio do qual, o poder é articulado” (Ibdem, p. 88).

As autoras e autores, apontados neste escrito, sinalizam de modo contundente a necessidade de discutir temáticas que problematizam as normativas essencialistas, baseadas nas hierarquias de sexo, raça e classe. Assim, conforme exceto a seguir extraído do trabalho de Leite (2020, p. 106):

Como pode ser percebido ao longo da leitura do texto, as discussões sobre o corpo e o gênero ainda são poucas e demonstram que existe resistência para que os temas sejam trabalhados de forma mais ampla no ambiente escolar. Tal fato pode ser explicado por 2 razões: a) a falta de uma formação dos professores para que essas discussões cheguem no ambiente escolar de forma adequada para cada grupo que se irá trabalhar; b) a restrição para as discussões nos documentos oficiais que norteiam a elaboração dos currículos e políticas públicas na educação, muito influenciada por viés religioso que vem de forma negativa discutir sobre o corpo e o gênero.

O Quadro 3 sobre a percepção gênero de estudantes de cursos de Educação Física, de professoras/es em atuação em escolas e estudantes da Educação Básica, concentra o maior quantitativo de trabalhos da triagem realizada, eles foram produzidos no âmbito de instituições públicas, estaduais e federais localizadas nas regiões do país nordeste, sudeste e sul, conforme apresentado a seguir:

Quadro 3 - A percepção de gênero de estudantes de cursos de Educação Física, de professoras/es em atuação em escolas e estudantes da Educação Básica

Autoras/es	Título	Região/ Universidade	Ano de publicação
Camargo de Oliveira, M. Jaeger, A. A.	Equidade de Gênero na Formação Docente em Educação Física	Sul Instituto Federal Farroupilha - campus Frederico Westphalen Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	2022
Vasconcelos, C. M. T. Ferreira, L. A.	A formação de futur@s professor@s de Educação Física: reflexões sobre gênero e sexualidade	Sudeste Universidade Estadual Paulista (UNESP)	2020
Oliveira, M. C. De Jaeger, A. A.	Esportes coletivos e formação docente	Sul Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	2023
Almeida, J. J. Jaeger, A. A.	O stoytelling como ferramenta de pesquisa no campo da Educação Física	1. Sul Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	2024

Autoras/es	Título	Região/ Universidade	Ano de publicação
Silva, A. M. G. da Aquino, J. A. C. De; Silva, M. A. G. da.	O que pensam professores de Educação Física sobre Mídia-Educação e questões de gênero? diálogos a partir de uma perspectiva colaborativa no Sertão Paraibano	Nordeste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2024
Novais, M. Santana, E. L.	“Ele não vai jogar por que é viado” problematizando relações de gênero nas aulas de Educação Física	Nordeste Universidade Federal da Bahia (UFBA)	2021

Fonte: Elaborado pela autora

Os estudos indicam que, ainda que os diferentes sujeitos do processo formativo (discentes da Educação Básica; professoras/es em formação iniciais e continuada; e professoras/es do Ensino Superior) tenham alguma proximidade com temas atrelados às questões como: as relações de gênero, a diferença e as desigualdades sociais, elas e eles demonstram “[...] fragilidades conceituais e a falta de articulação entre a teoria e a prática dessas temáticas [...]”. Fato que constitui uma problemática que, em alguma dimensão, diz respeito a formação e a atuação dessas/es profissionais (Vasconcelos, Ferreira, 2020, p.1).

Este cenário explicado a partir das lentes de Iara Bongiovani Saffioti (1976, p.2), parece inscrito no que a autora caracterizou por “[...] persistência de uma tradição cultural [...]”, na qual os papéis e as condições sociais de homem e mulher permanecem imutáveis, sendo a mulher submissa ao homem, ainda que seja incluída na esfera pública da vida, sua inserção se dá com resistência e de forma desigual.

A Educação Física se configura como uma instituição social de nosso tempo e lugar privilegiado de intervenção na esfera pública, uma vez que se faz presente em diferentes dimensões do viver do sujeito moderno. A título de exemplo, temos os currículos escolares, onde a disciplina é componente obrigatório e deve compor a trajetória formativas das gerações mais novas. Em função disso, esta área de conhecimento humano tem por desafio de pensar criticamente seu campo de formação e intervenção. As análises das estudiosas Myllena Camargo de Oliveira e Angelita Alice Jaeger (2023, p.17) caminham nesta direção ao refletir sobre o trato das relações de gênero nas práticas formativas adotadas nos processos de profissionalização, elas apontam

[...] que a masculinidade hegemônica produzida e reproduzida pelo cânone esportivo ainda é cultivada nas aulas e reverbera desde o período escolar até a formação inicial de professores/as. Entretanto, é preciso desconstruí-la e os cursos de formação docente em Educação Física são, ao mesmo tempo, o espaço central de sua produção e o lócus privilegiado de seu desmoronamento.

Em diálogo com bell hooks e Butler, Milla Novais e Eder Luís Santana (2021) em seus estudos buscaram problematizar as questões de gênero, corpo e a dominação masculina nas aulas de Educação

Física na Educação Básica. O contexto das aulas analisadas no referido trabalho reflete a realidade das escolas do país, como denotam Novais e Santana: “Na prática, percebe-se a típica lógica de meninos de um lado, meninas do outro. Para quem não se encaixa nesse padrão binário, sobra a violência e a não aceitação em nenhum dos lados” (ibidem, p. 112). A pesquisa assinala que

um dos desafios da educação física é encontrar maneiras de empoderar jovens a se sentirem confiantes em relação aos seus corpos. Quando se propõe a separação de alunos e alunas, os meninos tendem a dominar o espaço físico da quadra. Eles tiram camisas, usam bermudas, calças, shorts; meninas têm que pensar no tamanho das roupas, no quanto podem destacar silhuetas e como devem preservar seus corpos. (ibidem, p.114)

A categoria 4, versa sobre a formação e documentos curriculares. Nesta triagem consta um único estudo e como os demais, foi desenvolvido no contexto da universidade pública, localizado na região sudeste, conforme apresentado na sequência.

Quadro 4- Sobre a Formação e documentos curriculares

Autoras/es	Título	Região/ Universidade	Ano de publicação
Zubcich Caia- do de Castro, P. H., G o n ç a l v e s Baptista, G.	Gênero, raça e formação docente: análise das ementas da Escola de Educação Física e Desportos- UFRJ.	Sudeste Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	2020

Fonte: Elaborado pela autora

Os professores Pedro Henrique Zubcich Caiado de Castro e Guilherme Gonçalves Baptista (2020), analisaram as ementas de disciplinas obrigatórias de um curso de Licenciatura em Educação Física, visando examinar o trato das questões de gênero e raça.

Os autores evidenciam que:

Entre os resultados, apenas três ementas explicitamente abordaram questões de raça vinculadas à cultura corporal expressa nas diferentes manifestações corporais dentro da Educação Física. Apenas uma disciplina tangenciou o higienismo e poderia derivar uma possível discussão sobre a construção do papel do homem e da mulher em meio à cultura corporal e esportiva. Outras seis mencionaram palavras afeitas às temáticas investigadas, sem aprofundar a discussão.

As análises do estudo têm relações com o contexto reprodutivista, heteronormativo e essencialista vigente no trato pedagógico das práticas corporais e relacionado a concepção de docentes participantes da pesquisa. Essa relação fica evidenciada quando se observa que o currículo que norteia a formação docente possui forte vínculo com a perspectiva *biologicista*, instituída desde a disciplinarização da Educação Física nas décadas de 1930, na qual se compreendia

[...] que os Exercícios Físicos fossem capazes de higienizar a sociedade, formando homens de corpo e caráter fortes, para que se tornassem capazes de servirem à Pátria e a família, dentro da ordem estabelecida. Por isso, impunha-se, ao sexo masculino, padrões de comportamento estereotipado, próprios da conduta disciplinar exigida nos quartéis. Além disso, os Exercícios Físicos estavam encarregados de dar aos corpos frágeis das mulheres, saúde para cumprir a “missão” da maternidade e graciosidade e beleza para exercerem, a contento, seus papéis de esposa, funções exercidas à “sombra” do lar e dos homens. (Sousa, 1994, p. 28-29).

João José Barbosa Sana (2023, p. 31), apoiado em Saffioti, colabora para o entendimento de que tal perspectiva coaduna com

[...] ordem patriarcal de gênero deve ser entendida como uma ideologia que naturaliza a dominação/exploração no âmbito de uma relação civil que concede direitos sexuais aos homens em prejuízo das mulheres, edifica uma relação hierárquica que se faz presente em todos os espaços da sociedade, inclusive sobre outros homens e crianças, considerados inadequados ao padrão hegemônico e constitui uma estrutura de poder que se baseia tanto na ideologia quanto na violência.

Sob esse viés, as práticas corporais escolarizadas, que se configuram como objeto de ensino e aprendizagem, quando elas são desenvolvidas de modo acrítico caminham para atualização das categorias sociais que hierarquizam os corpos a partir de características biológicas ligadas ao sexo e ao fenotípico. Tais características passam a operar como marcadores sociais que atravessam nossa subjetividade, nossas ações no mundo, o modo como seremos reconhecidos, nosso papel e a nossa condição nas esferas particular e pública da vida (GOMES, 2002).

Por fim, temos a quinta categoria, composta por um artigo elaborado no contexto da universidade federal, de acordo com o quadro a seguir. Os autores problematizam a participação de docentes em atividades sindicais considerando a perspectiva marxista.

Quadro 5 - Professoras/es de Educação Física e Gênero associado outras temáticas

Autoras/es	Título	Região/ Universidade	Ano de publicação
Frizzo, G. F. E. Silveira, L. L. De Oliveira, I. B.	Participação política do professorado de Educação Física no movimento sindical.	Sul Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	2021

Fonte: Elaborado pela autora

Ainda que o objetivo do referido trabalho não tenha relação com todos os termos utilizados na triagem (“Educação Física”; “formação docente” e “gênero”), o mesmo foi mantido no escopo de estudo do presente artigo, pois a análise realizada pelos autores dialoga com a problemática, no que diz respeito as relações de gênero e a atuação política de professoras/es de Educação Física no território escolar.

Giovanni Felipe Ernst Frizzo, Leonardo Lemos Silveira, Ivan Bremm de Oliveira (2021, p. 314), inferiram que a participação de docentes em atividades sindicais é atravessada por dois fatores, o primeiro relativo as políticas neoliberais em vigência desde o início dos anos 2000 e que atuam sobre a formação docente, o outro fator refere-se a

[...] disparidade de gênero significativa no engajamento político do professorado no movimento sindical. Pois, entre os homens a maior parte destes participam de greves e manifestações ou são sindicalizados; enquanto que a maioria das mulheres não se envolvem com as atividades do movimento sindical e não são sindicalizadas. Isso pode ser explicado pelos fundamentos da sociedade patriarcal em que as mulheres realizam múltiplas tarefas no cotidiano, o que as afastaria do movimento sindical.

Os apontamentos dos autores nos sinalizam para a permanência das desigualdades baseadas no sexo, orientadoras das práticas sociais de homens e mulheres que garantem aos homens condições para exercer as dimensões políticas diretamente relacionadas ao seu papel social na escola e na construção de uma sociedade mais igualitária, ao mesmo passo que estabelece um território de controle do papel e da condição das mulheres, incluídas na esfera pública da vida.

Dessa forma, o trabalho exercido pela mulher na vida privada permanece sendo uma via de exploração da sua força de trabalho, que mantêm a produção da vida cotidiana dos maridos (lavando, passando e cozinhando) e assegura os cuidados e a educação da prole, sem remuneração. Práticas que, somadas ao exercício profissional, se configuram como a conhecida dupla ou tripla jornada de trabalho. E são essas práticas que, de algum modo, alimentam o universo cultural que cristaliza a normatividade de domínio, opressão e exploração da mulher (Safiotti, 2013).

Seguindo o passo destas reflexões, de modo semelhante as dinâmicas de gênero desenvolvidas nas sociedades pré-capitalistas e no “[...] processo de urbanização que a revolução industrial intensificou [...]”, o trabalho das mulheres na atualidade permanece marcado por contradições ditadas pela hierarquização sexual (Safiotti, 2013, p.19). Safiotti (ibidem) ao tecer análises sobre o trabalho feminino na modernidade, aponta que

Necessário se faz ultrapassá-lo, examinando o grau de exploração de que é alvo o trabalho feminino enquanto atividade exercida por um contingente humano subvalorizado sob vários aspectos; e, sobretudo, as implicações, quer no nível da personalidade feminina, quer no nível da organização e da estrutura da sociedade, do não-

-trabalho remunerado da mulher, isto é, de sua marginalização do sistema produtivo de bens e serviços.

Nesse contexto de análise, encontramos aproximações entre as consequências da exploração e da marginalização que sujeitaram as mulheres em outros momentos históricos e as mazelas que atravessam a existência das mulheres na atualidade, entre elas está a fragilidade do engajamento de mulheres nas lutas por melhores condições de trabalho, conforme anuncia o artigo tratado nesta categoria.

Considerações finais

O caminho metodológico que adotei para responder a problemática levantada neste estudo, o que nos dizem os trabalhos acadêmicos produzidos no campo da Educação Física sobre a formação docente e as relações de gênero, fornece elementos iniciais capazes de indicar a situação da produção teórica que circunscreve os desafios contemporâneos colocados à formação de professoras/es.

Ao tomar como referência as regiões e as instituições de onde as publicações que fazem parte desta triagem inicial são oriundas, cabe observar que o debate sobre as relações de gênero não tem se dado de maneira uniforme no país. Ainda, as publicações estão restritas ao contexto das instituições públicas, estaduais e federais, de Ensino Superior.

Sobre este ponto, vale sublinhar que, formação docente tem sido ofertada de forma majoritária por instituições privadas (Sguissardi, 2025), com isso, a ausência de trabalhos relacionados a temática das relações de gênero no âmbito destas instituições configura-se, como um dado preocupante. Considerando a distribuição dos traba-

lhos analisados por regiões do país e a realidade desigual e violenta, a qual estão sujeitas as mulheres, os dados chamam a atenção para necessidade de pulverização das discussões em todo território nacional.

A respeito da concepção de professoras/es e do corpo discente da Educação Básica, as produções indicam que tem vigorado percepções essencialistas acerca das construções das masculinidades e feminilidades e, por outro lado, sinalizam a importância da formação inicial e continuada de professores em abordar os temas como gênero, sexualidade e as suas intersecções com marcadores de raça e classe.

Neste sentido, Leite (2020, p.106) assevera ser

[...] necessário compreender que para trabalhar as perspectivas de gênero e suas implicações sociais dentro do contexto escolar é preciso que os professores tenham uma formação adequada, seja ela na graduação ou em cursos de aperfeiçoamento ou de pós-graduação, caso contrário, as ações em ambientes educacionais podem acen-
tuar os estereótipos de gênero e ampliar os preconceitos.

Se considerarmos que as discussões e teorizações no campo acadêmico sobre gênero são recentes, é possível compreender o cenário de ausência e resistência da temática nos currículos de formação. O que não significa apagar a necessidade de tensionar os mecanismos que interditam a inclusão das questões que produzem a heteronormatividade, a racialização e a exploração nos e dos corpos humanos.

Por fim, é pertinente ponderar, em parceria com as ideias de Jardim Pinto (2003, p. 20), que a conquista de direitos das mulheres (como direito ao voto, a formação profissional e ao trabalho remu-

nerado) não se tratam de um lugar inaugurado por nós, mas dizem respeito a um território masculino que temos “[...] rompido e transformado [...]” com as nossas presenças, com as nossas formas de resistência e nossas capacidades de transformar a realidade, mesmo que, majoritariamente, estas sejam lidas, compreendidas e explicadas de modo alegórico pela racionalidade vigente.

Diante do exposto, compreendo que de um lado o cenário da formação docente, especialmente no campo da Educação Física, pode ser lido como domínio masculino, sendo um dos mecanismos reguladores das mulheres, papéis e funções. De outro podemos compreender a passagem forçada das mulheres para o interior do território público, socialmente e culturalmente estabelecido como pertencente ao homem, mas que termos circunscritos a partir de referências que atravessam nossas existências particulares e coletivas.

Referências

- ALMEIDA, F. Q. GOMES, I. M. BRACHT, V. **Epistemologia da Educação Física**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Núcleo de Educação Aberta e a Distância, 2013.
- ALMEIDA, J. J. de; JAEGER, A. A. O storytelling como ferramenta de pesquisa no campo da educação física. **New Trends in Qualitative Research**, Oliveira de Azeméis, Portugal.
- BRACHT, V. **Territorialidade e diversidade regional no Brasil e América Latina: suas conexões com a Educação Física e as Ciências do Esporte** / Paula Cristina da Costa Silva [et al.] organizadores. – Florianópolis: Tribo da Ilha, 2016. v.1 (176p.)
- BRACHT, V. **A Educação Física no Brasil: o que ela vem sen-**

- do e o que ela pode ser. (Elementos de uma teoria pedagógica para a Educação Física).** Ijuí: Ed. Unijuí, 2019.
- BRACHT, V. *Educação Física E Escola. Vitória-ES: Universidade Federal do Espírito Santo, Núcleo de Educação Aberta e a Distância, 2009.*
- BRUSCHI, M. **As mulheres na escolarização de Educação Física no Espírito Santo: professoras e autoras (1931-1936).** 2015. - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/0ab505ea-646f-4aa8-9090-05156b0aa33e/content>. Acesso em: 13 maio. 2026.
- CASTRO, Y. L. B. de; MATOS, G. F. de; NICOLETTI, L. P.; CARDOSO, V. D. **A formação do professor de educação física e sua atuação junto aos alunos com deficiência em boa vista-rr. Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada, v. 21, n. 1, 2020.** Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2674-8681.2020.v21n1.03.p31>. Acesso em: 13 maio. 2026.
- CASTRO. S. **Nany Fraser e a teoria da justiça na contemporaneidade. Revista Descrição. V.2, n.2. 2010.** Disponível em: <https://revistas.ufrrj.br/index.php/Redescricoes/article/view/14897> Acessado em: 06/agosto/2023.
- DUBAR, C. **A Socialização.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FIGUEIREDO, P. K. **A história da Educação Física e os primeiros cursos de formação superior no Brasil: o estabelecimento de uma disciplina (1929-1958).** 2016. - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/2664abd3-4463-4b00-bbd1-452ebfbbfe55>. Acesso em: 13 maio. 2026.
- FIGUEIREDO, Z. C. C. **Educação Física, Formação Docente**

E Currículo. [S. l.]: GM Gráfica e Editora, 2009.

FRIZZO, G. F. E.; SILVEIRA, L. L.; DE OLIVEIRA, I. B. Participação política do professorado de educação física no movimento sindical. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 304–316, 2020. DOI: 10.9771/gmed.v11i3.34466. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/34466>. Acesso em: 17 nov. 2025.

GIROUX, H. A. **Os Professores Como Intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOMES, N. L. Educação e Identidade Negra. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, v. 9, p. 38–47, 2002 b. Disponível em: <https://doi.org/10.17851/2317-2096.9..38-47>

GOODSON, I. Currículo: teoria e história. 14^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HOLLANDA, H. N. de (org.). **Pensamento feminista – conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

JARDIM PINTO, C. R. J.. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15–23, jun. 2010.

JOSSO, M.-C. **Experiências de vida e formação**. Tradução José Cláudio; Júlia Ferreira. São Paulo, SP: Cortez, 2004.

JOSSO, M.-C. **Caminhar Para Si**. São Carlos, SP: EDIPUC, 2010.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEITE, M. A. (2020). Levantamento bibliográfico sobre corpo e gênero na formação dos discentes da licenciatura em Educação Física. *Lecturas: Educación Física y Deportes*, 25(266), 98-108.

Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efdeportes/index.php/EFDeportes/article/download/1914/1254?inline=1> Acessado em: 26/nov./2025

- LIBÂNEO, J. C.. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar em Revista**, n. 17, p. 153–176, jan. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/xrmzBX7LVJRY5pPjFxx-QgnS/?lang=pt> Acessado em: 26/Nov./2025
- LIMA, Lana Lage da Gama; NADER, Maria Beatriz. Violência contra a mulher. Da legitimação à condenação social. In. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo ; Contexto, 2012. P. 286-312. Acesso em: 17 nov. 2025.
- LOPES, M. A. C.; FREIRE, E. dos S. Mídia-educação e a educação física escolar: uma revisão narrativa crítica da perspectiva fantiniana. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 8, p. 2270–2280, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rase.v9i8.11063> Acesso em: 13/mai.2025.
- LUGONES, M. Rumbo ao feminismo decolonial: HOLLANDA, H.B. **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**, Bazar bom tempo, 2019.
- MIYASHIRO, N. V. L.; NEVES, L. H. D. V. das; ROSA, M. V. da; SALERNO, M. B. Formação continuada em educação física inclusiva: perspectivas interseccionais. **Ensino & Pesquisa**, Guarapuava, v. 22, n. 2, p. 8210, maio/ago. 2024. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/ensinoepesquisa/article/view/8210>. Acesso em: 15/nov.2025.
- MORAES, B. C. S. L.; DIAS, J. R. A.; OLIVEIRA, R. C. D. As narrativas de gênero na educação física escolar: scoping re-

- view da literatura científica brasileira nas ciências da saúde. **Educação em Revista [Online]**, Belo Horizonte, v. 39, p. 1–19, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469839104> Acesso em: 17 nov. 2025.
- NOVAIS, M.; SANTANA, E. L. “Ele não vai jogar porque é via-do!” Problematizando relações de gênero nas aulas de educação física. **Interfaces Científicas - Educação**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 109–123, 2021. DOI: 10.17564/2316-3828.2021v11n1p109-123. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/10440>. Acesso em: 15 nov. 2025.
- NÓVOA, Antônio. Os professores e a histórias da sua vida. In: NÓVOA, Antônio (Org.). *Vidas de Professores*. 2. ed. Porto: Porto, 2002.
- ODON, Camila da Costa Oliveira; BAPTISTA, Tadeu João Ribeiro. Abordagens do termo diversidade na educação física: uma revisão sistemática da literatura. **Corpo consciência**, [S. l.], v. 28, p. e17947, 2024. DOI: 10.51283/rc.28.e17947. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/17947>. Acesso em: 15 nov. 2025.
- OLIVEIRA, Myllena Camargo de; JAEGER, Angelita Alice. Esportes coletivos e formação docente: relações de poder e resistências entre estudantes. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 61, n. 69, 2023. DOI: 10.21680/1981-1802.2023v61n69ID33612. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/33612>. Acesso em: 15 nov. 2025.
- OLIVEIRA, M. C. de; JAEGER, A. A. Equidade de Gênero na Formação Docente em Educação Física. **Revista Contexto & Educação**, v. 37, n. 118, p. e12725–e12725, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2022.118.12725>

Acesso em: 15 nov. 2025.

- PERROT, M. Escrever a história das mulheres In:PERROT, M. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2008. p. 15-29.
- PACHECO, Ana Júlia Pinto. Educação Física feminina: uma abordagem de gênero sobre as décadas de 1930 e 1940. **Revista da Educação Física**, v. 9, n. 1, p. 45-52, 1998. *Acesso em: 17 nov. 2025.*
- PRECIADO. P. B. Dysphoria Mundi: o som do mundo desmoronando. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (org.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 5. ed. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SAFFIOTTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade. São Paulo: expressão Popular. 1973, p. 7-44.
- SAGUISSARDI, v. A Expansão da Educação Superior e Desmonte de produção Científica e formação de pesquisadores no Brasil. Disponível em: <https://vsguissardi.com.br/wp-content/uploads/2024/06/expansao-da-educacao-superior-e-desmonte.pdf> Acessado em: 10/dez/2025.
- SANA, J. J. B.. Patriarcado, feminicídio e políticas públicas no Caparaó Capixaba. Tese doutorado. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciência humanas e naturais, 2023, p. 23-47; 184-231.
- SILVA, A. M. G. da; AQUINO, J. A. C. de; SILVA, M. A. G. da. O que pensam professores de educação física sobre mídia-educação e questões de gênero? Diálogo a partir de uma perspectiva colaborativa no sertão paraibano. **Revista Ilustração**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 29-40, 2024. DOI: 10.46550/ilustracao.v5i2.279. Dis-

ponível em: <https://journal.editorailustracao.com.br/index.php/ilustracao/article/view/279>. Acesso em: 17 nov. 2025.

SILVEIRA, S. R.; FREUDENHEIM, A. M.; BASSI, P.; OLIVEIRA, J. Á. de. Núcleo de Direitos Humanos da Escola de Educação Física e Esporte da USP: uma perspectiva educativa. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 34, n. Esp., p. 1–9, 2020. Acesso em: 13 abril. 2026.

SOUSA, E. S. **Meninos, à marcha! Meninas, à sombra! A história do ensino da educação física em Belo Horizonte (1897 – 1994)**. 1994. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

SOUSA, C. A.; COSTA, T. B.; EHRENBERG, M. C. Educação Física decolonial: análise, desafios e perspectivas em Paulo Freire e Frantz Fanon. **Educação**, v. 46, n. p. 1-27. ja/dez., 2021. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/003099061>>. Acesso em: 13 maio 2026.

SWAIN, Tania. Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade. In. STEVENS, Cristina. Maternidade e feminismo: diálogos na Literatura Contemporânea. Maternidade e Feminismo: diálogos interdisciplinares. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007. p. 201-247. Acesso em: 17 nov. 2025.

VASCONCELOS, C. M. T., FERREIRA, L. A. A formação de futur@as professor@s de Educação Física: reflexões sobre gênero e sexualidade. **Educação em Revista**. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, v. 36, p. -, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=all&id=W3024401703> Acessado em: 14 nov. 2025

ZUBICICHI, Caiado de Castro, P. H. & Gonçalves Baptista, G. . Gênero, raça e formação docente: análise das ementas da Escola de Educação Física e Desportos- UFRJ. 2020. **Educación Física y Deporte**, 38(2), 321-340. Jul.-Dic.[https://doi.org/10.17533/Disponível em: file:///home/audrei/Downloads/lauracalle,+v38n2a05.pdf](https://doi.org/10.17533/Disponível%20em%3Afile:///home/audrei/Downloads/lauracalle,+v38n2a05.pdf) Acessado em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/educacionfisicaydeporte/article/view/338997> 14 nov. 2025.

O enfrentamento à violência doméstica é dever de todas as instituições: o exemplo da atuação do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Domingos Augusto Taufner¹

Introdução

De acordo com o art. 5º da Lei Maria da Penha, a violência doméstica contra a mulher configura-se como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que possa causar morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

O presente artigo tem por objetivo apresentar a atuação do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) nas ações de enfrentamento à violência contra mulheres e meninas, com ênfase no período em que o autor exerceu a Presidência da Corte, entre 2024 e 2025.

O artigo inicia-se com um relato do percurso pessoal do autor e do processo de tomada de consciência acerca do tema. Em seguida, analisa como a questão foi tratada ao longo das últimas quatro décadas, período em que o autor acompanhou o relato de vários acontecimentos. Na sequência, aborda-se a atuação do Tribunal de

¹ Domingos Augusto Taufner é Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), oriundo da carreira do Ministério Público de Contas, na qual ingressou por concurso público. Exerceu a Presidência do TCE-ES nos biênios 2014-2015 e 2024-2025. Informação institucional.

Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) no âmbito do controle externo, especialmente a partir da realização de auditoria nos órgãos estaduais e municipais responsáveis pelo enfrentamento da violência contra mulheres e meninas.

O texto também apresenta as iniciativas desenvolvidas para conferir maior visibilidade ao tema e incentivar o engajamento dos dirigentes municipais, ações que culminaram, inclusive, na escolha do assunto como tema do calendário institucional do TCE-ES para 2026. Por fim, são discutidos os próximos passos, reforçando-se que se trata de uma luta permanente e ainda em curso.

Histórico pessoal

Ao final da minha adolescência e início da vida adulta comecei a participar de um grupo de jovens da Igreja Católica da Glória localizada em Vila Velha (ES). As reuniões aconteciam no início das tardes dos domingos. Após as reuniões, um pequeno grupo subia o morro de Jaburuna, bairro vizinho, para fazer um trabalho de evangelização.

Nas inúmeras visitas feitas constatamos a existência de muitas mães criando os filhos sozinhas (hoje chamadas de mãe solo), vivendo com extrema dificuldade, mas nunca desistindo. Essas mães, ou sofriam com o abandono, ou com a convivência com parceiros abusivos.

Esta vivência na juventude foi decisiva para moldar meu comportamento ao longo da vida, despertando em mim a convicção de que as questões sociais deveriam ocupar lugar central em todas as minhas atividades. Queria fazer algo por essas mães, mas não sabia

o que fazer. Tive até dois mandatos de Vereador no Município de Vila Velha, atuei intensamente na promoção da democratização da gestão pública e da moralidade administrativa, mas confesso que não consegui amparar essas mães na medida da dignidade que elas mereciam — e ainda merecem.

Mas sempre mantive em mim essa determinação que não poderíamos deixar sozinhas as mulheres que lutavam tanto para criar os seus filhos, que lidavam com enormes adversidades no âmbito doméstico e no mercado de trabalho — em especial as mulheres negras — que eram vítimas recorrentes de diversas formas de abandono e abuso. Isso nunca foi justo!

Registro que sempre admirei essa dedicação que as mulheres têm aos homens que amam. É algo que nós homens não conseguimos retribuir a contento, por mais que tentemos romper com o machismo que está incrustado dentro de nós.

Contudo, não devemos deixar de perseguir o objetivo de retribuir à altura o amor que as mulheres nos dedicam. Infelizmente, muitos homens punem as mulheres (que os amam) de várias maneiras: desde a indiferença até a violência.

O comportamento de muitos homens, mesmo de alguns ditos modernos, de reduzir a mulher à condição de objeto sexual e de cuidadora; de aproveitar de sua vulnerabilidade, seja financeira ou emocional; o ciúme obsessivo; a proibição de sair ou viajar; a imposição para que se afaste de familiares e amigos; além de tantas outras condutas abusivas, vão minando a autoestima e a confiança dessas mulheres e tornando-as cada vez mais suscetíveis a seus abusos.

O mais perverso é quando o homem, consciente da dependên-

cia financeira ou emocional da mulher, instrumentaliza essa vulnerabilidade, submetendo-a à humilhação por saber o quanto lhe será difícil sair da relação.

Alguns homens até reconhecem que a violência contra as mulheres tem acontecido com mais frequência, mas pensam que quem pratica são “os outros” e não conseguem se enxergar como abusadores. Cabe a nós, homens, uma reflexão profunda sobre se em algum momento praticamos tais atos. Devemos estar em constante vigilância para, a partir daí, adotarmos uma mudança de comportamento, de postura, de atitude.

Contexto histórico geral

O que foi retratado no início do capítulo anterior ocorreu durante a década de 1980, época que não existia o Programa do Governo Federal “Bolsa Família” nem a Lei Maria da Penha, instituídos para oferecer assistência e um mínimo de dignidade, e garantir proteção para as mulheres vítimas dos agressores. Com o tempo, fui acompanhando as notícias do aumento de casos de violência contra a mulher. Na realidade, essa violência sempre foi grande, mas ficava escondida.

Com a redemocratização do Brasil e conquista de mais liberdade de imprensa, os fatos passaram a ser mais noticiados, ao mesmo tempo em que as mulheres passaram a ter melhores condições de denunciar, ampliou-se também o acesso a programas sociais, fator que contribuiu significativamente para a redução de sua vulnerabilidade social básica.

As notícias publicadas na imprensa, somadas aos relatos que

chegavam por intermédio de terceiros, evidenciavam a ocorrência de inúmeros casos de agressões, de diferentes formas, contra mulheres, sobretudo no ambiente familiar.

Não raramente, tais agressões culminavam no homicídio de mulheres perpetrado por seus próprios companheiros, indivíduos com os quais mantiveram vínculos afetivos e aos quais dedicaram grande parte de sua trajetória pessoal.

Qualquer assassinato é inaceitável, mas tirar a vida da mãe dos próprios filhos é uma violência ainda mais devastadora, pois condena estas crianças à perda de quem, em regra, é sua maior defensora e fonte de afeto. Além disso, sempre fiquei indignado com as agressões (e até morte) dos próprios filhos para se vingar da mulher (atualmente conhecida como violência vicária).

Com o tempo, continuamos vendo ser noticiadas uma infinidade de casos de violência contra a mulher. Num primeiro momento, o sentimento do senso comum é de que a dependência econômica é a principal causa de submissão da mulher. O que faz sentido, em algumas situações, pois muitas mulheres permanecem num relacionamento abusivo, por medo de ficarem sem recursos para prover os seus filhos (primeiro eles) e ela própria.

A partir da constatação dessa forma de agressão e permanência involuntária, foram sendo criadas maneiras para o empoderamento feminino, para auxiliá-las no acesso ao mercado de trabalho, bem como para facilitar-lhes o empreendedorismo, se assim desejassem. Tanto é que recentemente foi publicada pesquisa evidenciando que na maioria dos lares brasileiros, a renda da mulher é preponderante².

2 FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). *Mais da metade dos lares brasileiros é chefiada por mulheres, que ganham 30% a menos que os homens*. Blog da Conjuntura Eco-

Apesar desses avanços, ainda incipientes, é verdade, ouvimos casos de empresárias, modelos, juízas, delegadas, mulheres reconhecidamente independentes, empoderadas e com acesso à informação, que foram agredidas e até mortas. E não são casos isolados. Muitas ainda se encontram nesta situação. É um problema que vai além da dependência financeira e falta de acesso à informação.

Constatou-se que o problema extrapola a dependência financeira e a ausência de acesso à informação. Como uma das respostas a essa realidade, foi editada a Lei 11.340/2006³, conhecida como Lei Maria da Penha, com amplo espectro de punição aos agressores e de proteção às vítimas. Sem dúvida, uma lei reconhecida internacionalmente. Mesmo assim, a violência, principalmente a doméstica, não retrocedeu.

Para apurar o problema da violência contra a mulher foi constituída pelo Congresso Nacional, nos anos 2012 e 2013, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Mulher, que teve como relatora a senadora capixaba Ana Rita Esgário (PT-ES). Em seu relatório⁴ foi recomendada a tipificação do feminicídio como crime hediondo. O crime de feminicídio foi criado pela Lei n° 13.104/2015⁵,

nômica, 2025. Disponível em: <https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/mais-da-metade-dos-lares-brasileiros-e-chefiada-por-mulheres>. Acesso em: 15 abr. 2026

3 BRASIL. Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006. *Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal (...)*. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 13 abr. 2026.

4 SÉCULO DIÁRIO. *CPMI da violência contra a mulher entrega relatório à presidente Dilma*. 27 ago. 2013. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/direitos/cpmi-da-violencia-contra-a-mulher-entrega-relatorio-a-presidente-dilma/>. Acesso em: 13 abr. 2026

5 BRASIL. *Lei n° 13.104, de 9 de março de 2015*. Altera o art. 121 do Código Penal brasileiro para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime

inicialmente como agravante do crime de homicídio e depois como crime autônomo. Na última modificação⁶, teve a pena aumentada para 40 anos de reclusão.

Mesmo com o endurecimento das penas, a violência doméstica e, principalmente o feminicídio, continuaram com números crescentes e com o aumento da crueldade nas ocorrências.

Diante de tudo isso que foi retratado, sempre quis fazer algum trabalho mais específico em prol do enfrentamento à violência contra a mulher, particularmente a violência doméstica. Durante todo esse tempo, acompanhei notícias, realizei leituras e participei de reuniões e debates; contudo, ainda não havia empreendido uma ação mais específica e robusta.

Com meu retorno à Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), para o mandato de 2024–2025 — função que já havia exercido no período de 2014–2015 —, constatei a existência de espaço institucional para a adoção de iniciativas voltadas ao apoio e ao fortalecimento das ações de enfrentamento da violência doméstica, desenvolvidas por diversas instituições no Estado do Espírito Santo.

de homicídio e inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em: 13 abr. 2026.

6 BRASIL. Lei nº 14.994, de 9 de outubro de 2024. Altera o Código Penal e outras normas para tornar o feminicídio crime autônomo, agravar penas e estabelecer medidas de prevenção e combate à violência contra a mulher. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114994.htm. Acesso em: 13 abr. 2026.

A necessidade de atuação no tema

É público e notório a epidemia que vivemos atualmente de violência contra mulheres e meninas. O número de feminicídios, que é o ato mais cruel e irreversível, é muito alto. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública⁷ apontam que em 2025, foram registrados 1.568 casos, um aumento de 4,7% em relação ao ano anterior. Outras formas de violência que não resultam em morte, mas são também cruéis, nem sempre são noticiadas com a mesma intensidade. É o caso de ameaças, violência patrimonial e psicológica, agressões físicas, tentativas de feminicídio, estupros, dentre outras, o que torna urgente a adoção de medidas para o combate a este mal.

E aí fazemos uma pergunta: será que o trabalho de enfrentamento à violência contra mulheres e meninas deve ser feito de maneira sistemática apenas pelos órgãos dos vários poderes que foram criados especialmente para este fim?

Não há dúvida de que os órgãos especializados, sobretudo, para o tema a que se propõe podem desempenhar melhor seu trabalho. Entretanto, dada a realidade que enfrentamos atualmente, torna-se necessário que mesmo os órgãos públicos e instituições de caráter privado, que não atuem diretamente nesse enfrentamento, tenham preocupação e coloquem o tema em pauta.

Quando algo grave precisa ser resolvido, é imprescindível um esforço coletivo para dar o apoio necessário aos órgãos e instituições que atuam diretamente no tema, além da tomada de ações complementares. Isso, é claro, sem tirar o protagonismo dos órgãos e insti-

7 FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Nota técnica: Dia Internacional da Mulher 2026. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2026/03/nota-tecnica-dia-mulher-2026.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2026.

tuições que foram criadas especificamente para aquele tema. E sem tirar-lhes as ações que lhes são privativas devido a uma questão de ordem legal ou técnica.

Faço aqui uma comparação com a temática da saúde. Algumas ações pontuais são de responsabilidade exclusiva de determinado órgão, bem como fazem parte das atribuições de profissionais habilitados para o desenvolvimento daquela demanda. Todavia, instituições públicas e privadas, mesmo não sendo da área da saúde, podem e devem atuar, por exemplo, na adoção de hábitos saudáveis, incentivando a população a se vacinar, criando ambientes melhores de trabalho, defendendo políticas públicas que tornem a saúde acessível a todas as pessoas. Estes gestos podem potencializar o trabalho feito pelas instituições e profissionais de saúde.

Outro exemplo é a comunicação. Em uma instituição este trabalho é conduzido por um setor formado por profissionais da área, pode ser uma secretaria, um departamento ou uma assessoria de comunicação. Entretanto, uma boa equipe de comunicação não garante, por si só, que uma instituição conseguirá se comunicar bem com o seu público interno e externo. Isso dependerá muito das atitudes de todos que atuam na corporação, principalmente seus líderes.

Os dois exemplos acima evidenciam que um problema, principalmente quando é grave e complexo, somente pode ter um enfrentamento mais efetivo a partir de esforços coletivos, ainda que nem todos os envolvidos atuem pontualmente nele.

A fiscalização feita pelo TCE-ES

O Tribunal de Contas é o titular do controle externo da Admi-

nistração Pública. Além do controle de legalidade e de legitimidade da despesa pública, o órgão também deve fiscalizar a operacionalidade das políticas públicas. Embora o cumprimento da lei seja uma obrigação fundamental, ela não basta por si só. É indispensável que a gestão pública seja eficiente, orientada para resultados, garantindo que os recursos públicos efetivamente se traduzam em benefícios à sociedade.

Não é novidade a atuação do TCEES na realização de auditorias relacionadas às questões de gênero. Em 2018, por exemplo, foi conduzida auditoria destinada a verificar as condições das delegacias especializadas no atendimento à mulher e da casa abrigo, oportunidade em que foram identificados diversos problemas, notadamente as precárias condições estruturais dos espaços destinados ao atendimento⁸.

Já em 2024, foi contemplada a execução de auditoria operacional destinada a avaliar a eficácia das ações de combate à violência contra as mulheres, com especial atenção às políticas de prevenção e de acolhimento”. Ela foi materializada no processo TC 3548/2024 resultando no Acórdão 0010/2025⁹ de relatoria do Conselheiro Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha.

Embora a iniciativa para a realização da auditoria operacional das ações governamentais de enfrentamento da violência de gênero

8 SCHAEFFER, José Carlos. *Atendimento à mulher vítima de violência passa por auditoria no ES*. Vitória: A Gazeta, 31 maio 2019. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/atendimento-a-mulher-vitima-de-violencia-passa-por-auditoria-no-es-0619>. Acesso em: 13 abr. 2026.

9 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *Acórdão nº 0010/2025 – Plenário. Processo TC 3548/2024*. Diário Oficial de Contas do TCE-ES, Vitória, 10 fev. 2025. Disponível em: <https://diario.tcees.tc.br/edicao/2025/02/10/atos-plenario/acordaos-pareceres-plenario/noticia/62100>. Acesso em: 13 abr. 2026.

contra mulheres e meninas tenha sido da área técnica, o autor deste artigo apoiou integralmente sua execução e desempenhou papel ativo na divulgação dos resultados alcançados.

A referida auditoria, realizada em 2024¹⁰, revelou deficiência nos diversos programas e ações do Governo do Estado do Espírito Santo relativos ao tema, identificando fragilidades nas ações de prevenção e acolhimento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres e meninas, no período de 2022 a 2024. Em resposta, o Tribunal formulou 18 recomendações à Secretaria Estadual das Mulheres, que serão monitoradas.

Basicamente, as recomendações referem-se à uma melhor coordenação das ações entre todos os atores envolvidos, ao fortalecimento das estruturas de defesa das mulheres nos municípios, à capacitação permanente das pessoas envolvidas, à divulgação de cartilhas com todos os serviços de atendimento, ao melhor detalhamento do orçamento destinado a essa área, à instituição de base de dados estadual padronizada, dentre outras. Uma consulta ao relatório de auditoria completo transmite uma melhor compreensão do que foi avaliado e do que foi proposto.

O resultado desta auditoria foi apresentado de forma ampla em evento realizado no auditório do TCE-ES, no dia 06 de dezembro de 2024¹¹, data conhecida como “Dia do Laço Branco” que representa

10 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *Auditoria identifica fragilidades nas políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres e meninas*. Vitória, 2024. Disponível em: <https://www.tcees.tc.br/noticias/auditoria-do-tce-es-identifica-fragilidades-nas-politicas-publicas-de-enfrentamento-a-violencia-contra-mulheres-e-meninas/>. Acesso em: 13 abr. 2026

11 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *Evento Dia do Laço Branco debate enfrentamento à violência contra mulheres e meninas*. Vitória, 2024. Disponível em: <https://www.tcees.tc.br/noticias/equipe-do-tce-es-e-especialistas-apresentam-trabalhos-sobe-o-enfrentamento-a-violencia-contra-mulheres-e-me>

um dia de mobilização dos homens pelo fim da violência contra as mulheres. No Brasil, foi instituído pela Lei nº 11.489/2007¹², cuja autora foi a então deputada federal capixaba, Iriny Lopes (PT-ES).

No mês de dezembro de 2025, o TCEES promoveu mais uma edição do evento do Dia do Laço Branco¹³, contemplando uma programação composta por palestras e atividades dedicadas ao enfrentamento da violência contra mulheres e meninas. Na oportunidade, foi feita uma homenagem à Juíza Dra. Hermínia Azoury, recentemente aposentada, que por muitos anos atuou como juíza responsável pela Coordenação das Varas de Violência Doméstica, sendo amplamente reconhecida como uma referência no tema.

Registro que, nas duas edições do dia do Laço Branco no TCE-ES, tivemos a participação de João José Barbosa Sanna que é referência no Espírito Santo dentre os homens que atuam na defesa das mulheres. Ele é autor do livro “Patriarcado, feminicídio e políticas públicas na região do Caparaó capixaba”, fruto de sua tese de doutorado¹⁴ em História, pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

[ninas/](#)

12 BRASIL. *Lei nº 11.489, de 20 de junho de 2007*. Institui o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11489.htm. Acesso em: 13 abr. 2026.

13 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *TCE-ES marca o Dia do Laço Branco*. Vitória, 2025. Disponível em: <https://www.tcees.tc.br/noticias/tce-es-marca-o-dia-do-laco-branco-que-simboliza-o-compromisso-dos-homens-no-combate-a-violencia-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 13 abr. 2026.

14 SANNA, João José Barbosa. *Patriarcado, feminicídio e políticas públicas na região do Caparaó Capixaba*. 2022. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/9c02ac23-3322-4b1a-a50c-3dd7c517422d/content>. Acesso em: 13 abr. 2026.

Visitas institucionais

A partir da auditoria realizada e do primeiro evento do Dia do Laço Branco, ocorrido em 2024, a Presidência do TCEES decidiu aprofundar o estudo da temática, promovendo, além da análise de livros e de trabalhos acadêmicos — com destaque para produções capixabas —, visitas institucionais aos órgãos responsáveis pelo enfrentamento da violência doméstica.

A escolha do foco em violência doméstica deu-se por vários motivos, mas, particularmente, por ser o tipo de violência que mais assola as mulheres, bem como a mais complexa, sendo necessário um aprofundamento na pesquisa.

Foram escolhidos determinados órgãos que atuam em âmbito estadual no enfrentamento à violência doméstica, a fim de proporcionar uma melhor compreensão sobre o tema, a partir da perspectiva daqueles que lidam diretamente com a matéria.

Na visita à Divisão Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), sob a chefia da delegada Cláudia Dematté, foram realizadas extensas conversas acerca de um dos trabalhos coordenados pela unidade, o projeto Homem que é Homem¹⁵ que promove a formação de grupos reflexivos com homens processados por violência doméstica. Um dado especialmente positivo relatado sobre o projeto é a baixa taxa de reincidência entre os homens que participam dos grupos reflexivos, o que demonstra sua efetividade e reforça a importância de sua ampliação. O principal obstáculo, entretanto, é que a existência do projeto nos municípios depende do engajamento das prefeituras, e, naquele momento, apenas 25 municípios contavam

15 ESPÍRITO SANTO. Polícia Civil. *Projeto Homem que é Homem*. 2024. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12014068/>. Acesso em: 13 abr. 2026.

com essa iniciativa.

Na ocasião da visita à Secretaria Estadual das Mulheres, então sob a direção de Jacqueline Moraes, foi destacado que a atuação da pasta se orienta pela garantia do acesso das mulheres aos direitos civis, sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais. Entre as ações empreendidas, figura o incentivo à criação de Organismos de Políticas para Mulheres (OPMs) no âmbito municipal.

Mas, afinal, o que é um OPM? Foi-nos explicado que o modelo ideal seria a existência, em cada município, de uma Secretaria de Mulheres. Contudo, essa estrutura nem sempre é viável, em razão de limitações orçamentárias e estruturais. Diante dessa realidade, torna-se fundamental que, mesmo na ausência de uma secretaria específica, o município disponha de uma subsecretaria, departamento ou outro setor formalmente instituído, com atribuição específica de formular, coordenar e executar políticas públicas voltadas às mulheres. Esse órgão específico que cuida das mulheres é um OPM.

Com base nas duas primeiras visitas realizadas, a Presidência do TCEES expediu ofício a todos os prefeitos do Estado do Espírito Santo, orientando-os quanto à formulação de ações de defesa das mulheres e ao apoio às iniciativas já existentes em nível estadual. Destacaram-se, nesta orientação, dois aspectos centrais, dentre os quais a relevância da atuação integrada do município com a Polícia Civil, no projeto Homem que é Homem e a necessidade que o Município tenha um OPM. Posteriormente, fomos informados de que essa iniciativa teve impacto positivo, incentivando, em vários municípios, a adesão a estes dois aspectos centrais para o fortalecimento das ações de defesa das mulheres.

Com a Defensoria Pública Estadual, tivemos duas reuniões.

A primeira foi com o Defensor Público Dr. André Monjardim Valls Piccin, que é coordenador dos defensores públicos responsáveis pela defesa dos acusados nos processos penais. A intenção inicial foi conhecer melhor o perfil dos agressores. Todavia, foi informado que não há estudos que permitam identificar um perfil médio do autor de violência doméstica, uma vez que essa prática pode ser perpetrada por homens de quaisquer características sociais ou pessoais. Esta heterogeneidade constitui um dos principais desafios para a atuação institucional no enfrentamento da violência doméstica.

A segunda reunião ocorreu com a Defensora Pública Dra. Fernanda Prugner, profissional cuja atuação é reconhecida pelos diversos órgãos envolvidos na defesa das mulheres. Na oportunidade, foi apresentado o projeto Defensoria Delas nas Escolas¹⁶ implementada em 2025, que teve parte de sua estruturação baseada em informações e evidências produzidas pela auditoria conduzida pelo TCEES.

Também foi realizada visita ao Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres (NEVID), coordenado pela promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), Dra. Cristiane Esteves. Na ocasião, foram apresentados diversos projetos desenvolvidos pelo Núcleo, com destaque para a iniciativa MP com Elas, que tem como objetivo aproximar o Ministério Público das mulheres em situação de violência.

Outro ponto relevante foi a visita à Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Vila Velha, que à época tinha como responsável a Juíza Dra. Hermínia Maria Silveira

16 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *Defensoria Pública do ES direciona combate à violência contra meninas após auditoria do TCE-ES*. Disponível em: <https://www.tcees.tc.br/>. Acesso em: 13 abr. 2026.

Azoury, magistrada que também coordenou, por longo período, as Varas de Violência Doméstica em todo o Estado. Na ocasião, foram apresentadas as atividades desenvolvidas pela Vara, com destaque para o projeto do Ônibus Rosa, que realiza atendimentos de forma itinerante.

Ademais, enfatizou-se a necessidade de uma atuação mais integrada entre os diversos órgãos que trabalham com a temática, bem como de uma maior divulgação, junto à sociedade, dos mecanismos e instrumentos previstos na Lei Maria da Penha. Em decorrência da constatação, o TCEES produziu o vídeo “Lei Maria da Penha: Histórias e Desafios no Combate à Violência Doméstica”¹⁷, por meio do qual são destacados pontos essenciais da Lei Maria da Penha.

Durante a visita à Companhia Independente da Mulher (CIMU) da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (PMES), conhecida como Patrulha Maria da Penha, fomos recebidos por sua comandante, a Major Jaqueline Pandolfi Freire. Foram detalhadas as atividades desenvolvidas pela CIMU, incluindo as visitas tranquilizadoras às vítimas, além de ações educativas promovidas por meio de palestras, seminários e materiais informativos, voltados à conscientização sobre o respeito às mulheres e à igualdade de gênero.

Também foi realizada uma reunião com gestoras de Secretarias da Mulher de alguns municípios, o que se mostrou fundamental para a compreensão da realidade local. Participaram do encontro as secretárias Lyza Herzog (Vila Velha), Lilian Mota (Serra) e Lorena Nascimento (Cariacica), além da gerente Luanna Freitas (Ara-

17 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *Lei Maria da Penha: histórias e desafios no combate à violência doméstica*. Vídeo. Vitória, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZPYqxPwAGbQ>. Acesso em: 13 abr. 2026.

cruz). Na ocasião, foram apontadas as dificuldades orçamentárias enfrentadas pelos Organismos de Políticas para Mulheres (OPMs) nos municípios para a implementação dos projetos necessários. Ainda assim, mesmo diante dessas limitações, constatou-se a existência de diversas iniciativas relevantes, conduzidas diretamente pelas próprias dirigentes, em defesa dos direitos das mulheres.

A partir desta reunião com as secretárias municipais, foi acordada a realização de uma ação conjunta, ao final do ano de 2025, por meio das redes sociais, no contexto dos “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, campanha realizada anualmente entre os dias 20 de novembro e 10 de dezembro. No âmbito dessa iniciativa, foram realizadas postagens colaborativas abordando diversos temas, tais como a conscientização dos homens sobre o respeito às mulheres, alertas relacionados à saúde masculina, a divulgação do evento do Dia do Laço Branco, a importância da sororidade, a valorização do trabalho realizado pelas mulheres, entre outros conteúdos voltados à promoção da igualdade de gênero e ao enfrentamento da violência contra as mulheres¹⁸.

Calendário temático 2026 do TCE-ES

Todo ano, o TCE-ES elabora um calendário físico que é enviado para os seus jurisdicionados (prefeituras, câmaras municipais, autarquias, consórcios, empresas públicas, entre outros entes). Nele estão contidas informações importantes de interesse dos jurisdicionados, como é o caso das datas de vencimento de envio eletrônico de

18 TAUFNER, Domingos Augusto. *21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres*. 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DSli6Prkic-q/?img_index=11. Acesso em: 13 abr. 2026.

informações ao TCE-ES, inclusive as prestações de contas.

Em cada calendário, além dessas informações institucionais, é escolhido um tema de interesse da sociedade com textos e imagens. Em 2025, o tema escolhido foi o dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), lançados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Já em 2026, o tema adotado passou a ser o enfrentamento à violência doméstica, trazendo à pauta um assunto urgente e necessário, ao mesmo tempo em que se coroou o trabalho desenvolvido ao longo de 2025 dedicado a essa temática. No calendário 2026,¹⁹ cada mês apresenta a divulgação de um projeto desenvolvido por órgão da administração pública estadual. Na capa de abertura e no mês de janeiro, são evidenciadas iniciativas implementadas pelo próprio Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Em cada página mensal constam o título do projeto e um código QR, por meio do qual o leitor pode acessar, via dispositivo móvel, informações complementares acerca da ação correspondente ao período.

Trata-se de uma estratégia voltada à conscientização da sociedade acerca das iniciativas existentes, bem como ao reconhecimento e à valorização dos atores envolvidos nestas ações, cujo trabalho é marcado por elevada complexidade e desafios contínuos.

Os próximos passos

Ainda há um conjunto significativo de ações a ser desenvolvido, especialmente no âmbito institucional do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), o que deverá ser incorporado

19 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *Calendário institucional 2026*. 2025. Disponível em: <https://www.tcees.tc.br/wp-content/uploads/2025/12/Calendario-TCE-2026.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2026.

ao planejamento das auditorias futuras. Paralelamente, permanecem relevantes as iniciativas no plano da atuação pessoal do autor deste artigo que, mesmo após o encerramento de seu mandato na Presidência do TCEES, continua engajado na temática, por meio da participação em eventos, do aprofundamento dos estudos e do debate permanente sobre o enfrentamento da violência contra mulheres e meninas.

Como a violência doméstica é complexa, necessita-se de um estudo mais aprofundado sobre as suas causas e as formas de enfrentamento. A pesquisa em desenvolvimento terá continuidade, abrangendo, entre outros, os seguintes subtemas: a Lei Maria da Penha e demais legislações voltadas à proteção dos direitos das mulheres; a masculinidade tóxica, suas origens e estratégias de enfrentamento; a importância da sororidade nas relações entre mulheres; a dependência emocional como fator de permanência em relações abusivas; as formas adequadas de abordagem do tema junto às lideranças religiosas; o antifeminismo e seu potencial de negação e/ou normalização da violência contra a mulher; a inserção da mulher no mercado de trabalho e o processo de conquista da independência financeira; a educação de meninos e meninas orientada à promoção da equidade de gênero; e experiências internacionais no enfrentamento ao feminicídio.

O objetivo final desta pesquisa é a elaboração de um “protocolo de enfrentamento à violência doméstica”, contendo a proposição de medidas concretas — tais como cartilhas, materiais audiovisuais, diretrizes para políticas públicas e outras ações de caráter educativo e institucional — relativas a cada um dos pontos analisados. O protocolo será disponibilizado a instituições públicas e privadas interessa-

das na temática. Busca-se, com isso, enfrentar a violência doméstica em suas múltiplas dimensões, contribuindo para a promoção de uma mudança cultural efetiva e sustentável.

Conclusões

Não há dúvida que estamos diante de um tema complexo e ao mesmo tempo que clama por urgência em seu enfrentamento. O número de feminicídios e outras formas de violência doméstica aumenta de forma assustadora a cada dia e com mais crueldade.

O trabalho relatado teve como propósito central a compreensão da temática e o mapeamento das instituições que atuam no enfrentamento da violência doméstica. A partir deste processo, foram adotadas algumas medidas concretas, como o encaminhamento de ofício aos prefeitos com orientações para adoção de ações específicas, a realização de eventos institucionais, a veiculação de conteúdos informativos e de orientação em redes sociais, bem como a elaboração de um calendário temático. Ainda que tais iniciativas possam ser consideradas pontuais ou iniciais, revestem-se de relevância por terem sido promovidas por um órgão e por agentes institucionais que não atuam diretamente na linha de frente do enfrentamento à violência doméstica. Nesse sentido, constituem um importante ponto de apoio institucional, com potencial significativo para contribuir com a sensibilização, a articulação interinstitucional e o fortalecimento das ações desenvolvidas pelos órgãos diretamente responsáveis pela temática.

Os órgãos públicos, sem prejuízo da atuação das entidades da sociedade civil, vêm desempenhando um trabalho relevante, ampa-

rado por um arcabouço legal consistente. Todavia, esses esforços ainda não têm se mostrado suficientes para conter os elevados índices de violência doméstica. Torna-se, portanto, imprescindível aprofundar a compreensão sobre o fenômeno, de modo a identificar medidas mais eficazes. Nesse contexto, revela-se fundamental a implementação de ações articuladas e eficientes, capazes de produzir impactos duradouros e promover mudanças culturais significativas.

Por fim, este trabalho é dedicado às mulheres que, ao longo do tempo, têm desempenhado papel central na sustentação das famílias e na participação social, muitas vezes em contextos marcados por desigualdades estruturais, precariedade e múltiplas formas de violência. Em especial, reconhece-se a relevância histórica e social das mulheres que assumiram — e ainda assumem — a criação de seus filhos de forma solitária ou com apoio insuficiente, enfrentando desafios econômicos, emocionais e institucionais significativos. Estas mulheres, frequentemente expostas a situações de abuso e vulnerabilidade, constituem exemplos concretos de resiliência e resistência social. Muitos de nós não estaríamos vivos e saudáveis se não fossem elas.

O reconhecimento de suas trajetórias reforça a necessidade de aprofundamento das políticas públicas e das ações institucionais voltadas à promoção da equidade de gênero, ao combate à violência doméstica e à construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de In-

quérito da Violência Contra a Mulher. *Relatório final*. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2013. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/direitos/cpmi-da-violencia-contra-a-mulher-entrega-relatorio-a-presidente-dilma/>. Acesso em: 13 abr. 2026.

_____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. *Lei Maria da Penha*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 13 abr. 2026.

_____. Lei nº 11.489, de 20 de junho de 2007. Institui o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 21 jun. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111489.htm. Acesso em: 13 abr. 2026.

_____. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o Código Penal para prever o feminicídio. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em: 13 abr. 2026.

_____. Lei nº 14.994, de 9 de outubro de 2024. Altera dispositivos relativos ao crime de feminicídio. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 10 out. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114994.htm. Acesso em: 13 abr. 2026.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Defensoria Delas nas Escolas impacta mais de 7 mil estudantes em 2025. Disponível em: <https://www.defensoria.es.def.br/projeto-defensoria-delas-nas-escolas-impacta-mais->

de-7-mil-estudantes-em-2025/. Acesso em: 13 abr. 2026.

ESPÍRITO SANTO. Polícia Civil. *Projeto Homem que é Homem*. Vitória, 2024. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12014068/>. Acesso em: 13 abr. 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Nota técnica: Dia Internacional da Mulher 2026. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2026/03/nota-tecnica-dia-mulher-2026.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2026.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Mais da metade dos lares brasileiros é chefiada por mulheres, que ganham 30% a menos que os homens*. Blog da Conjuntura Econômica, 2025. Disponível em: <https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/mais-da-metade-dos-lares-brasileiros-e-chefiada-por-mulheres>. Acesso em: 15 abr. 2026.

SANA, João José Barbosa. *Patriarcado, feminicídio e políticas públicas na região do Caparaó Capixaba*. 2022. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/9c02ac23-3322-4b1a-a50c-3dd7c517422d/content>. Acesso em: 13 abr. 2026.

SCHAEFFER, José Carlos. *Atendimento à mulher vítima de violência passa por auditoria no ES*. Vitória: A Gazeta, 31 maio 2019. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/atendimento-a-mulher-vitima-de-violencia-passa-por-auditoria-no-es-0619>. Acesso em: 13 abr. 2026

TAUFNER, Domingos Augusto. *21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres*. Vitória, 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DSli6Prkicq/>. Acesso em: 13 abr. 2026.

-
- _____. *Acórdão nº 0010/2025 – Plenário. Processo TC 3548/2024*. Vitória: TCE-ES, 2025. Disponível em: <https://diario.tcees.tc.br/edicao/2025/02/10/atos-plenario/acordaos-pareceres-plenario/noticia/62100>. Acesso em: 13 abr. 2026.
-
- _____. *Auditoria identifica fragilidades nas políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres e meninas*. Vitória, 2024. Disponível em: <https://www.tcees.tc.br/noticias/auditoria-do-tce-es-identifica-fragilidades-nas-politicas-publicas-de-enfrentamento-a-violencia-contra-mulheres-e-meninas/>. Acesso em: 13 abr. 2026.
-
- _____. *Calendário institucional 2026*. Vitória: TCE-ES, 2025. Disponível em: <https://www.tcees.tc.br/wp-content/uploads/2025/12/Calendario-TCE-2026.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2026.
-
- _____. *Evento Dia do Laço Branco debate enfrentamento à violência contra mulheres e meninas*. Vitória, 2024. Disponível em: <https://www.tcees.tc.br/noticias/equipe-do-tce-es-e-especialistas-apresentam-trabalhos-sobre-o-enfrentamento-a-violencia-contra-mulheres-e-meninas/>. Acesso em: 13 abr. 2026.
-
- _____. *Lei Maria da Penha: histórias e desafios no combate à violência doméstica*. Vídeo. Vitória, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZPYqxPwAGbQ>. Acesso em: 13 abr. 2026.
-
- _____. *TCE-ES marca o Dia do Laço Branco*. Vitória, 2025. Disponível em: <https://www.tcees.tc.br/noticias/tce-es-marca-o-dia-do-laco-branco-que-simboliza-o-compromisso-dos-homens-no-combate-a-violencia-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 13 abr. 2026.

O Grupo Reflexivo de homens autores de violência como política pública de enfrentamento à violência doméstica em Carangola – MG¹

Érika Oliveira Amorim Tannus Cheim²

Introdução

A violência doméstica e familiar contra as mulheres constitui um dos principais desafios sociais contemporâneos, sendo reconhecida nacional e internacionalmente como uma grave violação dos direitos humanos e um problema de saúde pública. No contexto brasileiro, importantes avanços legislativos foram implementados para enfrentar essa realidade, dentre eles a Lei nº 13.984/2020, que ampliou as medidas previstas pela Lei Maria da Penha ao incluir a participação dos autores de violência em programas de recuperação, reeducação e acompanhamento psicossocial.

¹ Este capítulo resulta de pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto “Rede Mineira de Estudos Avançados em Desigualdades, Violências de Gênero e suas Interseccionalidades” (APQ-04782-24), realizado com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) à qual registramos nossos agradecimentos.

² Doutora em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), licenciada em História pela FAFILE/UEMG Carangola, docente do curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Carangola. E-mail: erika.amorim@uemg.br

Nesse contexto, destacam-se os Grupos Reflexivos de Gênero, iniciativas voltadas para homens autores de violência contra mulheres, cujo propósito é promover processos de responsabilização e reflexão acerca das relações de gênero, das masculinidades e das práticas violentas. Esses grupos são desenvolvidos em diferentes estados e municípios brasileiros e configuram intervenções psicossociais destinadas à problematização de comportamentos e valores associados à violência de gênero, às relações afetivas e às construções sociais do masculino. Conforme apontam Beiras et al. (2024), tais experiências são conduzidas por instituições variadas, incluindo órgãos do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, universidades e organizações religiosas.

Em Minas Gerais, uma das iniciativas voltadas para esse público é o Programa Dialogar, desenvolvido pela Polícia Civil por meio do Departamento Estadual de Investigação, Orientação e Proteção à Família (Defam). O programa promove encontros periódicos com homens encaminhados judicialmente, buscando contribuir para a prevenção da reincidência e para a construção de relações interpessoais menos violentas.

No município mineiro de Carangola tem sido desenvolvido por iniciativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, o Grupo Reflexivo de Homens autores de violências de gênero. Neste artigo analisamos a experiência de um dos encontros realizados por esse Grupo e, ao sistematizar essa experiência, pretende-se contribuir para a ampliação do debate acadêmico acerca da violência doméstica e conjugal, bem como oferecer subsídios para a formulação e o fortalecimento de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres.

Masculinidades

As reflexões acerca das masculinidades e de suas conexões com a violência praticada contra as mulheres emergem do desenvolvimento dos estudos de gênero e das transformações teóricas ocorridas nesse campo nas últimas décadas. No Brasil, a consolidação dessas discussões teve início ao final dos anos 1980, período em que diferentes pesquisadores passaram a problematizar os papéis sociais atribuídos aos homens e suas implicações nas relações de poder.

Entre as obras que contribuíram para esse debate destaca-se *Masculino, Feminino, Plural*, organizada por Miriam Grossi e Joana Maria Pedro (1998). Reunindo estudiosos de distintas áreas do conhecimento, a publicação abordou questões relacionadas à chamada crise da masculinidade e tornou-se referência para os estudos de gênero no país. A partir de uma perspectiva interdisciplinar, articulando contribuições da História, Antropologia, Sociologia e Educação, a obra evidencia que as identidades masculinas não constituem expressões naturais ou biológicas, mas construções sociais produzidas historicamente. Ao deslocar o olhar para os homens como sujeitos generificados, as autoras contribuem para questionar práticas de dominação, violência e exercício de poder frequentemente associadas ao ideal de masculinidade dominante.

Essa perspectiva dialoga diretamente com as formulações de R. W. Connell (1995), para quem a masculinidade hegemônica corresponde a um modelo sociocultural marcado pela valorização da autoridade, da força, do autocontrole emocional e da capacidade de exercer poder sobre mulheres e outros homens. Segundo o autor, esse padrão tende a legitimar a violência como mecanismo aceitável

para a resolução de conflitos e para a manutenção de posições de privilégio.

Na mesma direção, Medrado e Lyra (2008) defendem que a masculinidade não pode ser compreendida apenas a partir de comportamentos individuais. Para os autores, trata-se de uma posição social produzida em sistemas de poder que historicamente favoreceram os homens. Assim, as masculinidades devem ser analisadas em sua relação com estruturas de desigualdade que organizam hierarquias entre homens e mulheres e também entre diferentes grupos masculinos, privilegiando determinados sujeitos — especialmente homens brancos, heterossexuais e pertencentes às classes médias e altas — em detrimento de outros. Os autores observam ainda que o conceito de masculinidade hegemônica se tornou recorrente nos estudos da área, mas alertam para o risco de interpretações excessivamente binárias, incapazes de captar a dimensão relacional que caracteriza as relações de gênero (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 829).

Também problematizando os significados atribuídos ao universo masculino, J. J. Bola (2020), em *Seja homem: a masculinidade desmascarada*, discute como determinados modelos tradicionais de masculinidade contribuem para a reprodução da violência, da raiva e do sofrimento emocional entre homens e meninos. O autor argumenta que a transformação dessas normas culturais constitui condição indispensável para a construção de relações mais igualitárias e humanizadas.

De modo semelhante, Ivan Jablonka, em entrevista concedida a Viviane Borges e Janice Gonçalves (2024), afirma que sua obra *Homens Justos: do patriarcado às novas masculinidades* foi concebida como um convite para que os homens reflitam criticamente sobre os valores e

comportamentos produzidos pela cultura patriarcal. Segundo o historiador, o masculino manifesta-se em instituições, práticas sociais, discursos, rituais e formas de subjetivação, expressando-se também em sentimentos de legitimidade, autoconfiança e superioridade historicamente construídos. A proposta dos chamados “homens justos” consiste justamente na busca por formas de masculinidade comprometidas com a igualdade de gênero, capazes de substituir relações de dominação por práticas fundamentadas no respeito e na reciprocidade. Nessa perspectiva, as novas masculinidades representam uma possibilidade de enfrentamento das estruturas patriarcais e de superação dos privilégios tradicionalmente associados ao universo masculino.

As reflexões desenvolvidas ao longo do encontro do Grupo Reflexivo analisado neste artigo dialogam diretamente com essas contribuições teóricas. A proposta de promover o debate e a autorreflexão entre homens autores de violência busca justamente incentivar o questionamento de valores e comportamentos naturalizados ao longo de suas trajetórias. Ao favorecer a problematização das relações de gênero e dos modelos tradicionais de masculinidade, o grupo cria condições para que esses sujeitos revisitem suas práticas e construam formas mais igualitárias de convivência no âmbito familiar e conjugal.

A violência doméstica em Carangola e a Criação do Grupo reflexivo

A compreensão da realidade da violência contra as mulheres no município de Carangola encontra importante subsídio na pesquisa intitulada *Mulher e patriarcado: um estudo de caso sobre a violência contra*

a mulher em Carangola – MG (2006-2016), desenvolvida por Érika Oliveira Amorim Tannus Cheim (2019). O estudo investigou a dinâmica da violência de gênero em um contexto interiorano marcado por valores conservadores e por fortes mecanismos de regulação social. Os resultados revelaram índices expressivos de violência contra as mulheres, frequentemente circunscrita ao espaço doméstico e permeada por práticas de silenciamento que dificultam sua visibilidade pública.

A investigação, realizada por meio da aplicação de questionários em diferentes regiões da cidade, identificou que 69,19% das mulheres entrevistadas haviam sofrido algum tipo de agressão praticada por companheiros ou ex-companheiros. Quando consideradas também as agressões cometidas por amigos e outros familiares, esse percentual alcançou 70,74%. Apesar da elevada incidência de violência, apenas 8,5% das participantes afirmaram ter formalizado denúncia contra seus agressores. Entre os fatores que explicam esse cenário, destacou-se a preocupação com a imagem da família e da comunidade, apontada como principal razão para a manutenção de relacionamentos abusivos e para a ausência de denúncias. Conforme observaram Cheim e Nader (2019), os padrões patriarcais presentes na sociabilidade local contribuem para a permanência de relações violentas sustentadas pela preservação de modelos tradicionais de família e casamento.

Os resultados dessa pesquisa subsidiaram importantes iniciativas voltadas à formulação de políticas públicas municipais direcionadas às mulheres carangolenses. O estudo serviu de referência para a elaboração da legislação que instituiu o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) e para a ampliação de ações voltadas

ao enfrentamento da violência de gênero. Essas iniciativas passaram a ser articuladas em conjunto com a rede socioassistencial do município de Carangola, especialmente por intermédio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), responsável pelo acolhimento e acompanhamento de mulheres em situação de violência. A relevância dessa estrutura torna-se ainda maior diante da inexistência, em Carangola, de uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.

Nesse contexto, o CREAS consolidou-se como principal equipamento público de apoio às vítimas de violência doméstica e conjugal. A instituição atende indivíduos e famílias em situação de violação de direitos, oferecendo acompanhamento técnico especializado. Dados institucionais indicam que, entre as 190 famílias acompanhadas atualmente pelo serviço, 29 estão relacionadas a situações de violência doméstica, correspondendo a aproximadamente 14,7% do total de atendimentos realizados.

Entre os homens inseridos no Grupo Reflexivo encontram-se autores de violência conjugal e intrafamiliar. Conforme destaca Cheim (2024), a violência intrafamiliar compreende diferentes formas de abuso ocorridas no interior das relações familiares, incluindo agressões físicas, psicológicas, sexuais, econômicas e patrimoniais. Essa categoria abrange situações envolvendo parentes consanguíneos, pessoas unidas por vínculos afetivos ou por convivência cotidiana. Já a violência conjugal, conforme definição proposta por Grossi (1998), refere-se às situações de violência estabelecidas no âmbito das relações afetivas, independentemente da existência de coabitação ou descendência comum, estando associada às expectativas sociais construídas em torno do amor, da paixão e da vida em comum.

A criação do Grupo Reflexivo resultou da percepção de que as respostas institucionais à violência doméstica não poderiam restringir-se à dimensão punitiva. O projeto elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social fundamentou-se na necessidade de implementar estratégias educativas capazes de promover mudanças culturais e comportamentais entre os autores de violência. A proposta surgiu diante da ausência de iniciativas locais voltadas especificamente para a responsabilização reflexiva dos agressores e para a prevenção da reincidência.

A operacionalização do Grupo Reflexivo de homens autores de violências ocorre em diferentes etapas. Inicialmente, os participantes são encaminhados por determinação judicial, geralmente após audiência conduzida pelo Ministério Público. Em seguida, comparecem à Secretaria Municipal de Assistência Social para avaliação das demandas socioassistenciais, identificação de dificuldades de participação e esclarecimento sobre os objetivos da proposta. A participação regular nas atividades e encontros possibilita a emissão de certificado de frequência. Cada grupo é composto por até quinze participantes e desenvolve suas atividades ao longo de cinco encontros. No primeiro ano de funcionamento, em 2025, foram realizados quatro ciclos de reuniões, ocorridos nos meses de fevereiro, abril, julho e outubro.

O relatório produzido pela Secretaria Municipal de Assistência Social aponta que os principais obstáculos enfrentados pela equipe estão relacionados à resistência dos participantes e ao não comparecimento às entrevistas iniciais. Essas dificuldades dialogam com os resultados encontrados por Beiras, Martins e Hugill (2024), cujo levantamento nacional sobre grupos reflexivos identificou desafios

semelhantes em diferentes regiões do país, destacando-se especialmente a insuficiência de capacitação técnica especializada para os profissionais envolvidos.

No caso específico de Carangola, entretanto, as dificuldades assumem contornos particulares em razão das características socio-culturais do município. Como demonstram Amorim e Nader (2017), cidades de pequeno porte tendem a apresentar forte interpenetração entre os espaços público e privado, favorecendo práticas de vigilância social, julgamentos morais e circulação constante de informações sobre a vida cotidiana dos moradores. Tais características contribuem para a manutenção de valores patriarcais e podem influenciar tanto a ocorrência da violência quanto a subnotificação dos casos.

Cheim (2024) também observa que as relações de poder em municípios interioranos são fortemente condicionadas por redes de sociabilidade marcadas pela proximidade entre os indivíduos. Nesses contextos, as pessoas são reconhecidas por suas trajetórias familiares, por seus vínculos sociais e por suas reputações públicas, produzindo aquilo que Caniello (2003) define como um modo de vida baseado na visibilidade permanente dos sujeitos.

Essa condição exige atenção especial na condução das atividades do Grupo Reflexivo. Em localidades onde todos compartilham espaços de convivência semelhantes, encontros inesperados entre participantes e mediadores tornam-se frequentes. Situações dessa natureza já foram observadas durante a execução do projeto, evidenciando a necessidade de planejamento prévio para evitar constrangimentos e possíveis conflitos de interesse. Em razão disso, a equipe responsável passou a compartilhar antecipadamente a relação dos participantes com os profissionais que atuarão em cada encontro,

permitindo reorganizações quando existirem vínculos pessoais, familiares ou comunitários muito próximos.

Essas particularidades não inviabilizam o desenvolvimento do Grupo Reflexivo. Pelo contrário, evidenciam a necessidade de que a política pública seja adaptada às especificidades locais. A experiência de Carangola demonstra que iniciativas dessa natureza são especialmente relevantes em municípios de pequeno porte, onde as dinâmicas sociais podem favorecer tanto a invisibilização quanto a reprodução das violências de gênero. Nesse sentido, o Grupo Reflexivo constitui importante instrumento de prevenção, responsabilização e promoção de mudanças culturais voltadas à construção de relações mais igualitárias e menos violentas.

O encontro do Grupo Reflexivo

A análise desenvolvida neste artigo concentra-se no encontro realizado em fevereiro de 2025, considerado o marco inicial das atividades do Grupo Reflexivo no município de Carangola. A reunião ocorreu na sala do Tribunal do Júri do Fórum local e contou, inicialmente, com a inscrição de onze participantes. Entretanto, apenas quatro homens compareceram ao local e, ao final, dois permaneceram durante toda a atividade, participando efetivamente das discussões propostas.

A metodologia adotada consistiu na realização de uma roda de conversa mediada por uma docente e pesquisadora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), juntamente com uma psicóloga e um assistente social vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social. A escolha dessa estratégia metodológica esteve fun-

damentada na perspectiva de que processos reflexivos e dialógicos favorecem a construção coletiva de conhecimentos e a problematização de experiências cotidianas relacionadas à violência de gênero.

Segundo Afonso e Abade (2008), as rodas de conversa constituem instrumentos amplamente utilizados em metodologias participativas, possibilitando que os sujeitos reflitam criticamente sobre suas vivências e compartilhem percepções em um ambiente de escuta e diálogo. Trata-se de uma metodologia frequentemente empregada em ações educativas, comunitárias e de pesquisa qualitativa, caracterizada pela valorização da horizontalidade das relações e pela construção compartilhada do conhecimento. A disposição dos participantes em círculo possui também um significado simbólico, pois busca minimizar hierarquias e estimular a participação ativa de todos os envolvidos.

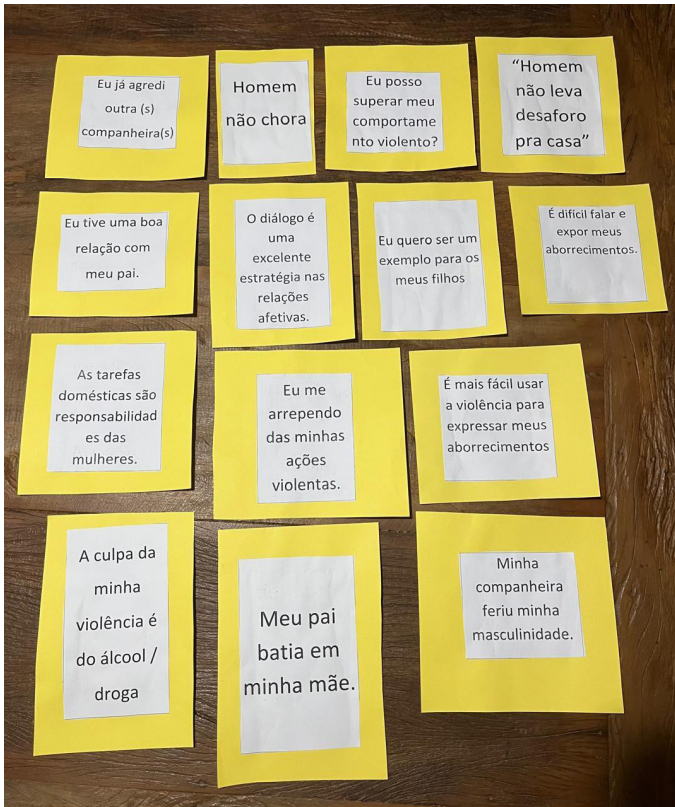
As bases teóricas dessa proposta dialogam diretamente com a pedagogia de Paulo Freire. Em *Pedagogia do Oprimido* (1987), o autor compreende o diálogo como um encontro entre sujeitos que buscam interpretar criticamente a realidade e transformá-la. A valorização da escuta, do respeito mútuo e da problematização das experiências concretas dos participantes constituiu elemento central na condução da atividade. Da mesma forma, Freire (1996) ressalta que a construção de espaços educativos democráticos exige abertura ao outro e disposição para o reconhecimento de diferentes trajetórias e saberes, princípios que orientaram a dinâmica do encontro.

Antes da chegada dos participantes, a equipe responsável reuniu-se para organizar o espaço físico e alinhar as estratégias de condução das discussões. As cadeiras foram dispostas em formato circular e os mediadores debateram previamente os principais aspectos

relacionados ao tema “violência doméstica e conjugal”. Também foi definido que o acolhimento dos participantes deveria ocorrer sem julgamentos morais, deixando claro que o objetivo da atividade não era justificar ou minimizar os atos praticados, mas promover reflexões capazes de estimular processos de responsabilização e transformação.

Com o intuito de favorecer a participação dos homens presentes e estimular o debate, foram elaborados cartões contendo afirmações relacionadas às relações de gênero, à violência doméstica e às masculinidades. A dinâmica consistia na apresentação de cada frase aos participantes, seguida da pergunta: “Verdadeiro ou falso?”. Inicialmente, havia a intenção de registrar as respostas por escrito; contudo, diante da baixa escolarização observada entre os participantes, a equipe optou por privilegiar manifestações orais, evitando possíveis constrangimentos e ampliando as possibilidades de participação.

Figura 1 – Cartões utilizados na roda de conversa



Fonte: Elaborado por Érika Amorim, janeiro – 2025.

Ao longo da atividade, os mediadores realizaram anotações sistemáticas das falas produzidas durante os debates. Os dois participantes que permaneceram até o encerramento demonstraram envolvimento significativo nas discussões, contribuindo com relatos

peçoais e reflexões sobre suas experiências. A composição da equipe mediadora revelou-se particularmente importante para o desenvolvimento do encontro. A presença de um profissional do sexo masculino, com experiência na rede socioassistencial local, contribuiu para reduzir possíveis resistências e favoreceu a construção de um ambiente mais receptivo às discussões sobre gênero. Esse aspecto dialoga com os resultados do estudo realizado por Beiras et al. (2022), que identificou vantagens na facilitação compartilhada dos grupos reflexivos, preferencialmente por equipes compostas por homens e mulheres.

Entre os temas mais recorrentes nas narrativas dos participantes destacou-se a influência da religião nos processos de mudança pessoal. Os homens relataram experiências de conversão religiosa e associaram a aproximação com práticas religiosas à superação de comportamentos considerados inadequados. Nesse contexto, elementos como arrependimento, perdão, renovação moral e reconstrução da trajetória de vida apareceram de forma recorrente. As reflexões propostas por Marcel Mauss (1986) acerca da dádiva oferecem possibilidades interpretativas para compreender o significado atribuído pelos participantes às ideias de salvação, perdão e recomeço presentes em suas narrativas.

Outro aspecto amplamente discutido durante a reunião foi o papel desempenhado pelo consumo de álcool e outras drogas na ocorrência das situações de violência. Os participantes associaram o uso dessas substâncias ao aumento de conflitos conjugais e ao desencadeamento de comportamentos agressivos. Além do álcool e das drogas ilícitas, mencionaram também os jogos de apostas como elementos capazes de intensificar tensões familiares e favorecer episó-

dios de agressão. Essa percepção encontra respaldo em estudos que apontam a relação entre o consumo abusivo de álcool e a violência doméstica. Dados do Ministério da Saúde (2020) indicam que o uso excessivo de bebidas alcoólicas amplia a vulnerabilidade das vítimas e está frequentemente associado a diferentes formas de violência intrafamiliar. Na mesma direção, Soares et al. (2021) identificaram o álcool como a principal substância psicoativa relacionada aos episódios de violência no contexto familiar brasileiro.

As experiências vivenciadas na infância e na adolescência também emergiram como tema relevante nas discussões. Os participantes relataram ter convivido com situações de violência em seus ambientes familiares, seja como testemunhas, seja como vítimas diretas. A literatura especializada tem apontado que a exposição recorrente à violência durante os processos de socialização pode contribuir para a naturalização de práticas agressivas nas relações adultas. Nesse sentido, diferentes estudos evidenciam a importância da transmissão intergeracional da violência como elemento que favorece a reprodução de padrões violentos ao longo do tempo.

As contribuições de Saffioti (2004) auxiliam na compreensão desse fenômeno ao destacar que a violência doméstica está profundamente vinculada às estruturas patriarcais que organizam as relações de gênero. Segundo a autora, meninos e meninas são socializados de formas distintas: enquanto as mulheres aprendem a conviver com situações de subordinação e sofrimento, os homens são frequentemente incentivados a associar masculinidade ao exercício da autoridade, do controle e do poder. Desse modo, experiências familiares marcadas pela violência podem contribuir para a internalização de modelos relacionais baseados na desigualdade de gênero.

As discussões sobre masculinidade ocuparam lugar central durante todo o encontro. Expressões como “homem não chora”, “homem não leva desaforo para casa” e “é mais fácil demonstrar raiva pela violência” foram frequentemente mencionadas pelos participantes. Tais afirmações evidenciam a permanência de representações sociais que associam a identidade masculina à força, ao domínio e ao controle emocional. Como argumenta Saffioti (2004), a violência de gênero não constitui um fenômeno isolado, mas resulta de uma organização social que historicamente privilegia o masculino e legitima relações hierárquicas entre homens e mulheres.

Ao final da atividade, os participantes foram convidados a refletir sobre a afirmação: “Posso superar meu comportamento violento”. A discussão suscitada por essa proposição permitiu que os homens avaliassem o próprio encontro e expressassem percepções sobre a experiência vivenciada. Ambos reconheceram a importância do espaço de diálogo e afirmaram que raramente tiveram oportunidades de discutir questões relacionadas à violência, às masculinidades e às relações de gênero. As falas produzidas nesse momento indicaram que o contato com novas perspectivas sobre os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres contribuiu para estimular reflexões sobre suas práticas e comportamentos.

Embora não seja possível afirmar que um único encontro produza mudanças imediatas e duradouras, a experiência demonstrou o potencial dos grupos reflexivos para fomentar processos de responsabilização, questionamento de padrões culturais e construção de novas formas de compreensão das relações afetivas e familiares. Nesse sentido, o encontro evidenciou a relevância de iniciativas que promovam espaços de escuta, diálogo e reflexão para homens auto-

res de violência, integrando estratégias mais amplas de enfrentamento à violência de gênero.

Considerações finais

A experiência analisada neste estudo evidencia a relevância dos grupos reflexivos como estratégia complementar no enfrentamento da violência doméstica e conjugal. A iniciativa desenvolvida no município de Carangola demonstra que a criação de espaços de diálogo direcionados aos autores de violência pode contribuir para a problematização de comportamentos naturalizados e para a construção de reflexões acerca das relações de gênero, das masculinidades e das dinâmicas de poder presentes no ambiente familiar.

As narrativas produzidas pelos participantes durante o encontro revelaram a permanência de concepções tradicionalmente associadas ao modelo patriarcal, especialmente aquelas que vinculam a masculinidade ao exercício da autoridade, ao controle emocional e ao uso da força como mecanismo legítimo de resolução de conflitos. Expressões recorrentes como “homem é assim mesmo” ou a associação entre virilidade e poder demonstram o quanto determinadas representações continuam influenciando a forma como muitos homens compreendem a si próprios e suas relações afetivas.

Ao mesmo tempo, os debates realizados ao longo da roda de conversa indicaram a possibilidade de questionamento dessas referências culturais. A oportunidade de compartilhar experiências, refletir sobre trajetórias pessoais e discutir temas relacionados à violência de gênero permitiu que os participantes reconhecessem aspectos de suas condutas e considerassem alternativas para a construção de

relações mais respeitosas e igualitárias. Embora os resultados observados não permitam afirmar transformações imediatas, a experiência aponta para o potencial educativo e preventivo dessa metodologia.

Outro aspecto que merece destaque refere-se às especificidades do contexto local. A realidade de um município de pequeno porte, marcada por intensas relações de proximidade, controle social e visibilidade pública dos indivíduos, produz desafios particulares para a implementação de políticas voltadas ao enfrentamento da violência doméstica. Contudo, essas mesmas características reforçam a necessidade de ações permanentes de sensibilização, prevenção e responsabilização, capazes de romper com o silêncio que frequentemente envolve as situações de violência em contextos interioranos.

Os relatos dos participantes também evidenciaram a influência de fatores como o consumo abusivo de álcool e outras drogas, as experiências de violência vividas no ambiente familiar durante a infância e a reprodução de modelos tradicionais de masculinidade. Tais elementos reforçam a compreensão de que a violência doméstica constitui um fenômeno complexo, atravessado por dimensões culturais, sociais, econômicas e subjetivas, cuja superação exige intervenções múltiplas e articuladas.

Nesse sentido, as reflexões de Saffioti (2004) permanecem atuais ao destacar que o enfrentamento da violência demanda atenção não apenas às mulheres vitimizadas, mas também aos homens autores das agressões. Conforme assinala a autora, a transformação das relações violentas requer ações que alcancem ambos os sujeitos envolvidos, possibilitando a desconstrução de práticas e valores sustentados por estruturas patriarcais historicamente consolidadas.

Por fim, considera-se que os grupos reflexivos devem ser compreendidos como parte integrante de uma política pública mais ampla de enfrentamento à violência de gênero. Seu êxito depende da articulação com serviços de acolhimento às mulheres, do fortalecimento das redes de proteção social, da capacitação continuada das equipes técnicas e da ampliação de estudos que permitam avaliar seus impactos e aperfeiçoar suas metodologias. A experiência de Carangola evidencia que iniciativas dessa natureza possuem potencial para contribuir com a prevenção da reincidência, a promoção da responsabilização dos autores de violência e a construção de relações sociais pautadas pelo respeito, pela igualdade e pela valorização dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Maria Lúcia; ABADE, Flávia Lemos. **Para reinventar as rodas:** rodas de conversa em direitos humanos. Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECI-MAM), 2008.
- AMORIM, Erika Oliveira; NADER, Maria Beatriz. Rompendo o silêncio da memória: história oral e narrativas de violências no interior de Minas Gerais. **Escritas:** Revista do Curso de História de Araguaína, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 22-41, ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/escritas/article/view/3624>. Acesso em 11 dez. 2025.
- BEIRAS, Adriano [et al.]. **Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil:** experiências e práticas [recurso eletrônico]. Florianópolis: Academia Judicial, 2022. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/>

- cidadania/nucleo-judiciario-da-mulher/parceiros/artigos-1/ghav-experiencias-e-praticas-3.pdf Acesso em 05 dez. 2025.
- BEIRAS, Adriano; MARTINS, Daniel Fauth; HUGILL, Michele Souza Gomes. **Mapeamento Nacional dos Grupos Reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violências contra mulheres 2023**. Margens/UFSC: Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/nucleo-judiciario-da-mulher/parceiros/mapeamento-nacional-ghav-2023.pdf> Acesso em 12 dez. 2025.
- BOLA, J.J. **Seja Homem: A masculinidade desmascarada**. Tradução: Rafael Spuldar. 2o ed. Porto Alegre. 2020.
- BORGES, Viviane; GONÇALVES, Janice. Entrevista com Ivan Jablonka - Por uma ciência social criativa. **História** [Internet]. 2024. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/his/a/73X-TSmhLgRCTtzq66q6WGLS/?lang=pt> >. Acesso em 02 dez 2025.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 12 dez. 2025.
- CANIELLO, Márcio. O ethos sanjoanense: tradição e mudança em uma “cidade pequena”. **Mana**, Rio de Janeiro , v. 9, n. 1, p. 31-56, Apr. 2003 . Disponível em <https://www.scielo.br/j/mana/a/Z7vrfZsNKhTfh7cPny9zc9d/?lang=pt> Acesso em 12 Dez. 2025
- CHEIM, Érika Oliveira Amorim Tannus. **Mulher e patriarcado. Violência de gênero contra a mulher em Carangola –**

- MG (2006-2018).** Tese de doutorado. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória-ES, 2019.
- CHEIM, Érika Oliveira Amorim Tannus; NADER, Maria Beatriz. A violência contra a mulher no interior de Minas Gerais. Quando o silêncio impera. **História e gênero** 1: facas da violência contra as mulheres no novo milênio. Vitória: Milfontes, 2019, p. 81-91.
- CHEIM, Érika Oliveira Amorim Tannus. **Histórias de luta:** narrativas de mulheres e o enfrentamento da violência de gênero. Belo Horizonte: EdUEMG, 2024. (Coleções desafios para o século XXI).
- CONNELL, R. W., HEARN, Jeff, and KIMMEL, Michael. “Introduction.” In: KIMMEL, Michael, HEARN, Jeff, and CONNELL, R. W. (eds.). Handbook of Studies on Men and Masculinities. California: **Sage Publications**, 1995. p. 1-12.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GROSSI, Miriam. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (org.). **Masculino, feminino, plural:** gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.
- JABLONKA, Ivan. **Homens Justos:** Do patriarcado às novas masculinidades. Tradução: Júlia da Rosa Simões. 1o ed. São Paulo. Todavia, 2021.
- KAUFMAN, Michael. **Beyond Patriarchy:** Essays by Men on Pleasure, Power and Patriarchy. Toronto: Oxford University

- Press, 1987.
- KIMMEL, Michael S. (ed.). **Changing Men: New Directions in Research on Men and Masculinity**. Newbury Park (California), London and New Delhi: Sage Publications, 1987.
- MAUSS, Marcell. **A dádiva entre os modernos**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 424, set./dez. 2008.
- MINAYO, Maria Cecília Souza. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- Ministério da Saúde. (2020). Situações agudas - Transtornos por uso de álcool no adulto. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SOARES, Grazielle Neves; FERNANDES, Marconi Moura; KODA CUNHA, Aline Maria Figueiredo; SOUZA E SOUZA, Luís Paulo. Ocorrência de violência intrafamiliar relacionada ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 44–73, 202. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1212> . Acesso em: 15 dez. 2025.

Este artigo já foi publicado pela Revista Desenvolvimento Social, vol. 31, n. 2, jul/dez/2025 <https://doi.org/10.46551/issn-2179-6807v31n2p38-57>

O Curso de Pedagogia-EAD – Ufes e a prevenção as violências contra as mulheres

João José Barbosa Sana¹

Ozirlei Teresa Marcilino²

No ano de 2024 a Universidade Federal do Espírito Santo iniciou a oferta de mais um curso de Pedagogia, através da Superintendência de Educação a Distância (SEAD). Conforme prevê o Projeto Pedagógico o curso tem como objetivo geral: “A formação docente para todas as etapas e modalidades da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, socialmente referenciada”.

Em relação ao curso oferecido na modalidade a distância, o projeto pedagógico do curso estabelece objetivos específicos que visam assegurar a formação de professores para toda a educação básica. Estes profissionais devem receber formação lastreada nas dimensões éticas, estéticas, técnicas e políticas, que valorizem a diversidade discente, de quaisquer naturezas e, em especial, de “natureza étnico-

1 Prof. Doutor em História (UFES), Coordenador de Mediadores Pedagógicos – Superintendência de Educação a Distância (SEAD) – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

2 Profa. Doutora Em Educação – Centro de Educação -UFES – Superintendente de Educação a Distância – Sead-Ufes

-racial, de gênero, sexual”. Além disto, esta formação deve ocorrer por meio de processos que se articulam com os diversos fundamentos e teorias da educação, teoria e prática, favoreçam oportunidades de conhecimento, reconhecimento e pesquisas envolvendo os profissionais da educação básica do Estado do Espírito Santo. Enfatiza-se, finalmente, o cuidado com a comunicação oral e escrita, inclusive com a aprendizagem da língua Brasileira de Sinais (Libras).

No tocante as questões da diversidade étnico-racial, de gênero e sexual, ao longo dos últimos anos, além das disciplinas que discorrem sobre estes temas, a SEAD tem ofertado aos estudantes do curso de Pedagogia, bem como, estudantes dos demais cursos, a oportunidade participar de palestras e mesas discussões que ampliam a compreensão destes temas.

Atentos aos dados sobre as violências contra as mulheres no Brasil, especialmente sobre Feminicídios, reafirmamos a nossa intenção de questionar os valores, pensamentos e instituições patriarcais como objetivo de formar uma nova consciência feminista. Para que possamos entender este propósito, recorremos a Lerner (2022, p.35) que assim se posiciona:

“Eu defino consciência feminista como a percepção das mulheres de que pertencem a um grupo subordinado; de que elas sofreram injustiças como grupo; de que a condição de subordinação delas não é natural, mas determinada pela sociedade; de que elas devem se juntar a outras mulheres para reparar essas injustiças; e, por fim, de que podem e devem oferecer uma visão alternativa de organização social na qual as mulheres, assim como os homens, desfrutarão de autonomia e autodeterminação”.

A urgência do questionamento da ordem patriarcal de gênero

pode ser evidenciada através dos dados publicados pelos Observatórios de violência e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que demonstram o crescimento das violências contra as mulheres. Considerando tais realidades, atentos as prescrições da Lei nº 11.340/2006³ (Lei Maria da Penha), Lei 14.164/2021⁴, que alterou o artigo 26 da Lei nº 9394/96 (Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), Lei 14.986/2024⁵ e analisando os objetivos explicitados do PPC, a Coordenadora do Curso de Pedagogia – EAD⁶, no ano de 2025, resolveu propor um Projeto de Extensão denominado “Prevenção as violências contra as mulheres na formação docente”⁷.

O resumo do projeto explicita seus destinatários, seus objetivos e os conteúdos a serem desenvolvidos ao longo de dois períodos letivos, iniciando-se no período 2025/2 e concluindo-se no período 2026-1:

Este projeto se destina-se especialmente aos estudantes do curso de Pedagogia - EAD - Sead-UFES. Entendemos que a Educação Formal pode contribuir significativamente para a desconstrução das práticas e representações patriarcais, que em última instância, autorizam as violências contra as mulheres. Neste sentido, pretendemos ao longo de dois períodos letivo - 2025/2 e 2026/1 desenvolver estudos e reflexões sobre temas tais, como: Patriarcado; História das Mulheres; Feminismos; Gênero; Diversidade sexual, Documentos

3 Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres.

4 Inclui na Lei 9394/96 conteúdos sobre prevenção das violências contra as mulheres nos currículos da educação básica e instituiu Semana Escolar de Combate às Violências contra as mulheres.

5 Altera a Lei nº 9.394 (LDB) para incluir a obrigatoriedade de conteúdos curriculares na perspectiva das mulheres e ao mesmo tempo que institui a “Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País”.

6 Profa. Dra. Ozirlei Teresa Marcilino – Coordenadora Interina do Curso de Pedagogia no ano 2025

7 Ufes – Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) - Projeto nº 4870 – proposto pela Profa. Dra. Ozirlei Teresa Marcilino.

nacionais e internacionais sobre políticas para mulheres; Leis Maria da Penha e sobre o Feminicídio e Políticas públicas de atendimento as mulheres em situações de violências. Temos como objetivo preparar os estudantes para serem multiplicadores de ações de prevenção, atendimento e cuidado as mulheres que residem nas regiões dos Polos de Educação a Distância onde estes estudantes realizam o seu curso.

O relato de experiência que aqui apresentamos referem-se às atividades formativas e atividades de extensão desenvolvidas ao longo do período 2025-2. Inicialmente o curso teve como objetivo atender as estudantes⁸ do Curso de Pedagogia-EAD matriculados em polos de educação a distância em dezenove municípios capixabas⁹. Para que esta atividade acontecesse nestes locais foi imprescindível a participação das Coordenações dos referidos Polos, bem como, a participação de Mediadoras/es¹⁰ Pedagógicas/os presenciais e à distância¹¹ que se incumbiram do acompanhamento e da avaliação das atividades elaboradas pelas estudantes que participaram do curso de extensão. Para que estas atividades ocorressem, foi necessário mobilizar um grande número de servidores da Superintendência de Edu-

8 Neste artigo sempre que nos referirmos aos estudantes e às estudantes, protagonistas das atividades de extensão, utilizaremos a flexão no feminino considerando que as mulheres são maioria no curso de pedagogia.

9 Alegre, Afonso Claudio, Aracruz, Baixo Guandu, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Conceição da Barra, Domingos Martins, Iúna, Itapemirim, Mantenópolis, Montanha, Pinheiros, Santa Teresa, Vargem Alta, Vila Velha, Vitória.

10 Alexon Silva Tavares, Almerinda Cardoso de Almeida, Ana Lucila Ribeiro Dantas Fagundes Leite, Betânia Zardin Bubach, Daiana Espíndula Lampier, Diego Buffolo Portinho, Dogmar Amaro Fagundes, Elisa Machado Jordane rios, Fabiana Ferreira Pinheiro, Izaionara Cosmea Jadjesky, Louise Storni Vasconcelos de Abreu, Luana Aparecida Zanotti, Luiz Fernando Leal Bernardo, Marcelo Morrello, Marileia Scaramussa Marin Magnago, Pedro Antônio Martins de Souza, Rosely Maria Aparecida Machado e Verbênia Gonçalves de Araújo.

11 Elineide de Oliveira Mendonça

cação a Distância (SEAD)¹² que atuam em diversos setores. Sem a participação desta equipe o curso não aconteceria.

Antecedendo as aulas que seriam ministradas, propusemos a abertura de fórum virtual com a seguinte indagação aos participantes para avaliarmos se as violências contra as mulheres faziam parte do cotidiano dos estudantes: “Você conhece alguma situação de violência contra mulheres? Caso sim, compartilhe um breve relato, sem mencionar nomes ou informações que possam identificar as pessoas envolvidas.”

No fórum ocorreram mais de trinta (30) participações. Através destas intervenções, constatamos que as violências contra as mulheres estavam presentes na vida das nossas estudantes. Estas violências, conforme definição explicitada na Lei Maria da Penha, são violências físicas, psicológicas, morais, sexuais e patrimoniais. Tais realidades podem ser entendidas a partir do depoimento de Neide sobre as realidades vividas por ela:

“[...] vivi na pele agressões de diversos tipos. No casamento, passei pelas agressões morais, por ser uma mulher gorda e de cabelos crespos. Meu ex-marido e a família dele diziam que eu não era a mulher ideal para ele. Eu tinha 18 anos na época, grávida de gêmeos, sem emprego, recém habilitada no Magistério. Além disso, ouvia dele e da família que dei golpe da barriga porque ele era ajudante de pedreiro e tinha um carro (um fusca na época); passei por muitas violências naquela família até decidir me separar ao descobrir que ele estava se relacionando com uma moça de 14 anos na época, idade que eu tinha quando começamos a namorar. [...] Anos depois, vivi uma relação cercada de agressões verbais, financeiras e de diversos cunhos, a dependência emocional era enorme e eu me cobrava de não conseguir manter uma relação. Quando decidi terminar fui acusada pelo cara que me chamava de velha (ele era 3 anos mais

12 Designers Educacional, Laboratório de Designer Educacional, Comunicação, Moodle/Plataforma Colibri, Secretaria.

novo que eu) e feia, que eu o estava traindo. Ele tinha a chave da minha casa em uma noite após o término, entrou na minha casa e me espancou, quebrando meu braço, me deixando toda roxa, com dentes quebrados, fui direto para um hospital em Vitória pois tinha que fazer cirurgia e, 18 dias depois, ao retornar, fui registrar um BO, quando ouvi da delegada da mulher vocês se envolvem com qualquer pessoa e reclamam quando apanham”. Saí de lá desolada. Passei anos sem me relacionar por medo e em 2023, “baixei a guarda” para um professor que trabalhava na mesma escola que eu. Tudo começa bom, lindo, romântico, cheio de cuidados que a gente só vê depois que a pseudoproteção, na verdade é abuso emocional. Conheci a família dele, amigos, ia para a casa dele, cozinhava e fui me apegando quando descobri, por outro professor que ele era casado e a esposa fazia mestrado (...). Terminei no mesmo dia quando levei um soco no rosto e não tive coragem de denunciar, por medo, vergonha, dor... Ele passou a me perseguir, mandar mensagens via pé porque bloqueei em tudo até me agredir outra vez na rua da minha casa ao voltar a noite da escola com chutes, socos e xingamentos. (...) Infelizmente, a maioria das pessoas pensam desta forma errada... Queria contar minhas experiências para vocês saberem que isso acontece mesmo e não podemos nos calar como me calei da última vez.

Depois de descrever as violências físicas, psíquicas, morais, sexuais e patrimoniais, pelas quais passou, Neide alertou sobre a necessidade de que as mulheres não se calem e denunciem constantemente as violências às quais são cotidianamente submetidas.

Este relato explicita a necessidade de que abordemos o tema, em todos os espaços possíveis. Consideramos o espaço da formação de professoras e professores como um espaço privilegiado para que possamos ampliar nossas reflexões e fortalecer a rede de prevenção a todas as formas de violências contra as mulheres.

Após esta primeira aproximação sobre o tema, apresentamos em seguida, os conteúdos que foram ofertados no curso através dos Cinco (05) módulos, entre os meses de setembro a dezembro de 2025.

O conteúdo dos módulos

O primeiro módulo do curso aconteceu no mês de setembro de 2025. Foi um módulo dedicado a refletir sobre o conceito de patriarcado e para uma primeira aproximação em relação a história das mulheres. Ao abordar o tema buscamos nos aproximar das lutas das mulheres pelo reconhecimento dos seus direitos.

Os estudos deste módulo implicavam na leitura de algumas partes de livro¹³, no acompanhamento de um vídeo¹⁴ e na visualização de um infográfico¹⁵ sobre violência contra as mulheres. Na abertura deste módulo, dia 01.09.2025, ocorreu uma aula virtual¹⁶ inaugural ofertada pela Educadora Popular Edna Calabrez Martins¹⁷. Após a aula as estudantes cumpriam as tarefas propostas no mapa de atividades do curso¹⁸.

O segundo módulo abordou o tema Feminismos e história das Mulheres no Brasil. Além de desenvolver diversas atividades, as estudantes participaram de uma aula virtual com a Profa. Dra. Elda Alvarenga

O terceiro módulo versou sobre diversidade étnico racial e diversidade de gênero. A aula virtual aconteceu no dia 27.10.2025, as

13 TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

14 TIBURI, Marcia. Patriarcado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gxBDyWYfZlg>. Acesso em 15 de agosto de 2025.

15 Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Infográfico. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/c3605778-37b3-4ad6-8239-94e4cb236444>. Acesso em 14.08.2025

16 Esta aula ocorreu no dia 01.09.2025, as 19h utilizando a Rede Brasileira para Educação e Pesquisa (RNP). Trata-se de um sistema do governo federal que conecta centenas de organizações federais.

17 Membro do Fórum de Mulheres – ES

18 Elaboração de memória com os principais assuntos abordados na aula.

19h e foi proferida pela Prof.^a Dr.^a Luciene Carla Correa Francelino.

O quarto módulo abordou a temática “Papeis de Gênero – Masculinidades e Feminilidades” e contou com uma aula ministrada pela Prof.^a Dr.^a Maria Beatriz Nader, coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência – do Programa de Pós-Graduação em História – da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Esta aula aconteceu no dia 24.11.2025.

Todos os módulos do curso foram precedidos de leituras de textos alusivos as temáticas. Durante as aulas virtuais, sempre era possível os participantes tecerem suas reflexões e/ou propor questionamentos às professoras convidadas. E ao final de cada aula, como de praxe, as/os estudantes registravam suas reflexões sobre forma de memória na plataforma colibri¹⁹ onde foram postados todos os conteúdos, atividades, slides e relatórios do curso. Em seguida nos dedicamos a uma breve descrição das atividades extensão que ocorreram em 14 polos onde as estudantes completaram o curso.

As atividades de extensão

Entre os dias 01 de novembro e 08 de dezembro de 2025 as participantes do Curso de extensão deveriam realizar uma atividade, dirigida ao público externo, em cada um dos polos de educação a distância onde estão sendo ofertados o curso de pedagogia. As atividades deveriam ser voltadas para as comunidades e deveriam abordar os temas estudados. Em todas as atividades deveriam ser distribuídos um folheto onde constavam os diversos tipos de violências contra as mulheres, segundo a lei n^o 11.340/2006²⁰ e também os

¹⁹ www.colibri.ufes.br

²⁰ Lei Maria da Penha

órgãos que compõe a rede de atendimento e enfrentamento as violências disponíveis em cada localidade do Estado, especialmente os centros de referências da Assistência (CRAS); Centro de Referência Especializada da Assistência (CREAS), Delegacias Especializadas de Atendimento as Mulheres (DEAMS), entre outros.

Polo Afonso Claudio

As cursistas do polo de Afonso Claudio²¹ promoveram uma palestra no dia 07 de dezembro, onde foram abordados temas tais como, história das mulheres, patriarcado e feminismos. Contaram com a participação da Assistente Social Elis-mara Lauvrs que, além de discorrer sobre os temas do encontro, apresentou o Projeto renascer: capacitando mulheres para uma nova jornada de autonomia.

Polo de Aracruz

As estudantes²² do polo de Aracruz promoveram uma roda de conversa no dia 26 de novembro de 2025, contando com as participações das seguintes profissionais: Dr.^a Amanda da Silva²³, Valquiria

21 Emikellen Lauvrs, Patricia Hollunder Hardevick, Regina dos Santos Oliveira Kull, Izaura Lopes, Marlese Santos Rodrigues Souza, Sidineia de Freitas Dias Kempin Kunzendorff, Meriely Rodrigues Pimenta, Stefânia de Lima Souza, Caroline Pereira de Paula, Carla Rocha dos Santos, Géssica de Oliveira Amorim.

22 Ana Claudia Silva Vicente, Celia Maria de Oliveira Rodrigues, Claudiceia Souza Alexandre Caldeia, Elissandra Cordeiro dos Santos, Hildete Jorge, Istefani Souza Almeida, Maria Antônia Silvia de Almeida, Mateus Costa Bergue, Patrícia Batista Santos, Rosiani Tavares dos Santos, Vanessa Figueiredo Costa Bergue.

23 Delegada titular da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM)

R. Binow²⁴ e Letícia da Costa Cazzotti²⁵.

Ao abordar o tema da prevenção das violências contra as mulheres foi explicitado que esta não é uma tarefa apenas do sistema de segurança pública, mas uma atividade intersetorial que “[...] pode iniciar pela educação, por meio da formação docente. Professores que entendem a raiz do problema conseguem romper ciclos de silêncio e desigualdade”.

O papel a ser desempenhando pelas escolas da educação básica foi evidenciado a partir da afirmação de que

“[...] a escola não é apenas um lugar de transmissão de conteúdo; ela é um espaço de convivência, acolhimento e proteção. Por esse motivo, educadores e futuros educadores que compreendem a dinâmica da violência de gênero estão mais preparados para identificar sinais, acolher vítimas, prevenir práticas discriminatórias e promover uma cultura de respeito”.

Este papel relevante das educadoras e educadores na abordagem sobre os direitos humanos das mulheres e, em especial, sobre o seu direito a viver sem violência, implica numa mobilização adequada do campo da formação de professores posto que as organizadoras da atividade de extensão consideraram que “[...]a escola é um dos poucos lugares onde é possível reescrever futuros antes que a violência aconteça. Esse evento mostrou que o caminho é amplo, complexo, mas absolutamente necessário”.

Prevaleceu entre as participantes a compreensão de que as mulheres não devem ser as únicas responsáveis por se protegerem. É

24 Psicóloga que atua no Centro Margaridas – Centro de Atendimento a mulheres em situação de Violência

25 Coordenadora do abrigo para pessoas em situação de rua.

necessário envolver os homens nesta discussão, visando desconstruir a cultura patriarcal / machista que os tornam os principais autores destas violências.

Polo Baixo Guandu

O encontro de extensão aconteceu no dia 25 de novembro de 2025 e consistiu numa atividade conduzida por Larissa Souza, mulher trans que atua na Casa da Mulher do município. Segundo as organizadoras²⁶ foram desenvolvidos

“[...]dois temas centrais estudados ao longo do curso: Violência contra a mulher: discutimos tipos de violência, sinais de alerta, o ciclo de agressão e a importância do apoio comunitário e das redes de proteção. Direitos das mulheres e políticas públicas: Larissa apresentou os serviços da Casa da Mulher, orientou sobre como buscar ajuda, e explicou o papel das instituições no acolhimento de mulheres em situação de vulnerabilidade”.

Neste evento foi marcante a compreensão das múltiplas violências que atingem as mulheres, destacando-se a situação das mulheres trans. A partir da história da vida da convidada, Larissa Souza, as pessoas presentes conheceram os enfrentamentos contra todas as formas discriminação, transfobia, violências, mas também, seus momentos de conquistas e vitórias.

Segundo as estudantes organizadoras do encontro, tudo aconteceu de forma colaborativa e num ambiente acolhedor. Destacaram a importância do depoimento de Larissa e compreenderam a impor-

26 Danielle Rejane Bravim Lopes, Joice Gregório De Oliveira, Ketny Teixeira Santos De Oliveira, Lais De Carvalho Souza, Lucas Alves Ferreira, Lucimar Carmem Vial Pires, Natielli Pereira Da Fonseca.

tância de se criar espaços de escuta sobre a diversidade:

“Trabalhamos de forma colaborativa para garantir um ambiente acolhedor e produtivo. A atividade foi extremamente enriquecedora e significativa para todos nós. A fala de Larissa trouxe sensibilidade, força e consciência, permitindo uma reflexão profunda sobre inclusão, respeito e igualdade de gênero. Para nós, esse momento reafirmou a importância de criar espaços de escuta, acolhimento e valorização das diversidades dentro da comunidade”.

Polo de Bom Jesus do Norte

A atividade de extensão neste polo aconteceu no dia 26 de novembro de 2025. As estudantes organizadoras²⁷ optaram por iniciar a roda de conversa apresentando alguns slides que abordaram a história das mulheres, a importância do feminismo na luta pelos direitos das mulheres, e a estruturação dos papéis masculinos e femininos neste contexto. As estudantes assim descreveram a atividade:

“Podemos nos primeiros 30 minutos, abordar o conteúdo dos slides através da apresentação e vídeos, e logo após a apresentação dos temas, abrimos uma roda de conversa, onde todos os presentes, através de perguntas guiadas, tiveram a oportunidade de se expressar e abordar seus pontos de vista. Foi uma interação ótima, pois muitos contaram suas experiências, suas vivências, situações de pessoas conhecidas e o resultado foi uma ótima interação entre os temas abordados e a participação dos presentes”.

Polo de Cachoeiro de Itapemirim

A atividade aconteceu no dia 27 de novembro de 2025, no CREAS de Cachoeiro do Itapemirim e contou com uma palestra²⁸

27 Amanda Gonçalves, Luciana das Graças, Luciane Alves, Marcelo Borges

28 Elizabete Seles Santos – Enfermeira e Pedagoga, Mestra em Políticas Públicas e Professora Universitária foi a palestrante convidada.

que teve como tema: “A violência contra a mulher e os impactos na saúde: patriarcado, feminismos e histórias das mulheres no Brasil.

Segundo as estudantes²⁹ que organizaram o evento, esta formação

“[...] reforçou a necessidade de que futuros profissionais da educação compreendam o fenômeno da violência contra a mulher como um problema estrutural e multidimensional. Refletiu-se sobre o papel da escola na prevenção das violências, na promoção da equidade de gênero e na construção de práticas pedagógicas que rompam com estereótipos e discriminações.

Destacaram ainda que o curso de extensão ampliou a consciência crítica das participantes em relação ao tema, bem como, “[...] reforçou o compromisso com uma atuação docente sensível às questões de gênero e à proteção de crianças, adolescentes e mulheres”.

Polo de Cariacica

O encontro aconteceu no dia 01 de dezembro de 2025. A Equipe organizadora³⁰ planejou e realizou a atividade na Igreja Batista de Santana com objetivo de “[...] promover diálogo, informação e conscientização sobre as diversas formas de violência contra a mulher, contribuindo para o fortalecimento da formação crítica dos estudantes de Pedagogia”.

A roda de conversa contou com a participação da Equipe Especializada da Mulher da Guarda Municipal de Cariacica; Psicóloga Isadora Pádua e Prof.^a Dr.^a Elda Alvarenga. O encontro destacou a

29 Karine Neves e Jéssica Maria

30 Alunas/os: Amanda da Vitória, Claudineia Cabral, Franciele Fideles, Gerson Moreira, Marcela Machado, Nicole Rodrigues, Rafaela Carlos, Rayani A. Moraes.

participação da Equipe da Guarda Municipal na perspectiva de um atendimento articulado em rede, integral e humanizado as mulheres em situação de violências. A reunião proporcionou conhecimento das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Políticas para as mulheres e ampliou o conhecimento da Lei Maria da Penha. Foi um momento de troca de experiência e de exercício da solidariedade entre as mulheres presentes. Segundo as organizadoras, a atividade reafirmou “[...] o compromisso do Polo UAB e da SEAD/UFES em promover uma formação crítica, sensível e comprometida com práticas pedagógicas que valorizem o respeito, a equidade e a proteção das mulheres em todos os espaços”.

Polo de Colatina

As estudantes³¹ do Polo de Colatina desenvolveram uma roda de conversa no dia 25 de novembro de 2025. Os temas debatidos foram o feminismo no Brasil e diversidade sexual. Discorreram sobre o significado do dia 08 de março, sobre o conceito de feminismo, sobre sexo, gênero e sexualidades. Todas estas atividades foram precedidas de um planejamento que implicou na criação de convites, organização dos roteiros de fala, impressão e distribuição do folheto com os tipos de violência conforme a lei Maria da Penha e também onde constavam os diversos serviços disponíveis para o atendimento as mulheres

31 Cassia Aparecida Reis Caon Giselli Motta Batista, Jociara Da Rocha Costa Galdino, Luenia da Silva Rodrigues

Polo de Domingos Martins

A palestra foi realizada no dia 26 de novembro de 2025. Abordou temáticas tais como, dominação masculina, papéis sociais de mulheres e homens, o surgimento do feminismo, os diversos tipos de violências contra as mulheres. A participação especial de Jaiane Oliveira, representante da Secretaria de Política para as Mulheres do Município, contribuiu para que as pessoas presentes, além de refletirem sobre os temas, conhecessem os serviços oferecidos pela Gerência da Mulher no Município. Segundo as organizadoras³² “[...] ficou claro que todos nós podemos ajudar a combater a desigualdade, respeitando as mulheres, apoiando quem precisa e buscando uma sociedade mais justa para todos”.

Polo de Iúna

O encontro deste Polo aconteceu no dia 02 de dezembro de 2025. Os organizadores da atividade prepararam uma apresentação de slides sobre a prevenção das violências contra as mulheres. Abordaram os aspectos culturais e históricos do tema. Explicaram sobre os diversos tipos de violência descritos na Lei Maria da Penha, investiram na reflexão sobre a importância de desnaturalizar as práticas machistas. Apresentaram dados sobre as violências no Estado do Espírito Santo; apontaram fatores que sustentam estas realidades; refletiram sobre a importância de se identificar os sinais de violência; acolher as mulheres sem julgá-las e orientá-las sobre as políticas públicas de atendimento disponíveis no município. Além disto, enfatizaram a importância de que o tema seja tratado no ambiente da escola e, neste sentido, reconheceram a importância do estudo sobre

32 Grupo: Carina, Heligia, Fatima e Romário Polo UAB: Domingos Martins

estas realidades no campo da formação de professoras e professores. Em síntese, afirmaram a importância de promover uma escuta ética e respeitosa das mulheres em situação de violência, tendo sempre como objetivo desconstruir estereótipos de gênero, prevenir a normalização e promover os direitos humanos das mulheres.

As pessoas que organizaram a atividade concluíram que

“[...]A violência contra as mulheres é um problema multifacetado que exige um esforço coletivo para ser superado. A formação dos educadores é uma peça chave nesse processo, pois capacita para a identificação e prevenção de situações de violência, além de promover a conscientização nas comunidades escolares[...]”.

Polo de Mantenópolis

As organizadoras³³ do encontro elaboraram uma apresentação que percorreu sobre os diversos temas abordados ao longo do curso de extensão, ou seja, abordaram os conceitos de patriarcado, estudos de gênero, feminismo. Para elas, o objetivo da atividade foi “[...]compreender como essas estruturas históricas moldam a sociedade e, sobretudo, influenciam a vida das mulheres, das pessoas LGBTQIA+ e de outros grupos vulnerabilizados[...]”.

As pessoas que participaram do encontro envolveram-se plenamente na discussão dos temas e tiveram oportunidade de apresentar seus relatos pessoais que enriqueceram a atividade. Como síntese do encontro, as estudantes de pedagogia afirmaram que

“[...]os estudos sobre gênero, patriarcado, feminismos e diversidade revelam que a desigualdade não é natural, mas resultado de constru-

33 Abiank Braylon Barbosa da Silva, Cristina Carla de Souza e Kailane das Graças de Souza Nascimento.

ções sociais, históricas e culturais. Compreender os papéis de masculinidade e feminilidade, a opressão das mulheres e das pessoas trans e travestis, e as desigualdades perpetuadas pelo patriarcado e pelo capitalismo, é fundamental para promover justiça social e respeito à diversidade [...]”.

Polo de Montanha

A atividade aconteceu no dia 24 de novembro de 2025 e contou com a palestra da advogada Camila Tardin. As participantes³⁴ estabeleceram como finalidade do encontro

“[...]disseminar informações e promover reflexões junto à comunidade sobre temas essenciais como o patriarcado a trajetória histórica dos feminismos no Brasil, as conquistas legais das mulheres e o papel da educação na prevenção das violências de gênero.

Após a palestra, ocorreu um diálogo entre as participantes. Todas puderam esclarecer eventuais dúvidas e desenvolver suas reflexões sobre o tema. As organizadoras consideraram que a atividade foi bem sucedida porque proporcionou informações sobre prevenção as violências contra as mulheres e afirmou o compromisso da educação superior no enfrentamento das desigualdades de gênero.

Polo de Pinheiros

As atividades foram alusivas aos “21 dias de ativismo pelo fim das violências contra as mulheres”³⁵. Foram utilizados slides abor-

34 Adriana Pereira Gonçalves Marques, Cynthia Freitas Marques Vielmi, Marcia Oliveira dos Santos, Maria Cristina Carvalho Trindade, Nayara Vieira dos Santos, Sara Rocha Batista

35 Movimento internacional liderado pela ONU mulheres. NO ano de 2025 o movimento utilizou como tema de mobilização o enfrentamento a todas as formas

dando as temáticas do curso bem como a folheteria elaborada para divulgar os diversos tipos de violência previstos na Lei Maria da Penha e os serviços de atendimento as mulheres.

Após a apresentação da atividade de extensão, as participantes puderam dialogar sobre o tema e trazer suas histórias e reflexões, apresentar perguntas e esclarecer dúvidas em relação aos assuntos tratados. As estudantes³⁶ que conduziram a atividade, ao discorrerem sobre o patriarcado

“[...] explicaram como esse sistema histórico de poder estrutura desigualdades, contribui para a manutenção de práticas violentas e influencia comportamentos sociais, ressaltando a importância de compreender esses processos na formação docente e na construção de práticas educativas comprometidas com a igualdade de gênero[...].

Polo Vargem Alta

No polo de Vargem Alta a atividade formativa ocorreu numa escola da rede municipal. Foi apresentado o tema e sugerido aos estudantes que elaborasse cartazes alusivos à temática. Ao discorrer sobre o projeto, as estudantes³⁷, responsáveis pelo encontro na escola, refletiram sobre a importância da prevenção as violências contra as mulheres e explicaram que o estudo da história feminina contribuiu para a compreensão das opressões sofridas bem como sobre os caminhos para a resistência e a conquista de direitos:

de assédios digitais.

36 Assíria Gomes Gonçalves, Eliane Santos de oliveira Santana, Emanuela da Silva Mota Santos.

37 Alessandra Francis Costa Gouvêa, Andréia Pizetta Vieira e Rayane Lopes dos Santos.

[...]Entendemos que a prevenção da violência contra as mulheres começa pela reflexão crítica sobre as estruturas sociais que sustentam desigualdades. O patriarcado, enquanto sistema que historicamente privilegia os homens, influenciou profundamente a construção dos papéis de gênero, impondo limites a trajetórias e possibilidades das mulheres. Ao estudar as histórias das mulheres, percebemos tanto as opressões vividas quanto os processos de resistência e luta por direitos que marcaram diferentes épocas.

As proponentes da atividade consideraram que “[...] essa formação ampliada é essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais humanas, críticas e sensíveis às diferenças”. Para elas, “[...] educadores bem formados tem um papel fundamental na desconstrução de estereótipos e na promoção de uma cultura de paz, respeito e igualdade”.

Polo Vila Velha

Durante reunião com a tutora e o grupo de estudantes³⁸, decidiu-se pela realização de uma Roda de Conversa como atividade final, considerando o caráter dialógico e comunitário da proposta. Para a mediação, convidou-se uma profissional com experiência na temática. Assim, a coordenadora do Polo, Andreia Toniato, apresentou o formato de Círculo de Diálogo para a Construção da Paz, metodologia inspirada nos estudos de Kay Pranis, utilizada em processos de acolhimento, reflexão e prevenção das violências contra as mulheres. Para ampliar o olhar social sobre o problema, contou-se com a participação da Assistente Social Márcia Saldanha Moreira, profissional atuante no atendimento a mulheres em situação de vio-

38 Ana Cristina Sila De Almeida, Carmelita Christina Mara Gomes dos Santos, Claudete Boaventura Rodrigues, Ellen Bazoni, Jonaton Dos Santos, Sheila Catarino da Silva

lência. Esta atividade aconteceu no dia 28 de novembro de 2025.

Ao final das exposições feitas pelas convidadas, desenvolveu-se uma reflexão utilizando-se de um repolho e uma rosa. A atividade foi descrita da seguinte forma:

“[...]O repolho, com suas pétalas voltadas para dentro, representou as dores, os silenciamentos e as camadas que as pessoas acumulam ao vivenciar violências. A rosa, que se abre para fora, simbolizou a força, a resistência e a possibilidade de florescimento apesar das adversidades — levando cada participante a refletir: queremos ser o repolho ou a rosa? Essa metáfora conduziu o grupo a pensar sobre acolhimento, empatia e sobre a necessidade de romper ciclos de violência e promover mudanças significativas.

No encerramento do encontro cinco participantes vestiram camisetas com “frases impactantes e manchas vermelhas, simbolizando o sangue derramado e as marcas deixadas pelas violências”. Neste ato, consolidou-se o compromisso no enfrentamento de todas as violências contra as mulheres, ao mesmo tempo que se enfatizou o papel que pode ser desempenhado pelos educadores na promoção da “[...]cultura de paz, respeito e equidade de gênero”.

Considerações Finais

Estamos convencidos que o curso serviu para desenvolver reflexões necessárias em torno da desconstrução das práticas e representações patriarcais, proporcionou a compreensão teórico-prática das condições de dominação e exploração das mulheres, em especial, das mulheres negras e ofereceu informações e divulgou as políticas públicas disponíveis para a prevenção das todas as formas de violências contra as mulheres bem como, sobre o acesso aos serviços públi-

cos de atendimento, cuidado e de orientação disponíveis na rede de enfrentamento/atendimento as mulheres em situação de violência.

Realçamos, finalmente, a importância de utilizarmos os recursos de EAD da Ufes como instrumento para ampliar a formação docente, em todo território capixaba, na perspectiva da promoção dos direitos humanos das mulheres, na defesa de relações igualitárias étnico-raciais, que assegurem a dignidade humana de todas as pessoas, sem quaisquer formas de discriminações.

REFERÊNCIAS

- LERNER, Gerda. **A criação da consciência feminista**. A luta de 1.200 anos das mulheres para libertar suas mentes do pensamento patriarcal. São Paulo: Cultrix, 2022. P.35
- TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- TIBURI, Marcia. **Patriarcado**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gxBDyWYfZIG>. Acesso em 15 de agosto de 2025.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Infográfico. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/c3605778-37b3-4ad6-8239-94e4cb236444>. Acesso em 14.08.2025
- Relatórios das atividades de extensão realizadas no período entre os meses de novembro e dezembro/2026. **Disponível em: www.colibri.ufes.br**

Entre pecado mortal e maternidade compulsória: violência simbólica e papéis de gênero no discurso religioso contemporâneo de Samia Marsili

Maíssa Fraga de Almeida¹

Introdução

A compreensão do que é ser mulher ou homem constitui uma construção e desconstrução contínuas ao longo da história, forjadas pelas influências socioculturais de cada época. Na contemporaneidade, essa subjetividade não é mais mediada apenas pelos veículos tradicionais, como a televisão, o rádio e as revistas, que pautavam as gerações passadas. Hoje, a onipresença das redes sociais e os fenômenos intrínsecos à cultura digital reconfiguram identidades e moldam a personalidade de forma instantânea e constante. Nesse cenário, a figura do *digital influencer* — sujeito que angaria confiança e mobiliza opiniões, comportamentos e decisões — torna-se um objeto central para a compreensão dessas novas arquiteturas da subjetividade.

Samia Marsili é uma médica, palestrante e influenciadora digital que se consolidou como uma das principais referências brasileiras no nicho de maternidade e vida conjugal sob uma perspectiva cató-

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), na linha de pesquisa Estado e Políticas Públicas, sob orientação do Prof. Dr. Everton de Oliveira Moraes. Bolsista CAPES/CNPq. Graduada em Licenciatura em História (2024) pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Contato: maissamfa@gmail.com

lica tradicional. Seu discurso, embora ancorado em preceitos teológicos clássicos — como os da encíclica *Humanae Vitae* —, ganha nova roupagem nas redes sociais, onde atua como um agente de biopoder. Ao cruzar orientações sobre educação infantil e sexualidade com informações científicas controversas e uma visão essencialista de gênero, Marsili exerce uma significativa influência sobre a autonomia reprodutiva e o comportamento de milhões de mulheres, representando um ponto de tensão entre a moralidade religiosa tradicional e as conquistas da sociedade contemporânea.

Quem é Samia Marsili

A influenciadora digital Samia Marsili possui um alcance notável: somente em sua conta do Instagram, a produtora de conteúdo acumula cerca de 1,5 milhão de seguidores. O conteúdo veiculado por Marsili aborda temáticas relacionadas aos universos materno e conjugal, promovendo a oferta de cursos ou serviços voltados para mães casadas que buscam mentoria. A validade de sua orientação é ancorada em sua autoatribuição como especialista nas funções de mãe e esposa. Em seu *website* pessoal, Samia Marsili se apresenta como “mãe de 8 filhos, médica e palestrante” (COMUNIDADE SAMIA MARSILI, 2025), utilizando estas credenciais para informar ao público que

Há anos dedica sua vida a algo maior: ajudar famílias a criarem filhos com valores sólidos, amor e propósito. Ela é criadora da maior comunidade de mães do Brasil e é referência quando o assunto é educação infantil, fé e criação com propósito. Seus conteúdos gratuitos alcançam mais de 1,3 milhões de famílias diariamente, enquanto suas aulas sobre temas como sexualidade infantil, vício em telas e educação emocional já impactaram mais de 80 mil alunos e suas famílias (COMUNIDADE SAMIA MARSILI, 2025).

A influenciadora frequentemente se posiciona publicamente como católica, adotando uma postura pró-vida e de “abertura à vida”, o que, em termos práticos, implica a não utilização de métodos contraceptivos para o espaçamento ou a prevenção de gestações. No tocante à educação infantil, a autora produz extenso conteúdo sobre temáticas pertinentes à sexualidade, abrangendo desde a comunicação sobre o sexo na primeira infância até a abordagem do tema na adolescência, com o objetivo de orientar a conduta sexual da prole, delimitando o que considera apropriado, aceitável ou inaceitável.

Análise do discurso

A influência da doutrina católica é perceptível em seus conteúdos: é possível identificar a ideia do controle dos corpos em algumas manifestações da influenciadora, como por exemplo em seu livro “Sexualidade Infantil”. Nessa obra, a autora detalha a prática e a finalidade do ato sexual, que é categorizado como “ato conjugal” por ser restrito à união entre um homem e uma mulher agraciados com o sacramento do casamento.

Para que ensinemos os nossos filhos a viver a sexualidade, nós mesmos temos de vivê-la coerentemente. Não há como falarmos da importância da sexualidade e da sua finalidade, que é o surgimento de uma nova vida, se não temos o verdadeiro cuidado com essa nova vida. Precisamos rever os conceitos em relação a isso. Não estou falando para ninguém ter quatrocentos mil filhos, mas sim da vivência da sexualidade, que é essencialmente uma abertura à vida. Isso não significa que as pessoas terão vários filhos, porque todos têm mentalidades e situações financeiras específicas, e ter vários filhos é uma decisão íntima do casal, não minha. Mas **deve-se entender que a sexualidade visa em primeiro lugar ao surgimento**

de novas vidas, e que se a nossa cabeça não estiver voltada para isso, teremos uma série interminável de problemas (MARSILI, 2022 :80, grifo nosso).

O desincentivo à utilização de métodos contraceptivos e a condenação formal dos mesmos foram amplamente discutidos no seio da Igreja Católica durante o século XX, especialmente após a Revolução Sexual dos anos 1960. Este período foi marcado pela maior acessibilidade aos métodos contraceptivos e pela institucionalização do aborto em uma série de países ocidentais. O tema alcançou grande projeção na cultura popular com a veiculação da encíclica papal *Humanae Vitae*, de Paulo VI, publicada em 1968. O documento reitera e formaliza a oposição histórica da Igreja à utilização de quaisquer métodos contraceptivos artificiais, defendendo que cada ato sexual (ato conjugal) deve permanecer aberto à possibilidade da procriação. A *Humanae Vitae* sublinha a indissociabilidade dos aspectos unitivo (o amor entre os cônjuges) e procriativo (a geração de nova vida) do casamento, recomendando o uso exclusivo dos métodos de regulação natural da fertilidade para o espaçamento dos nascimentos (PAPA PAULO VI, 1968). Nesse contexto, a doutrina católica articulada por Paulo VI, conforme expressa na *Humanae Vitae*, mostrou-se intrinsecamente imiscível com as profundas transformações socioculturais da década de 1960. Elementos como a Revolução Sexual, a liberação feminina e, crucialmente, a separação da sexualidade da função procriativa — possibilitada pelo desenvolvimento dos métodos contraceptivos — emergiram como fatores de reconfiguração da vida íntima e das relações sociais. Tais transformações impactaram toda a cadeia social e produtiva da humanidade, evidenciando um choque entre a moralidade religiosa tradicional e as novas dinâmicas de autonomia e comportamento, conforme analisado por Sant Ana

(2016).

Apesar das mais de cinco décadas que separam a publicação da encíclica *Humanae Vitae* do conteúdo veiculado por Marsili, é possível identificar uma notável conservação de valores morais e sexuais que se encontram em contraste com os preceitos da contemporaneidade. Tal persistência doutrinária é exemplificada em um vídeo publicado no Instagram, no qual a influenciadora, acompanhada de seu esposo, Italo Marsili², debate o planejamento familiar. Neste contexto, o casal defende a perspectiva de que:

A primeira é DIU não, ponto. DIU é abortivo. **Não pode, não pode usar DIU, ponto.** Isso é importante, beleza? Não sou obstetra, sou ginecologista, [mas] ela não pode usar DIU, OK? **DIU é imoral, isso é o primeiro ponto. O DIU, o que acontece, ele faz uma inflamação lá no útero (...) e tem o impedimento mecânico que aborta as crianças. Então não pode usar DIU, ponto, tem que tirar. (...) Tá, mas aí, o marido não quer deixar de transar, então vai ter filho; é simples quanto isso**” (MARSILI, 2025, grifo nosso).

Esta problemática fala denota que o ato sexual, no contexto do catolicismo defendido pelo casal, deve estar exclusivamente atrelado à reprodução, desconsiderando a autonomia reprodutiva feminina. Ademais, a afirmação categórica de que o DIU é abortivo e que seu

2 Italo Marsili é um médico psiquiatra formado pela UFRJ, com experiência clínica e militar, casado com Samia Marsili e pai de oito filhos. Além de ser autor de diversos livros, ele se consolidou como influenciador digital, utilizando suas credenciais e sua vida familiar para gerar conteúdo de alto engajamento sobre família, fê e política. Sua atuação é marcada por posicionamentos controversos, como a tentativa de canonização de Olavo de Carvalho e a alegação de que a decadência da democracia estaria ligada à introdução do voto feminino. Marsili também ganhou destaque na esfera pública ao ser cotado para o cargo de Ministro da Saúde no governo Bolsonaro (GAZETA DO POVO, 2025).

mecanismo de ação se baseia em “impedimento mecânico” dissemina uma informação controversa e cientificamente falsa junto às seguidoras, alinhando-se à perspectiva religiosa que restringe o uso de métodos contraceptivos artificiais. De acordo com o consenso da comunidade médica internacional e o Ministério da Saúde (2018), a principal ação contraceptiva do DIU (tanto de cobre quanto hormonal) ocorre antes da fecundação: ele age majoritariamente imobilizando ou matando os espermatozoides e dificultando sua ascensão, impedindo, assim, o encontro com o óvulo. O mecanismo de impedimento da nidação (implantação do óvulo já fecundado) é considerado secundário ou de menor relevância clínica para a contracepção do DIU de cobre, e não é o principal mecanismo do DIU hormonal (MACHADO, 2022). A persistência nesta narrativa de que o DIU é abortivo reflete uma posição estritamente teológica e moral, alinhada à doutrina da Igreja Católica, que define o início da vida na fecundação, e não na implantação. Dessa forma, a influenciadora transforma uma controvérsia bioética e religiosa em um fato clínico, manipulando diretamente as decisões de planejamento familiar de seu público.

A disseminação de desinformação acerca do mecanismo de ação do DIU atrelada à coerção moral para restringir a autonomia sexual e reprodutiva da mulher, configura um ato de violência simbólica³. Esta se manifesta pelo uso de afirmações cientificamente in-

³ A violência simbólica, segundo Bourdieu (2007), é uma forma de dominação sutil e invisível que se estabelece com a cumplicidade dos agentes sociais dominados, pois é percebida por eles como legítima e natural, e não como coerção. Diferente da violência física, ela opera através da imposição de categorias de pensamento e percepção (o arbitrário cultural), que são internalizadas no *habitus* do indivíduo. Dessa forma, o dominado assimila as estruturas de dominação (como as normas de gênero) e participa ativamente de sua própria subordinação, aceitando as restrições impostas como parte de sua vocação ou destino social.

corretas para implantar o medo coletivo⁴ e condicionar a conduta feminina. O discurso do casal Marsili demonstra raízes teológicas medievais ao estabelecer uma clara continuidade com a Patrística⁵ no tocante à finalidade do prazer sexual⁶. O ápice desse controle dos corpos exercido pela doutrina religiosa se dá pela ameaça da condenação eterna: ao classificar o sexo sem abertura à procriação como pecado mortal, o Catecismo vincula a conduta íntima do indivíduo à sua salvação. Essa categorização transcende a moralidade terrena e utiliza a pena do inferno como o máximo instrumento de disciplina, garantindo que o controle sobre a sexualidade seja internalizado como um imperativo de sobrevivência metafísica.

Em outro momento, Samia divulga um trecho de uma aula de sua comunidade, elogiando uma amiga que estava há meses com a filha em uma UTI e reforçando a ideia de que a mulher é feita para o sacrifício e que sua vocação é a de “ser espremida”:

“Não é à toa, né? Fazendo um relacionamento bíblico que as santas mulheres estavam aos pés da cruz. E os apóstolos fugiram, né? Então de fato a mulher tem essa capacidade, capacidade de enfrentar, de enfrentar a dor e de sentir a dor firme ali, de pé. Sabe, agora eu estou com uma amiga minha que está passando por isso, está lá com a filha dela, longe dos próprios filhos, né? Dos outros quatro filhos, e está lá, de pé. E o quanto é bonito ver uma pessoa dessa forma,

4 Delumeau (2024) conceitua o medo coletivo como uma ansiedade difusa e permanente que permeia a vida cotidiana de uma sociedade. Esse medo é frequentemente alimentado por uma combinação de ameaças concretas (como guerras, pestes e fomes) e mecanismos culturais de culpabilização e intimidação (como a doutrinação religiosa sobre o pecado, o inferno e o fim dos tempos).

5 A Patrística é o estudo da vida, obra e doutrina dos Padres da Igreja (do latim *patres ecclesiae*), que foram os principais líderes, teólogos e escritores cristãos que viveram aproximadamente entre o final do século I e meados do século VIII.

6 Conceição (2011) afirma que “Santo Agostinho endureceu esse entendimento de negação do prazer pelo prazer e chegou a afirmar que é condenável e vergonhoso praticar o coito com a própria esposa e ao mesmo tempo impedir a gravidez” (: 3).

assumindo a sua vocação, sabendo que é ali que ela precisa estar, ela está ali dando a sua vida, sendo espremida de tudo que ela tem” (MARSILI, 2025).

A exaltação do sacrifício por Samia Marsili, especialmente ao traçar a analogia das “santas mulheres aos pés da cruz”, invoca diretamente o arquétipo teológico da *Mater Dolorosa*. Essa figura central na iconografia católica glorifica a dor feminina e a fidelidade inabalável diante do sofrimento, definindo-o como uma vocação especial do gênero. Ao descrever a amiga que sofre na UTI como alguém “sendo espremida de tudo que ela tem”, Marsili não apenas elogia a abnegação, mas reforça o controle de gênero ao vincular o estresse e a sobrecarga materna ao cumprimento de um dever moral e divino. A ideia da dor feminina como sacrifício, no contexto do discurso religioso, pode ser interpretada pela lente do biopoder⁷. Quando o sofrimento (como a sobrecarga materna) é idealizado e naturalizado como uma “vocação” divina e intrínseca ao gênero (em vez de um problema social ou médico), o discurso opera como uma tecnologia de controle. Essa glorificação do sacrifício feminino transforma a dor e a abnegação em um dever moral inegociável, o que, por sua vez, dispensa as estruturas sociais, médicas e políticas de fornecerem suporte adequado. O corpo da mulher é, assim, duplamente controlado: pela disciplina moral que exige seu sofrimento e pela gestão populacional que se beneficia de sua resignação.

Em outro momento, ao abordar a temática do afeto e da educação feminina, a influenciadora afirma que as meninas precisam ser amadas pelos pais para que possam cumprir seu destino, que é o de “gerar vida”. Marsili (2025) detalha: “As meninas, elas precisam

⁷ O Biopoder descreve a gestão da vida e do corpo populacional por meio de mecanismos de disciplina e regulamentação (FOUCAULT, 2005).

se sentir amadas para que elas possam gerar amor... [isto é] fazer aquilo que lhes é próprio, que é gerar vida. Não necessariamente uma vida dentro do seu próprio útero, mas vida para a sociedade.” O discurso da influenciadora, que estabelece um essencialismo de gênero⁸ ao definir o propósito feminino pela capacidade de nutrição e afeto e, notadamente, ao atribuir à mulher a responsabilidade relacional de “mostrar à pessoa humana [o homem] a sua própria dignidade” (MARSILI, 2025), manifesta a crítica central de Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*. Beauvoir (1980) argumenta que, em uma sociedade patriarcal, o homem se estabeleceu como o Sujeito (o essencial), relegando a mulher à posição de outro (o não-essencial). Desse modo, a existência feminina é definida não por sua Transcendência (sua autonomia e projeção livre no mundo), mas sim por sua Imanência (o confinamento ao lar, à reprodução e ao papel de nutridora). A exigência de que a mulher seja o suporte moral e existencial que concede dignidade ao gênero masculino é a própria essência dessa subordinação, na qual o valor da existência feminina é derivado exclusivamente do serviço e da referência ao Sujeito.

Considerações Finais

A análise do discurso de Samia Marsili evidencia a força de um regime moral que, embora ancorado em tradições religiosas antigas, encontra no ambiente digital um terreno fértil para sua amplificação. Suas falas articulam elementos da doutrina católica — especialmente no que diz respeito à sexualidade procriativa, à rejeição dos contra-

⁸ No contexto de gênero, o essencialismo aristotélico (embora Aristóteles não usasse o termo em seu sentido moderno) forneceu historicamente a base filosófica para a ideia de que a mulher possui uma natureza ou essência fixa, definida pela sua função biológica e reprodutiva (COLLING, 2015).

ceptivos artificiais e à idealização da maternidade — com estratégias retóricas contemporâneas de autoridade, autenticidade e experiência pessoal. Ao naturalizar o sacrifício feminino como vocação espiritual e ao reduzir a existência da mulher à imanência materna e conjugal, o discurso da influenciadora reforça padrões patriarcais analisados por Beauvoir e reiterados ao longo de séculos pela tradição cristã. Esta persistência de valores e estruturas de subordinação demonstra a ideia do “passado que não passa” (HARTOG, 2006), onde as formas de controle moral e de gênero, forjadas na Patrística e na *Humanae Vitae*, permanecem ativas e eficazes no presente, resistindo à secularização e à Revolução Sexual. Simultaneamente, ao divulgar informações científicas equivocadas sobre o DIU e ao vinculá-las a imperativos morais, Marsili opera mecanismos de violência simbólica que restringem a autonomia sexual e reprodutiva das mulheres.

A análise demonstra que o fenômeno não se limita a um caso individual, mas expressa um movimento mais amplo de reencantamento religioso e disciplinamento moral no ambiente digital, no qual influenciadoras se tornam agentes de um biopoder difuso. O estudo evidencia, portanto, a importância de compreender como esses discursos moldam subjetividades, perpetuam desigualdades e impactam decisões íntimas de milhões de mulheres brasileiras. Conclui-se que investigar essa intersecção entre religião, maternidade, tecnologia e gênero é essencial para compreender os modos contemporâneos de controle social e para produzir ferramentas críticas capazes de enfrentar a desinformação e a naturalização da subordinação feminina.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 5. ed. -. São Paulo:

- Nova Fronteira, 1980.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- COLLING, Ana Maria. A construção histórica do corpo feminino. **Caderno espaço feminino, Uberlândia**, v. 28, n. 2, p. 1981-3082, 2015.
- COMUNIDADE SAMIA MARSILI. **Comunidade Samia Marsili**. 2025. Disponível em: <https://samiamarsili.com.br/#fundador>. Acesso em: 25 nov. 2025.
- CONCEICÃO, G. H. da. PRAZER E CASTIDADE EM SANTO AGOSTINHO. **Educere et Educare**, [S. l.], v. 6, n. 11, 2011. DOI: 10.17648/educare.v6i11.5089. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/5089>. Acesso em: 2 dez. 2025.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente, 1300-1800: uma cidade sitiada**. Companhia de Bolso, 2024.
- FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GAZETA DO POVO. **Quem é Italo Marsili? Conheça um pouco sobre o novo colunista da Gazeta do Povo**. Gazeta do Povo. Curitiba. 17 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/conheca-a-gazeta/quem-e-italo-marsili-conheca-um-pouco-sobre-o-novo-colunista-da-gazeta-do-povo/>. Acesso em: 01 dez. 2025.
- HARTOG, F. Tempo e patrimônio. **Varia História**, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul. 2006.
- MACHADO, R. B. et al. **Aspectos atuais dos contraceptivos reversíveis de longa ação**. Contracepção reversível de lon-

ga ação. São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO), 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual técnico para profissionais de saúde: DIU com cobre TCu 380A**. 2018.

MARSILI, Samia. **A capacidade de gerar é uma característica própria das mulheres, mas essa geração precisa de algo para se nutrir e florescer. Por isso, as meninas precisam se sentir amadas para que possam gerar amor. É difícil para uma menina amar outras pessoas se ela mesma não se sente amada. A próxima temporada está chegando! Se você ainda não faz parte da Comunidade Samia Marsili e quer acessar o podcast, fique de olho: no dia 23, teremos uma condição especial para você! Acesse o link na bio e inscreva-se!** 10 jan. 2025. Instagram: @samiamarsili. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DEpjq9eRNsq/>. Acesso em: 04 dez. 2025.

MARSILI, Samia. **É natural da mulher a resistência de enormes sofrimentos por um motivo superior. Para entender isso, podemos direcionar nosso olhar para as santas mulheres das escrituras que suportaram realidades devastadoras por amor. Se deseja aprofundar nesse e demais temas relacionados a vocação feminina, clique no link da minha bio e assine a CSM**. 03 fev. 2025. Instagram: samiamarsili. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DFn_2nPxPZU/. Acesso em: 02 dez. 2025.

MARSILI, Samia. **O planejamento mútuo é essencial para que o casal esteja em harmonia e evite desentendi-**

mentos futuros. Assuntos como o número de filhos, quando tê-los e a vivência da castidade devem ser abordados, antes e durante o casamento, para que a união entre os dois seja preservada. Hoje é o último dia para garantir a CSM com nossa oferta especial! Se você deseja entender um pouco mais sobre esse e demais tópicos sobre maternidade, clique no link da minha Bio e assine a Comunidade. 30 jan. 2025. Instagram: @samiamarsili. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DFaeuOtxuqw/>. Acesso em: 01 dez. 2025.

- MARSILI, Samia. **Sexualidade Infantil**. Campinas: Kíron, 2022.
- PAPA PAULO VI. *Humanae Vitae* (25 de julho 1968). In: A SANTA Sé. 25 jul. 1968. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae.html. Acesso em: 25 nov. 2025.
- SANT ANA, Anderson Luís. **As consequências da revolução sexual**: uma reflexão sobre as transformações da vida íntima em tempos de modernidade líquida. Juiz de Fora, Universidade Estadual de Juiz de Fora, 2016

Um olhar sobre algumas conquistas das mulheres brasileiras no século XX e XXI

Tereza Cristina Ataíde Capua¹

Nossas conquistas puseram em xeque e ameaçaram estruturas patriarcais seculares de poder, porque denunciavam o racismo, quando se celebrava o mito da democracia racial, denunciavam a violência no campo e a violência no lar e demandavam autonomia sexual e reprodutiva para as mulheres. (Alves; Pitanguy, 2022)

Considerações Iniciais

Alves e Pitanguy (2022, p.60) referindo-se ao feminismo no Brasil, discorrem sobre os costumes europeus implantados em nosso país. Estes costumes eram baseados na inferioridade da mulher em relação ao homem: “de um lado, a mulher branca, membro subalterno da classe dominante, cuja castidade era condição essencial para cumprir sua função de procriadora no casamento; de outro, a mulher negra, indígenas ou mestiça explorada como braço escravizado e objeto sexual”.

Sem prejuízo de reconhecermos que ao longo de toda história brasileira de alguma forma as mulheres resistem a essas realidades, a partir do século XIX, amplia-se, gradativamente, a visibilidade das

¹ Analista judiciária, pedagoga, bacharela em Direito. Mestra em Políticas Públicas pela EMESCAM – Vitória - ES

mulheres brasileiras na busca por melhores condições de vida e dignidade humana, de tal forma que a linha do tempo que apresentaremos em seguida é fruto dessa movimentação. Mais adiante, nos séculos XX – XXI, ampliou-se a participação social feminina em forma de conquistas de direitos, como pincelaremos a seguir, contudo, sem a pretensão de esgotar a temática das lutas sociais.

Código Civil de 1916

A realidade feminina brasileira se altera a partir da luta organizada das mulheres. O Código de Civil de 1916 considerava as mulheres como relativamente incapazes, tais como as crianças e os povos originários. Assim é que sendo solteira, a pessoa do sexo feminino, só poderia acessar ao mercado do trabalho com a devida autorização do pai. Se casada dependeria da autorização do esposo. Essa realidade somente se alterou com a aprovação do Estado da Mulher Casada - Lei nº 4.121, de 27/08/1962, portanto, as mulheres não mais precisariam da autorização do pai/marido para trabalhar, viajar, comprar imóveis e assinar documentos.

O direito ao voto

O direito ao voto feminino foi instituído pelo Código Eleitoral (Decreto 21.076, de 24/02/1932), portanto, há 94 anos. Apesar do transcurso do tempo, a participação política feminina é, ainda, limitada: minoria nos espaços de poder, e, se acendem a esses espaços são, em inúmeras vezes, são desqualificadas e sujeitas à violência política de gênero.

O direito ao divórcio

Avançando nas conquistas, através da Lei 6.515/1977 adquirimos o direito de dissolver uma relação matrimonial através do divórcio, conquista que, em muitas das circunstâncias, torna-se instrumento de interrupção de múltiplas formas de violências.

As Delegacias de Mulheres

Ao longo dos anos 1970, gradativamente, o movimento feminista demarcou seus vértices a respeito das violências contra as mulheres. Nesse despertar as mobilizações se intensificaram e produziram o debate sobre as políticas públicas. Nos anos 1980, especialmente, as feministas foram às ruas para mobilizar a sociedade na exigência de produção, pelo Estado, de políticas públicas para o enfrentamento de todas as formas de violências (Teles; Mello, 2003). Em 1985 inaugurou-se a primeira Delegacia de Defesa da Mulher no Estado do São Paulo. Posteriormente, outras Delegacias se espalharam por todo o país, como no caso do Estado do Espírito Santo, a primeira Delegacia de Mulheres foi inaugurada em outubro de 1985.

Atualmente, em notícias disponibilizadas no site da Secretaria de Estado da Segurança (SESP)², são 13 (treze) delegacias³. Em nível nacional, segundo dados do Ministério da Justiça e da Segurança Pública⁴, existem 549 (quinhentos e quarenta e nove) unidades da

² Disponível em: www.sesp.es.gov.br, acesso em 01.06.2026.

³ Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Guarapari, Linhares, Nova Venécia, São Mateus, Serra, Venda Nova do Imigrante, Viana, Vila Velha e Vitória.

⁴ BRASIL. **9º diagnóstico das unidades de polícia civil especializada no atendimento de mulheres- Ano Base 2023**. Brasília: Ministério da Justiça e

polícia civil especializadas no atendimento das mulheres em situações de violências.

A Constituição Brasileira de 1988

Nessa linha do tempo a Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 01 de fevereiro de 1987, foi um marco divisor, após 21 anos de Ditadura Civil Militar, constituindo-se, portanto, o locus privilegiado de debate sobre os direitos das mulheres na sociedade brasileira. Vinte seis mulheres atuaram como constituintes, dentre elas, algumas capixabas⁵.

O Conselho Nacional de Direitos das Mulheres⁶ foi o órgão articulador nacional responsável pela entrega das reivindicações feministas às constituintes. Os principais destaques dos direitos femininos aprovados foram, notadamente, a saúde integral; a institucionalização do Sistema Único de Saúde (SUS); e, o reconhecimento do controle de natalidade como direito do casal.

Lei 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente

Essa lei assegura absoluta prioridade às crianças e adolescentes na recepção de socorro e proteção, na preferência do atendimento nos serviços públicos e na formulação de políticas públicas, e, ainda, na destinação privilegiada dos recursos públicos. Noutra banda, gerou impacto especial na vida das mulheres, tradicionalmente devota-

Segurança Pública, 2025.

5 Duas mulheres representaram o Estado do Espírito Santo: Rita Camata e Rose de Freitas. Ambas foram eleitas pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

6 Disponível em: cfemea.org.br. Acesso 01.06.2026

das ao cuidado, quando esse arcabouço legal, no artigo 21, institui o poder familiar exercido em igualdade de condições pelo pai ou pela mãe.

Em resumo, na segunda metade do século XX surgiram diversos Pactos Internacionais de Direitos Humanos com as lentes voltadas à abordagem feminina; múltiplas interfaces às mulheres e aos direitos humanos. Em seguida, abordaremos alguns desses documentos, em suas versões.

As Mulheres e os Documentos Internacionais de Direitos Humanos

a) O Pacto de São José da Costa Rica –

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 22/11/1969, foi recepcionada na legislação brasileira através do decreto nº 678, de 06/11/1992. O artigo 6^a do referido Pacto afirma o compromisso com os direitos humanos e condena o tráfico humano e, em especial, o tráfico de mulheres. O artigo 17, ainda, assegura a igualdade de direitos e a equivalência de responsabilidade dos cônjuges no casamento.

b) Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

Essa convenção foi acolhida no ordenamento jurídico brasileiro através do decreto nº 4.377, de 13/09/2002. Trata-se de um documento das Nações Unidas (ONU) que denota

“a expressão ‘discriminação contra a mulher’ significará toda a

distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo”.

c) I Conferência de Viena sobre Direitos Humanos

Evento realizado em 1993 aprovou uma Resolução sobre os direitos das mulheres e das meninas, em destaque a afirmação de que os direitos são “(...) parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais e explicita que a violência contra as mulheres constitui violação dos direitos humanos.”

d) Convenção de Belém do Pará

A Convenção realizou-se em 1994 e instituiu a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, recepcionada no país através do Decreto 1.973/1996. A violência contra a mulher, na citada Convenção, traduz-se por “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.”.

Diversas são as formas de violências explicitadas no documento, quais sejam, físicas, sexuais e psicológicas, e, sobretudo enfatiza a sua ocorrência no âmbito da família, das relações interpessoais; traduzem-se, todavia, no “(...) estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local”. Violências, por muitas vezes, perpetradas e

toleradas pelo Estado e/ou por seus agentes.

As Mulheres e os Direitos Humanos no Brasil – anos 1990-2010

Entre os anos 1996 e 2010 foram lançados três programas nacionais de direitos humanos no Brasil. A força das articulações feministas e do movimento de mulheres estiveram presentes nesses programas. Assim se apresentam:

a) Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH I – Decreto nº 1.904, de 13/05/1996.

No prefácio do Decreto Presidencial está consignado

“Não há como conciliar democracia com as sérias injustiças sociais, as formas variadas de exclusão e as violações reiteradas aos direitos humanos que ocorrem no país. A sociedade brasileira está empenhada em promover uma verdadeira democracia. O Governo tem o compromisso real com a promoção dos direitos humanos”.

O Estado enfatiza os diversos compromissos assumidos em relação às mulheres nas áreas específicas de saúde, educação, trabalho e justiça, por meio de treze metas de curto, médio e longo prazo, em que se destacam:

- Apoiar o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher na formulação e implementação de políticas públicas para a defesa dos direitos da mulher;
- Apoiar o Programa Nacional de Combate à Violência contra a Mulher, do Governo Federal;

- Incentivar a criação de Centros Integrados de Assistência à Mulher, instrumentos imprescindíveis no combate à violência doméstica e sexual;
- Apoiar as políticas dos Governos estaduais e municipais para prevenção da violência doméstica e sexual contra as mulheres;
- Incentivar a pesquisa e divulgação de informações sobre a violência e discriminação contra a mulher, além de discutir a proteção e a promoção dos direitos da mulher.

•

**b) Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH – II
– Decreto nº 4.229, de 13/05/2002**

As pautas femininas avançaram, significativamente, no PNDH-II, de forma quantitativa, por meio aumento de metas (dezenove); além do aumento temático qualitativo (instituição dos direitos das mulheres afrodescendentes e indígenas; formação docente para a educação básica; formação política e protagonismo feminino nos espaços públicos; promoção do programa de saúde integral das mulheres e, por fim, fortalecimento da rede de Delegacias de Mulheres)

Apoiar programas voltados para a sensibilização em questões de gênero e violência doméstica e sexual praticada contra mulheres na formação dos futuros profissionais da área de saúde, dos operadores do direito e dos policiais civis e militares, com ênfase na proteção dos direitos de mulheres afrodescendentes e indígenas.

Incentivar a capacitação dos professores do ensino fundamental e médio para a aplicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs no que se refere às questões de promoção da igualdade de gênero e de combate à discriminação contra a mulher.

Incentivar a criação de cursos voltados para a capacitação política

de lideranças locais de mulheres, com vistas ao preenchimento da quota estabelecida para a candidatura de mulheres a cargos eletivos.

Apoiar a implementação e o fortalecimento do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – PAISM.

Apoiar a criação e o funcionamento de delegacias especializadas no atendimento à mulher – DEAMs.

Apoiar programas de proteção e assistência às vítimas e testemunhas da violência de gênero, contemplando serviços de atendimento jurídico, social, psicológico, médico e de capacitação profissional, assim como a ampliação e o fortalecimento da rede de casas-abrigo em todo o país.

**c) Plano Nacional dos Direitos Humanos – PNDH – III.
Decreto nº 7.037 de 21/12/2009 e Decreto nº 7.177, de
12/05/2010**

Em linhas gerais esse plano amplia a atenção a todas as formas de violações de direitos humanos, especialmente, rejeita todas as formas de discriminação e intolerância, e no escopo, às populações negras, de forma a combater o racismo estrutural vigente no país.

Consiste, o terceiro objetivo, na “garantia dos direitos das mulheres para o estabelecimento das condições necessárias para sua plena cidadania”. Desdobra-se em oito (8) ações programáticas, em destaque: 1) inclusão das mulheres no desenvolvimento do país; 2) incentivo a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de decisão; 3) acompanhamento de políticas públicas com recorte étnico-racial; 4) divulgação de instrumentos legais de proteção das mulheres em nível nacional e internacional; 5) ampliação de abrigos para mulheres em situação de vulnerabilidade; 6) atendimento preferencial as mulheres em situação de violência

doméstica e familiar no âmbito dos projetos de habitação de interesse social; 7) abordagem de saúde, exemplo da temática aborto, 8) realizar de campanhas educativas para desconstruir os estereótipos relativos às profissionais do sexo.

O século XXI e a emergência das Conferências Nacionais de Política para as mulheres.

Nas duas primeiras décadas dos anos 2000, ocorreram inúmeras Conferências Nacionais para discussão das políticas públicas, dentre quais, podemos citar, Educação, Assistência Social, Saúde, Pessoas Idosas, Pessoas LGBTQIAPN+, Pessoas com Deficiências. Inevitavelmente, as temáticas tratavam de relações étnico-raciais e igualitárias. Surgem ‘dessas mesmas águas’ os diversos estatutos, dentre os quais, o Estatuto da Igualdade Racial - Lei nº 12.288, de 20/07/2010, e, de imediato, no artigo 1º, destaca

Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

O Estatuto se constitui como mais um instrumento legal no enfrentamento de todas as formas de discriminações, intolerâncias e violências que atingem a dignidade humana das pessoas, em especial, das mulheres negras, pobres e periféricas do país.

Enfatizamos, especialmente, as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres⁷ que aconteceram em nosso país entre os

⁷ Quatro conferências, respectivamente, aconteceram nos anos 2004, 2007, 2011, 2016.

anos de 2004-2016 como um grande avanço nas políticas públicas. Após esse período ocorre no Brasil o desmonte das políticas públicas desenhadas nas Conferências anteriores, e, somente em 2025 reerguem-se, no Estado, a importância de revisitar a história das políticas para mulheres.

Nesses movimentos históricos os eventos nacionais foram precedidos de conferências municipais, estaduais e regionais, portanto, foram mobilizadas as mulheres de todo o país; inquietações, dúvidas e reivindicações ao Poder Público. Traçaram-se diversas linhas das políticas públicas formuladas a partir das organizações feministas/movimentos de mulheres:

Ano	Ação	Conteúdo
2003	SPM	Decreto 103/2003- Lei 10.683 de 28.05.2003- Criação da Secretaria de Políticas para as mulheres
2003	Lei nº 10.778	Notificação compulsória dos casos de violência contra as mulheres
2004	PNAISM	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher
2004	Lei nº 10.886	Altera o Código Penal e cria o tipo violência doméstica
2005	Ligue 180	Lei nº 10.714 de 13 de agosto de 2003
2005	I PNPM	I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
2006	VIVA	Criação do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA)
2006	Lei nº 11.340	Lei Maria da Penha
2007	Pacto	Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher
2008	II PNPM	II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
2009	Lei nº 12.015	Nova definição de estupro – estupro de vulneráveis

2010	Portaria 85	Diretrizes de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no campo e da floresta
2011	Politica	Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres
2011	PEC	Aprovação da Emenda Constitucional – PEC das Domésticas
2013	Decreto n° 7.958	Diretrizes para Atendimento às Vítimas de Violência Sexual
2013	CPMI	Relatório da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito sobre a Mulher
2013	Lei n° 12.845	Atendimento Obrigatório e Integral de Pessoas em Situação de Violência Sexual
2014	Portaria 485	Redefine o Funcionamento do Serviço de Atenção as Pessoas em Situação de Violência Sexual no Âmbito do SUS
2015	Lei n° 13.104	Lei do Feminicídio

Fonte: Melo e Melo (2016); Sana (2024)

Dentre as proposições, aprovadas no período 2015 e 2025, destacam-se, sobretudo, as duas leis, quais sejam: Lei n° 11.340/2006⁸ e lei n° 13.104/2015.

Lei Maria da Penha – n° 11.340/2006

A dimensão e a importância dessa lei estão explicitadas em seu art. 1º:

“Esta lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8

º art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a mulher, da Convenção

⁸ Que completou 20 anos no dia 06.08.2026

Interamericana para Prevenir, punir, e erradicar a Violência contra a mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar”.

Em briga de marido e mulher, o Estado já mete a colher, rompe-se o antigo adágio popular nas questões afetas às violências contra as mulheres.

A Lei Maria da Penha uma das mais relevantes normativas sobre o tema, declara os diversos tipos de violência e, estabelece medidas de prevenção, instrumentos de apoio e assistência às mulheres e, ainda, regula as atribuições dos órgãos que atuam na rede de atendimento/enfrentamento às diversas formas de violências contra as mulheres. Estão previstas, por assim dizer, as medidas protetivas de urgência e a possibilidade de encaminhamento dos autores de violências aos serviços de reeducação.

Em seu artigo 8^a destaca-se a integração dos Poderes da República para o enfrentamento e prevenção das violências contra as mulheres, em diversas áreas: segurança; assistência; saúde; trabalho e habitação. Preceitua, ainda, a preparação dos agentes públicos para o trabalho e para abordagem ao tema.

Segundo Fernandes (2026), aventam ao Estado Brasileiro novas legislações relacionadas à Lei Maria da Penha com o escopo de fortalecerem os direitos das mulheres à vida sem violência. Assim, previstas em novas leis:

1. O atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo femini-

- no (Lei 13.505/2017);
2. A Criminalização de conteúdo não autorizados com exposição da intimidade e privacidade da mulher (Lei nº 13.772/2018);
 3. A Criminalização do descumprimento de medidas protetivas de urgência criada pela Lei 1.3641/2018;
 4. A Prioridade de divórcio para mulheres em situações em violência (Lei 1.3894/2019);
 5. Apreensão de arma de fogo sob posse de agressor (Lei 13.880/2019);
 6. Responsabilização do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde às vítimas de violências domésticas e familiares. (Lei 13.871/2019);
 7. Aplicação de medida protetiva pela autoridade judicial ou policial com efetivo registro no banco de dados do Conselho Nacional de Justiça (Lei nº 13.827/2019) em orientação de criação de dados estatísticos para guiar e orientar políticas públicas;
 8. Frequência do agressor aos processos de reeducação e acompanhamento psicossocial como parte de medida protetiva (Lei nº 13.984/2020).

Lei do Feminicídio – nº 13.104/2015

Encaminhada ao Congresso nacional como uma das recomen-

dações diretas da CPMI sobre violência contra as mulheres, concluída no ano de 2013. Embora os feminicídios estivessem presentes nas pesquisas acadêmicas ao longo das últimas décadas, sob o ponto de vista jurídico não havia legislação que demonstrasse o agravamento das punições em função da barbárie instalada na sociedade face a esse tipo de crime. Do ponto de vista das políticas públicas foi primordial o destaque das mortes cruéis de mulheres em contextos patriarcais de violência doméstica, familiar e, sobretudo, em tempos de misoginia.

A realidade das mortes de mulheres divulgadas por todo o país é subestimada ou distorcida ainda hoje e esse fato impõe ao Governo e à Sociedade Brasileira a tarefa de mobilizar todos os setores sociais Feminicídio Zero.

Considerações Finais

Deve ser celebrada a existência desses direitos conquistados pelas organizações das mulheres e feministas, ao longo do século 20, e nas primeiras décadas do século 21. É necessário a vigilância e a fiscalização da sociedade aos ataques desferidos pelos setores patriarcais, coloniais e escravistas da sociedade brasileira. Não basta a consagração de direitos, em nível nacional e internacional. É necessário reafirmar que os movimentos comprometidos com a promoção dos direitos humanos, especialmente, os direitos humanos das mulheres exijam do Estado a formulação de políticas públicas, especialmente, para todas as mulheres que historicamente foram subalternizadas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **Feminismo**

- no Brasil.** Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2022.
- BRASIL. **Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340/2006.** Brasília: SPM, 2006.
- GOMES, Verônica Maria Silva et al. **Formação de Conselheiros em direitos humanos.** Brasília: SEDH, 2007
- BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – 2010.
- BRASIL. **Lei do Feminicídio.** Lei nº 13.104/2015. Brasil: SPM, 2015
- FERNANDES, Vander. Linha do tempo – Direitos das mulheres na legislação brasileira e na jurisprudência do STF, CNL, STJ. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/linha-do-tempo-direitos-das-mulheres-na-legislacao-brasileira-e-na-jurisprudencia-do-stf-cnj-e-stj/1776438470>. Acesso em 03.06.2026.
- SANA, João José Barbosa Sana. **Patriarcado, feminicídio e políticas públicas.** Permanências, invisibilidade, insuficiências. São Paulo: dialética, 2024.
- TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica. **O que é violência contra a mulher.** São Paulo: Brasíliezz **Contexto histórico**

“Elogio da Loucura” (*Moriae Encomium*, ou *Stultitiae Laus*) foi escrito por Erasmo de Roterdã em 1509, durante uma estadia na casa de Thomas More em Londres — daí o jogo de palavras no título latino, que remete ao nome do amigo (*moria* = loucura, em grego). Foi publicado em 1511.

O texto surge num momento crucial: às vésperas da Reforma

